



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

# Autoridade Tributária de Moçambique

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS  
EM 2008 E PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2009



**ÍNDICE**

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	10
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA</b>	15
2.1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA	15
2.1.1. Receita Global	15
2.1.2. Receitas Fiscais	16
2.1.3. Receitas Não Fiscais e Consignadas	16
2.2. ANÁLISE POR GRUPO DE IMPOSTOS	18
2.2.1. Impostos Sobre o Rendimento	18
2.2.2. Impostos Sobre Bens e Serviços	20
2.2.3. Outros Impostos	23
2.2.4. Receitas Não Fiscais	25
2.2.5. Receitas Consignadas	26
2.2.6. Receitas de Capital	27
2.3. MEGA PROJECTOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	28
2.4. ACÇÕES DESENVOLVIDAS TENDENTES À RECUPERAÇÃO DA RECEITA	31
2.4.1. Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Fiscais	31
2.4.1.1. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Tributária	31
2.4.1.2. Fiscalização de Mercadorias em Circulação	33
2.4.1.3. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Aduaneira	33
2.4.1.4. Auditorias Pós-Desembarço	34
2.4.1.5. Gestão do Risco	36
2.4.1.6. Verificação de Processos de Contas das Empresas	36
2.5. CONTENCIOSOS TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO E EXECUÇÕES FISCAIS	37
2.5.1. Contencioso Tributário	37
2.5.2. Contencioso Aduaneiro	39
2.5.3. Processos que se encontram no Tribunal Administrativo.	40
2.5.4. Execuções Fiscais	41
2.6. REEMBOLSOS	44
2.6.1. IVA	44
2.6.2. Impostos Sobre o Rendimento	45
2.6.2.1. IRPS	47
2.6.2.2. IRPC	48

2.7. BENEFÍCIOS FISCAIS	50
<b>3. ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA</b>	51
3.1. Acções no Âmbito da Educação Fiscal e Aduaneira	51
3.2. Registo de Contribuintes	52
<b>4. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS</b>	53
4.1. Administração de Recursos Humanos	53
4.1.1. Total de funcionários por carreira (tributária e aduaneira)	53
4.1.2. Situação de funcionários por níveis académicos	53
4.1.3. Óbitos de funcionários em 2008	54
4.1.4. Enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias	54
4.1.5. Nomeações para cargos de direcção e chefia	54
4.1.6. Contratações	55
4.1.7. Aposentação de funcionários	55
4.1.8. Unificação da base de dados dos funcionários	55
4.1.9. Actualização da base de dados de gestão de pessoal (PHC)	56
4.1.10. Recenseamento de funcionários	56
4.2. Gestão Estratégica de Recursos Humanos e Formação	56
<b>5. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PDTI</b>	57
5.1. Desenvolvimento Profissional dos Técnicos	57
5.2. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos	57
5.2.1. Sistema de Comunicações	57
5.2.2. Sistema TIMS	59
5.2.3. Sistema SICR	60
5.2.4. Sistema PHC	60
5.2.5. E-Tributação e Janela Única Electrónica	60
5.2.6. Outros Sistemas	61
5.2.7. Melhoria do uso dos Sistemas	61
5.2.8. Página WEB	61
<b>6. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA</b>	62
6.1. Acções desenvolvidas no âmbito do Plano de Gestão	62
6.2. Execução do Orçamento	62
6.2.1. Salários e Remunerações	63
6.2.2. Outras despesas com o pessoal	64
6.2.3. Bens e serviços	64
6.2.4. Outras Despesas Correntes	64
6.2.5. Despesas de Investimento	64

<b>7. PLANEAMENTO E ESTUDOS</b>	64
7.1. Planeamento	64
7.2. Estudos Desenvolvidos	65
7.3. Avaliação do Grau do Cumprimento das Tarefas Planificadas – Âmbito do Serviço de Verificação Sistemática do Cumprimento das Decisões	65
<b>8. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA</b>	66
<b>9. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO MULTILATERAL E BILATERAL</b>	67
9.1. Integração Regional	67
9.1.1. Implementação da Zona do Comércio Livre	67
9.1.2. Criação de Grupos de Trabalho no âmbito da União Aduaneira a SADC	68
9.1.2.1 Grupo de Trabalho Técnico sobre a Tarifa Externa Comum da SADC	68
9.1.2.2. Grupo de Trabalho sobre o Sistema de Gestão de Garantia de Trânsito Aduaneiro	69
9.1.2.3. Grupo de Trabalho da Estrutura Legal e Institucional (LIF) e Consultivo das Alfândegas (CAWG)	69
9.2. Cooperação Multilateral	70
9.3. Cooperação Bilateral	71
9.3.1. Acordos Sobre a Dupla Tributação	71
9.3.2. Acordos de Cooperação e Assistência Mútua	71
9.3.3. Posto de Paragem Única	71
9.4. Assistência Técnica e Financeira	72
<b>10. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA</b>	73
10.1. Provisão de Bens e Serviços Necessários ao Funcionamento Eficiente	74
<b>11. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS</b>	75
11.1. Conselho Superior Tributário	75
11.2. Conselho Directivo	75
11.3. Conselho de Fiscalidade	76
<b>12. INSPECÇÕES E AUDITORIAS INTERNAS</b>	77
12.1. No âmbito da inspecção técnica	77
12.2. No âmbito do controlo de auditoria tributária	78
<b>13. PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPÇÃO</b>	79
<b>14. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	82
<b>15. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2009</b>	84
15.1. No âmbito da Gestão da Cobrança da Receita	84
15.2. No âmbito do Alargamento da Base Tributária	85
15.3. Na área de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos	85
15.4. Na área de Gestão e Desenvolvimento das Tecnologias de Informação	85
15.5. Na área de Gestão do Orçamento da Despesa	86

15.7. Na área da Reforma da Legislação Fiscal e Aduaneira	87
15.8. No âmbito da Integração Regional e Cooperação Multilateral e Bilateral	87
15.9. No âmbito da Gestão e Desenvolvimento de Infra-Estruturas e Logística	88
15.10. Na área de Inspeções e Auditorias Internas	88
15.11. No âmbito da Promoção da Integridade e Combate a Corrupção	88

**ÍNDICE DE FIGURAS**

Gráfico 1 – Totais das Receitas cobradas em 2007-2008 .....	15
Gráfico 2 – Totais das Receitas Fiscais cobradas em 2007 – 2008 .....	16
Gráfico 3 – Totais das Receitas Não Fiscais cobradas em 2007 – 2008.....	17
Gráfico 4 – Estrutura dos Impostos sobre Bens e Serviços .....	18
Gráfico 6 – Peso de cada imposto, no grupo dos Impostos s/ o Rendimento .....	20
Gráfico 7 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços.....	21
Gráfico 8 – Pagamentos diferidos.....	22
Gráfico 9 – Estrutura: previsão e realização dos Outros Impostos.....	24
Gráfico 10 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis .....	25
Gráfico 11 – Receitas Não Fiscais .....	26
Gráfico 12 – Receitas Consignadas .....	27
Gráfico 13 – Receitas de Capital .....	28
Gráfico 14 – Mega projectos.....	30
Gráfico 15 – Instituições Financeiras .....	30
Gráfico 16 – Peso dos Mega Projectos e das Instituições Financeiras .....	31
Gráfico 17 – Resultados globais - Matéria colectável e Imposto apurado .....	32
Gráfico 19 – Auditorias Pós-Desembaraço.....	35
Gráfico 20 – Declarações de Rendimento analisadas, matéria colectável e impostos adicionais	36
Gráfico 21 – Processos do Contencioso Tributário - Quantidades .....	38
Gráfico 22 - Processos do Contencioso Tributário - Valores .....	38
Gráfico 23 - Resumo dos processos nas DPPF .....	39
Gráfico 24 – Processos do Contencioso Aduaneiro.....	40
Gráfico 25 - Processos do Tribunal Administrativo .....	41
Gráfico 26 - Processos de Execuções Fiscais – Quantidades .....	42
Gráfico 27 - Processos de Execuções Fiscais – Valores.....	42
Gráfico 28 – Processos de Execuções Fiscais – saldo para 2009 (em %) .....	43
Gráfico 29 – Processos de Execuções Fiscais – antiguidade .....	43
Gráfico 30 – Reembolsos de IVA.....	45
Gráfico 31 – Reembolsos de IR – Quantidades .....	46
Gráfico 32 – Reembolsos de IR – Valores.....	46
Gráfico 33 – Reembolsos de IRPS – Quantidades.....	47
Gráfico 34 – Reembolsos de IRPS – Valores .....	48
Gráfico 35 – Reembolsos de IRPC - Quantidades.....	49
Gráfico 36 – Reembolsos de IRPC - Valores .....	49
Gráfico 37 – Evolução do nível de Isenções concedidas em 2007- 2008.....	50
Gráfico 38 – Isenções concedidas por Base Legal.....	51
Gráfico 39 – Registo de Contribuintes.....	52
Gráfico 41 – Execução do Orçamento de 2008 .....	63
Gráfico 42 – Resumo dos concursos e contratos .....	74
Gráfico 43 – Receita resultante de auditorias Internas .....	79

**ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 – Balanço Global da Receita do Estado .....	15
Tabela 2 – Estrutura Fiscal – 2008 .....	17
Tabela 3 – Impostos sobre o Rendimento .....	19
Tabela 4 – Impostos sobre Bens e Serviços .....	21
Tabela 5 – Pagamentos diferidos: Direitos + IVA .....	22
Tabela 6 – Outros Impostos .....	23
Tabela 7 – Imposto sobre os Combustíveis .....	25
Tabela 8 – Receitas não Fiscais .....	25
Tabela 9 – Receitas Consignadas .....	27
Tabela 10 – Receitas de Capital .....	28
Tabela 11 – Mega projectos e Instituições Financeiras .....	29
Tabela 12 – Contribuição dos Mega projectos .....	29
Tabela 13 – Contribuição das Instituições Financeiras – 2008 .....	30
Tabela 14 - Resultados Globais (Matéria colectável e Imposto apurado) .....	32
Tabela 15 – Auditorias e Fiscalizações: Impostos Cobrados em 2008 .....	33
Tabela 16 - Resumo das auditorias programadas vs realizadas .....	35
Tabela 17 - Processos de contas das Empresas .....	36
Tabela 18 - Auditorias e Fiscalizações .....	37
Tabela 19 - Processos do Contencioso Tributário .....	38
Tabela 20 - Resumo dos processos que se encontram nas DPPF .....	39
Tabela 21 - Processos fiscais finalizados e direitos devidos .....	40
Tabela 22 - Processos do T.A. (Contencioso) .....	41
Tabela 23 - Processos de Execuções Fiscais .....	41
Tabela 24 - Processos de Execuções Fiscais por antiguidade .....	43
Tabela 25 - Reembolsos do IVA .....	44
Tabela 26 - Reembolsos do IR .....	46
Tabela 27 - Reembolsos do IRPS .....	47
Tabela 29 - Benefícios Fiscais (Isenções) concedidos – 2008 .....	50
Tabela 30 - Registo Fiscal .....	52
Tabela 31 – Cargos de Chefia e Direcção .....	55
Tabela 32 - Locais abrangidos com banda larga .....	58
Tabela 33 – Balanço de Execução do Orçamento .....	63
Tabela 34 – Número de formandos em matérias de Regras de Origem .....	68
Tabela 35 - Execução do orçamento do Projecto da Fronteira de Paragem Única .....	72
Tabela 36 - Resumo dos concursos e contratos .....	73
Tabela 37 - Receita cobrada resultante de Auditorias Internas no ano 2008 .....	79
Tabela 38 - Demonstração do trabalho realizado nas DAF's .....	79
Tabela 39 – Grau de eficiência do funcionamento dos serviços .....	81

## **Lista de Anexos**

Anexo 1 – Mapas de Receita Arrecadada em 2008

Anexo 2 – Mapas do Balanço Social – Recursos Humanos – 2008

Anexo 3 – Mapa de Execução do Orçamento da Despesa de 2008

Anexo 4 – Mapa da Legislação Fiscal e Aduaneira aprovada e ou preparada em 2008

Anexo 5 – Mapa das infra-estruturas reabilitadas e construídas em 2008

## ABREVIATURAS

AR – Assembleia da República  
AT – Autoridade Tributária  
CD – Conselho Directivo  
CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique  
CIF – Cost Insurance Freight (Custo, Seguro e Frete)  
CM – Conselho de Ministros  
CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique  
DAF – Direcção da Área Fiscal  
DAFI – Direcção de Serviços de Auditoria, Fiscalização e Investigação  
DAPCR – Divisão de Análise, Previsão e Controlo da Receita  
DCCRBF – Direcção de Controlo de Cobrança, Reembolsos e Benefícios Fiscais  
DCT – Direcção de Serviços de Contencioso Tributário  
DFID – Department For International Development  
DGA – Direcção Geral das Alfândegas  
DGI – Direcção Geral de Impostos  
DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns  
DRIR – Divisão de Reembolsos de Impostos sobre o Rendimento  
DRIVA – Divisão de Reembolsos do Imposto sobre o Valor Acrescentado  
DTIC – Direcção de Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação  
DU – Documento Único  
EUA – Estados Unidos da América  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IFRS – International Financial Reporting Standard (Normas Internacionais de Relato Financeiro)  
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas  
IRPS – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares  
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado  
JPEF – Juízo Privativo das Execuções Fiscais  
MEO – Módulo de Execução Orçamental  
NUIT – Número Único de Identificação Tributária  
OMA – Organização Mundial das Alfândegas  
PDTI – Plano de Desenvolvimento da Tecnologia de Informação  
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda. (Produtora de software)  
PIB – Produto Interno Bruto  
PRM – Polícia da República de Moçambique  
RENA – Rede Nacional da Autoridade Tributária  
SADC - Southern África Development Countries (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)  
SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas  
TIMS – Trading Information Management System (Sistema de Gestão de Informação Comércio)  
TIRO – Terminal Internacional Rodoviário  
UGC – Unidade de Grandes Contribuintes  
USD – Dólar norte-americano

## SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano fiscal de 2008 a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), arrecadou para as receitas do Estado 39.109,32 milhões de MT, correspondentes a 100,8% de realização, superando a meta prevista fixada em 38.815,96 milhões de MT. Este resultado foi alcançado com o empenho e colaboração de todos os seus quadros num total de 3.188 funcionários, afectos nos diferentes sectores da instituição.

Da totalidade das receitas cobradas, 37.381,05 milhões de MT são receitas correntes e 1.728,27 milhões de MT receitas de capital, numa contribuição em 95,6% e 4,4% respectivamente para as Receitas Totais do Estado. Destas receitas correntes, 23.775,02 milhões de MT foram cobrados pela área operativa dos impostos internos e 13.606,03 milhões de MT pela área operativa das Alfândegas, representando 63,6% e 36,4%, respectivamente.

Paralelamente às actividades de cobrança de receita, foram realizadas várias acções no âmbito do alargamento da base tributária, destacando-se a atribuição de 191.140 NUITs, de um programa anual de 200.000 NUITs, o que representa um nível de realização de 95,6%, contra 190.019 atribuídos no ano anterior. Dos NUITs atribuídos em 2008, 186.671 foram a pessoas singulares, correspondente a 97,7% e 4.469 a pessoas colectivas, correspondendo a 2,3%. Foram ainda realizadas sessões de divulgação da legislação fiscal e aduaneira, em 22 palestras nos mercados, escolas, centros de formação, entre outros locais.

No contexto da revisão da legislação tributária, tendente a sua simplificação e ajustamento ao contexto regional, foram submetidos à apreciação e aprovação do Governo vários dispositivos legais, destacando-se, a Lei que cria o Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes (ISPC), a Lei que altera o Código dos Benefícios Fiscais (CBF) e a Lei que aprova a Pauta Aduaneira e respectivas Instruções Preliminares tendo os projectos já sido aprovados pela Assembleia da República. Nesta matéria destaca-se ainda, a submissão e aprovação pelo Governo das propostas de Lei que altera o Código do Imposto sobre o Consumo Específico (ICE) e a que procede a revisão pontual da Lei nº 1/2006, de 22 de Março, que cria a Autoridade Tributária de Moçambique, para acomodar a natureza paramilitar das Alfândegas e já remetidas a Assembleia da República.

No âmbito do fortalecimento das actividades de planificação e gestão da instituição, para um horizonte temporal multianual, foi revisto e aprovado o novo Plano Estratégico para o biénio 2009/2010, editado em brochura, instrumento de planificação importante para o sucesso na implementação da reforma tributária. Foi igualmente preparado e aprovado pelo Conselho Directivo, o Plano Tático para 2009, que identifica as acções estratégicas da reforma a implementar no período, os responsáveis pela sua execução e os recursos necessários.

Para o exercício económico de 2008, foi aprovado para a instituição, um orçamento de despesa no valor total de 2.085,05 Milhões de MT, dos quais 1.940,33 Milhões de MT provenientes dos recursos internos e 144,72 Milhões de MT de recursos externos. O grau de execução do

orçamento proveniente dos recursos internos foi de 96,9%. A não execução na totalidade do orçamento da despesa, deveu-se, em grande medida, à rubrica salários e remunerações que, durante o período em análise, situou-se na ordem de 96,2%, correspondendo ao montante de 906,31 milhões de MT. Este nível de realização é resultante do facto de a tabela remuneratória da AT prevista na elaboração do orçamento não ter sido ainda aprovada, tendo vigorado as tabelas indiciárias da ex-DGI e ex-DGA.

Do valor orçamentado dos recursos externos, apenas foram disponibilizados pelo DFID 2,0 milhões de USD, equivalentes a 49 milhões de meticais, correspondentes a 33,9% da dotação inscrita, tendo sido executado o valor de 47,53 milhões de meticais, correspondentes a 97,0%. Tais valores permitiram que se desse início a implementação de um sistema de radiocomunicações de abrangência nacional, a manutenção correctiva, evolutiva e introdução de novas funcionalidades no SICR, garantindo ajustamentos nos sistemas informáticos, como resultado das alterações legislativas nos códigos do IVA, IRPS, IRPC e ISV, bem como a substituição dos equipamentos informáticos obsoletos em várias unidades e ao equipamento do IFPFT e do GCIm.

Ainda no domínio da cooperação internacional foi fortalecida a participação dos parceiros de cooperação nas discussões dos programas de reformas através dos encontros da Comissão de Parceira, onde alguns parceiros deram o seu cometimento para desembolsos nos anos seguintes no âmbito do Memorando de Entendimento conjuntamente preparado.

No concernente aos *Acordos para Evitar a Dupla Tributação e Evasão Fiscal*, foi assinado o acordo com a África do Sul e revisto o acordo já assinado com Portugal. Com o objectivo de facilitação do comércio, foram assinados Memorandos de Intenção para o estabelecimento de Postos de Paragem Única entre a AT e as suas congéneres do Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe com o programa de implementação prática dos respectivos projectos a iniciar em 2009.

Relativamente à melhoria das condições de alojamento e de trabalho dos funcionários, foram concluídos e inaugurados vários empreendimentos, com destaque para as obras das Direcções das Áreas Fiscais de Tete, Manhiça e Ponta D'Ouro, dos escritórios dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Tete, das Instalações Provisórias do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária na Matola, e de residências e escritórios em Mandimba, Nova Madeira, Namatil, Nangade, Quionga e Inchope.

Na área de desenvolvimento de tecnologias de informação, continuaram os estudos para a implementação do e-tributação com base no *business case* já aprovado e o seu aprimoramento e as iniciativas para a implementação da Janela Única Electrónica, com esforços concentrados no desenho dos referidos termos de referência e a mobilização de financiamentos junto dos parceiros de cooperação.

No âmbito dos Recursos Humanos, destacou-se a aprovação dos critérios para integração dos funcionários nas carreiras transitórias e a realização de vários cursos de formação e capacitação

nas áreas tributárias e aduaneiras, envolvendo um total de 1.261 funcionários. Prosseguiram os esforços no âmbito da prevenção e combate ao HIV/SIDA, tendo sido submetido e aprovado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA, o relatório de contas de utilização dos fundos da 1ª tranche, para a execução do plano de prevenção e mitigação da pandemia e, simultaneamente, solicitada e desembolsada a 2ª tranche no valor de 812.000,00 Mt na conta do projecto HIV SIDA que, por sua vez, foi cadastrada no e-sistafe. Para dinamização desta actividade, foram formados 67 activistas e 27 funcionários beneficiaram da cesta básica. Adicionalmente, foi levado a cabo um programa de testagem voluntária em diversos sectores da instituição e que beneficiou a cerca de 127 funcionários.

No âmbito das avaliações do desempenho, foi concluída a concepção do modelo do sistema de mérito para todos funcionários e iniciado o processo da sua avaliação para os períodos correspondente aos meses de Julho a Dezembro de 2007 e Janeiro a Junho de 2008, permitindo assim a atribuição de salários com base no mérito.

No que respeita às actividades de controlo interno, destaca-se a concepção, aprovação e divulgação do Código de Conduta dos funcionários e a realização do trabalho de apoio aos esforços das Auditorias da DGA e DGI com vista ao incremento da receita, cujos resultados apontam para uma cobrança de receita adicional significativa no valor de 10,02 milhões de meticais. Foram, ainda, efectuadas inspecções à gestão financeira, relativa ao exercício de 2007 e inspecções de rotina aos Serviços Provinciais das Alfândegas, Estâncias Aduaneiras e às Direcções das Áreas Fiscais.

Para 2009, prevê-se o início da implementação do piloto de e-tributação, bem como da Janela Única Electrónica para a facilitação do comércio, programas que a médio prazo irão concorrer para optimização da cobrança da receita. Dar-se-á continuidade a realização de acções tendentes a modernização da instituição nas componentes de gestão e desenvolvimento de TIC, RH, Finanças, Património e na Gestão de Mudanças, para tornar as reformas sustentáveis a médio e longo prazos.

No mesmo ano de 2009, a instituição prosseguirá o objectivo de colectar 46.216,34 milhões de meticais de receitas para o Estado, o que corresponde a 18,2% de crescimento nominal relativamente a receita colectada em 2008, a 17,3% do PIB previsto para o período e a 47,09% dos recursos necessários para fazer face a tabela de despesa do Estado, fixado na Lei orçamental para 2009 em 98.142,09 milhões de meticais.

Adicionalmente dar-se continuidade ao fortalecimento dos programas de auditoria e fiscalização, sobretudo aos mega projectos, à modernização e simplificação da legislação tributária e a acções de popularização do imposto para o alargamento da base tributária e materialização do conceito da cidadania fiscal.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta o balanço das actividades desenvolvidas pela AT durante o ano de 2008, no exercício das suas atribuições e competências bem como na implementação e consolidação das reformas fiscal e aduaneira, e ainda as perspectivas de principais acções a desenvolver no ano de 2009.

Os grandes desafios para o ano de 2008, foram consolidados e difundidos durante a realização do II Seminário Nacional de Execução da Política Fiscal e Aduaneira, que teve lugar em Fevereiro, em Chidenguele, na Província de Gaza, sob o lema “*Por uma Instituição Sólida, Sustentável e Protagonista do Desenvolvimento Económico e Social do País*”. Esses desafios, apontavam para o aumento da comparticipação das receitas do Estado no total de recursos para a realização da despesa, através de uma cobrança de receitas totais fixada em 38.815,96 milhões de MT, o prosseguimento na revisão da legislação fiscal e aduaneira, em particular, a criação de um regime mais simplificado de tributação para os pequenos contribuintes, a revisão da Pauta Aduaneira no contexto da integração regional dos Países da SADC, a revisão do Código dos Benefícios Fiscais e o tratamento fiscal dos Mega Projectos, entre outros.

Constituíam ainda, grandes desafios, a implementação de medidas para o alargamento da base tributária, através da popularização dos impostos e o incremento da atribuição dos NUIT's, a implementação do PDTI, com especial enfoque para o e-tributação e a Janela Única Electrónica e ainda o melhoramento das condições de alojamento e escritórios para os funcionários e para os contribuintes e o incremento de medidas de formação e capacitação dos funcionários.

Esses desafios exigiram de todos os funcionários esforços redobrados devido a vários factores conjunturais previstos e não previstos, nomeadamente: os impactos do desarmamento tarifário no contexto da integração regional dos Países da SADC, tendo o País desmobilizado cerca de 85% das posições Pautais no comércio regional; acontecimentos calamitosos, tais como as inundações que assolaram a Região Centro do País, afectando a transitabilidade das vias de acesso e as actividades económicas e, a subida na arena internacional, dos preços dos combustíveis e dos alimentos, que influenciaram no agravamento dos respectivos preços no mercado interno, obrigando o Governo à tomada de medidas de mitigação, incluindo as de natureza fiscal que se traduziram no diferimento no pagamento de Direitos Aduaneiros e do IVA na importação do petróleo de iluminação e gásóleo entre Julho e Dezembro de 2008, tendo sido efectivamente diferido nesse período 224,73 milhões de Mt em direitos aduaneiros e 1.125,94 milhões de Mt em IVA, perfazendo 1.350,66 milhões de Mt de receita não colectada correspondente a 3,5% da receita programada para 2008.

Não obstante estes cenários, os desafios colocados foram alcançados e nalguns casos até ultrapassados, como é o caso da cobrança de receitas que superou a meta prevista em cerca de 0,8%.

Novos e maiores desafios se colocam à administração tributária para o ano de 2009, nomeadamente arrecadação de receitas totais no valor de 46.216,34 milhões de Meticais e, no domínio do PDTI, o início da implementação do e-tributação e da Janela Única bem como a contínua melhoria e modernização da instituição nas vertentes de infra-estruturas, no desenvolvimento e gestão de RH, bem como no fortalecimento da gestão institucional no geral.

O presente relatório está dividido em quinze partes. A primeira refere-se à parte introdutória que inclui o sumário executivo; a segunda faz uma abordagem analítica das actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita pelas áreas operacionais; a terceira retrata as acções desenvolvidas no âmbito do alargamento da base tributária; a quarta aborda as actividades desenvolvidas no âmbito de gestão e desenvolvimento de recursos humanos; a quinta relata actividades realizadas na gestão e desenvolvimento das tecnologias de Informação; a sexta debruça-se sobre a gestão do orçamento da despesa; a sétima aborda actividades desenvolvidas na vertente planeamento e estudos; a oitava é concernente a reforma da legislação fiscal e aduaneira; a nona espelha as actividades realizadas no domínio da integração regional e cooperação multilateral e bilateral; a décima descreve as principais actividades desenvolvidas na gestão e desenvolvimento de infra-estruturas; a décima primeira concentra-se nas actividades desenvolvidas pelos órgãos colegiais da AT; a décima segunda reporta as actividades inspecções e auditorias internas; a décima terceira trata de acções desenvolvidas com vista a promoção da integridade e combate a corrupção. A décima quarta expõe as principais conclusões e recomendações e por último a décima quinta apresenta as perspectivas de acções para 2009.

## 2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

### 2.1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA

#### 2.1.1. Receita Global

Pela Lei n.º 29/2007, de 24 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2008, as Receitas Totais do Estado foram fixadas em 38.815,96 milhões de MT, sendo 37.116,64 milhões de MT de Receitas Correntes e 1.699,32 milhões de MT de Receitas de Capital, representando uma expectativa de crescimento nominal de 16,7% e 13,3%, respectivamente, relativamente a cobrança de 2007.

No exercício económico em análise foram cobrados 39.109,32 milhões MT, correspondentes a um grau de realização de 100,8% em relação ao programa anual, com a composição que se mostra na tabela 1.

Tabela 1 – Balanço Global da Receita do Estado

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Diferença 08-07	Cresc. Nominal %	% s/ PIB
<b>TOTAL</b>	<b>34.473,63</b>	<b>38.815,96</b>	<b>39.109,32</b>	<b>100,8%</b>	<b>4.635,69</b>	<b>13,4%</b>	<b>16,4%</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>32.623,56</b>	<b>37.116,64</b>	<b>37.381,05</b>	<b>100,7%</b>	<b>4.757,49</b>	<b>14,6%</b>	<b>15,6%</b>
Receitas Fiscais	27.965,09	30.800,55	32.315,24	104,9%	4.350,16	15,6%	13,5%
Receitas não Fiscais	2.457,31	2.717,56	2.400,37	88,3%	-56,94	-2,3%	1,0%
Rec. Consignadas	2.201,16	3.598,52	2.665,44	74,1%	464,27	21,1%	1,1%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.850,07</b>	<b>1.699,32</b>	<b>1.728,27</b>	<b>101,7%</b>	<b>-121,80</b>	<b>-6,6%</b>	<b>0,7%</b>

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995,00 milhões de mt

O gráfico 1, que reporta a receita total cobrada nos anos de 2007 e 2008, bem como a previsão para 2008, ilustra claramente o crescimento da cobrança de um ano para o outro.

Gráfico 1 – Totais das Receitas cobradas em 2007-2008



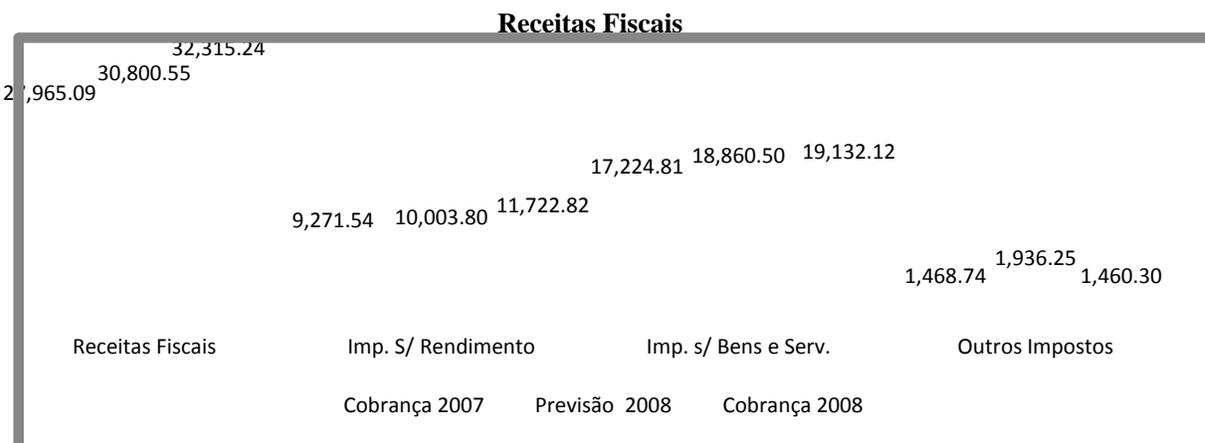
Contribuíram para este crescimento, as Receitas Fiscais que atingiram um grau de realização de cerca de 105,0%, o que se justifica fundamentalmente pelo crescimento das actividades económicas, combinado com a contínua melhoria da eficiência da máquina fiscal.

Dos 37.381,05 milhões de Mt de receitas correntes cobradas neste período, 23.775,02 milhões de Mt foram colectados pela área operativa dos impostos internos e 13.606,03 milhões de Mt pela área operativa das Alfândegas, representando 63,6% e 36,4%, respectivamente. Comparado com o ano de 2007, a contribuição da área operativa dos impostos internos teve um aumento de 2,0%, correspondente ao decréscimo verificado na área operativa das Alfândegas. Este acréscimo está relacionado com o reforço da capacidade de cobrança de impostos internos através do alargamento da Base tributária e acção de popularização do imposto, bem como com o cumprimento do programa de desarmamento pautal a nível da SADC no âmbito do processo de estabelecimento de uma zona de comércio livre.

### 2.1.2. Receitas Fiscais

No que respeita às receitas fiscais, de um objectivo fixado em 30.800,55 milhões de MT, para o ano 2008, foram cobrados 32.315,24 milhões de MT, o que corresponde a 104,9% de realização, representando cerca de 13,5% em termos do PIB. Este grau de realização foi grandemente influenciado pelo sobre cumprimento verificado nos Impostos sobre o Rendimento (17,2%) e nos Impostos sobre Bens e Serviços (1,4%), gráfico 2. Estes níveis de cobrança traduzem-se num crescimento nominal de 15,6%, comparativamente ao ano de 2007, como ilustra a tabela 1.

Gráfico 2 – Totais das Receitas Fiscais cobradas em 2007 – 2008

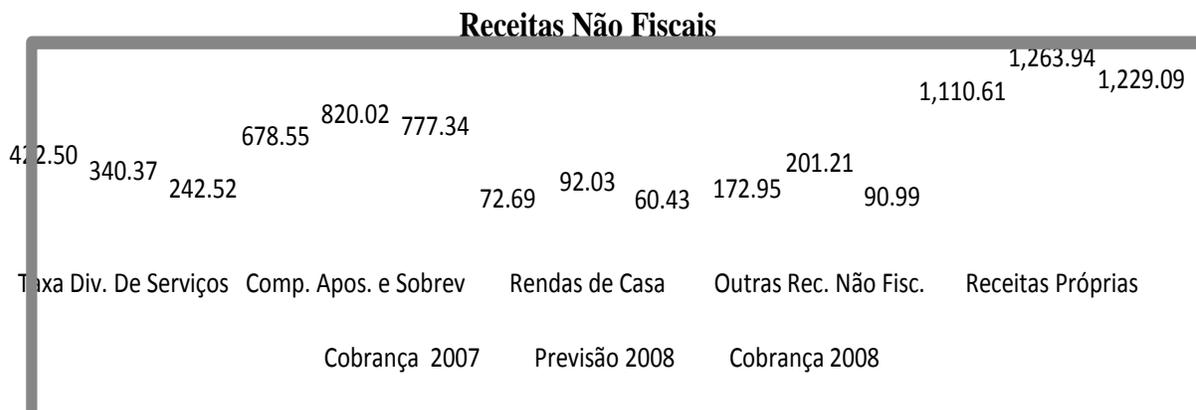


### 2.1.3. Receitas Não Fiscais e Consignadas

Ainda a tabela 1, mostra que a cobrança das Receitas não Fiscais e das Receitas Consignadas foi de 2.400,37 milhões de MT e 2.665,44 milhões de MT, contra objectivos fixados em 2.717,56

milhões de MT e 3.598,52 milhões de MT, representando cerca de 1,0% e 1,1% do PIB, respectivamente.

Gráfico 3 – Totais das Receitas Não Fiscais cobradas em 2007 – 2008



#### 2.1.4. Receitas de Capital

No que respeita às Receitas de Capital, no período em análise, foram cobrados 1.728,27 milhões de MT, de uma meta fixada em 1.699,32 milhões de MT, o que representa 101,7% de realização e cerca de 0,7% do PIB. Este nível de realização foi influenciado pelas receitas provenientes dos contratos de concessão (137,7%), não obstante a fraca canalização das receitas provenientes de dividendos de empresas públicas e as participadas pelo Estado (57,2%) e de Alienação do Património do Estado (63,0%).

#### 2.1.5. Estrutura Fiscal

Em termos da estrutura da receita fiscal, destaca-se o aumento do peso dos Impostos sobre o Rendimento no total das Receitas Fiscais em 3,1%, conforme ilustra a tabela 2, como resultado da melhoria da eficiência da administração fiscal na colecta de receitas.

Tabela 2 – Estrutura Fiscal – 2008

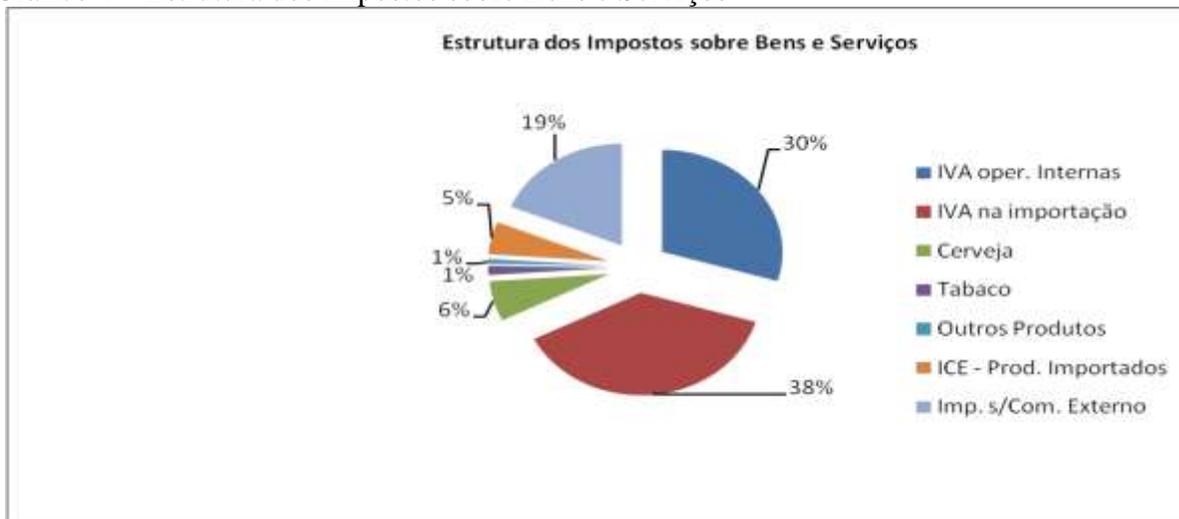
*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

Descrição	2007		2008		Var. Cobrança	Var. Peso (pp.)
	Cobrança	Peso %	Cobrança	Peso %		
<b>Receitas Fiscais</b>	<b>27.965,09</b>	<b>100,0%</b>	<b>32.315,24</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.350,15</b>	<b>0,0%</b>
Imp. S/ Rendimento	9.271,54	33,2%	11.722,82	36,3%	2.451,28	3,1%
Imp. s/ Bens e Serv.	17.224,81	61,6%	19.132,12	59,2%	1.907,32	-2,4%
Outros Impostos	1.468,74	5,3%	1.460,30	4,5%	-8,44	-0,8%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995,00 milhões de mt

Gráfico 4 – Estrutura dos Impostos sobre Bens e Serviços



Comparativamente ao ano de 2007, não obstante ter havido um decréscimo de 2,4% e de 0,8%, do peso dos Impostos sobre Bens e Serviços e Outros Impostos, respectivamente, a cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços cresceu em termos nominais em 1.907,32 milhões de MT, representando 11,1%. Contribuíram para estes resultados, as seguintes acções:

- i. O alargamento da base tributária, através do registo de novos contribuintes em 191.140, para uma previsão anual de 200.000, o que significa uma realização em 95,6%, relativamente a meta anual, dos quais 186.671 foram registados em nome de pessoas singulares e 4.469 em nome de pessoas colectivas;
- ii. As liquidações correctivas em sede da análise de processos de contas das empresas;
- iii. A melhoria do sistema de controlo de pagamentos a não residentes;
- iv. O trabalho realizado pelos Serviços de Informação ao Contribuinte; e
- v. A realização de seminários/palestras, distribuição de cartazes e panfletos no âmbito da Educação Fiscal.

## 2.2. ANÁLISE POR GRUPO DE IMPOSTOS

### 2.2.1. Impostos Sobre o Rendimento

Durante o período em análise a cobrança dos Impostos sobre o Rendimento ascendeu a 11.722,82 milhões de MT contra o programa de 10.003,8 milhões de Mt, o que representa um grau de realização de 117,2%, crescimento nominal de 26,4% e 4,9% do PIB, conforme a tabela 3 e o gráfico 5 a seguir:

Tabela 3 – Impostos sobre o Rendimento

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

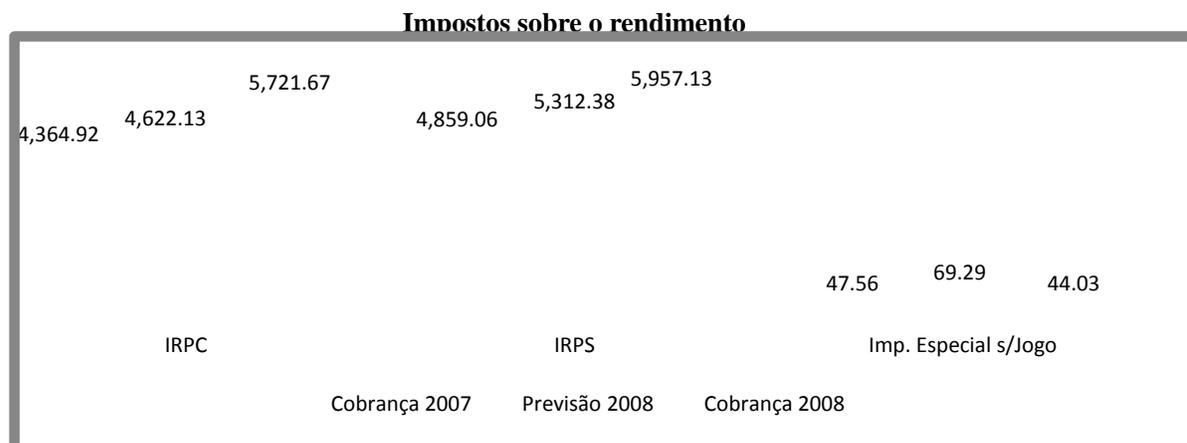
Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Diferença 08-07	Cresc. Nominal %	% s/ PIB
<b>IMP. S/ RENDIMENTO</b>	<b>9.271,54</b>	<b>10.003,80</b>	<b>11.722,82</b>	<b>117,20%</b>	<b>2.451,29</b>	<b>26,40%</b>	<b>4,90%</b>
IRPC	4.364,92	4.622,13	5.721,67	123,80%	1.356,76	31,10%	2,40%
IRPS	4.859,06	5.312,38	5.957,13	112,10%	1.098,06	22,60%	2,50%
IRPS – 2ª categoria	418,13	450,26	511,76	113,70%	93,63	22,40%	0,20%
Outras categorias	4.440,94	4.862,13	5.445,37	112,00%	1.004,44	22,60%	2,30%
Imp. Especial s/Jogo	47,56	69,29	44,03	63,50%	-3,53	-7,40%	0,00%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995,00 milhões de mts

NOTA: o IRPC inclui o valor da Taxa Liberatória das Zonas Francas

Gráfico 5 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre o Rendimento



Contribuíram para este desempenho:

- i. Relativamente ao IRPC, a verificação pontual dos processos de conta e a melhoria no controle dos pagamentos a não residentes, aliado ao aumento do número de contribuintes; e
- ii. No que tange ao IRPS, o tratamento tempestivo das declarações de rendimento, que consistiu no processamento em tempo útil das mesmas para efeitos do apuramento do imposto devido à final, aliado ao aumento do número de contribuintes.

Com efeito, dos 4.622,13 milhões de MT de IRPC programados para o período em análise, foi alcançado um nível de cobrança de 5.721,67 milhões de MT, o que representa um grau de realização de 123,8% e um crescimento nominal substancial de 31,1% comparativamente à 2007 e cerca de 2,4% do PIB, sendo que o sobre cumprimento verificado foi influenciado pelo(a):

- i. Sensibilização e educação fiscal;
- ii. Início de tributação de juros das operações financeiras;
- iii. Divulgação da legislação fiscal e consequente melhoria da autoliquidação;

- iv. Verificação dos processos de contas, com particular destaque para M/22; e
- v. Melhoria no controlo de pagamentos a não residentes.

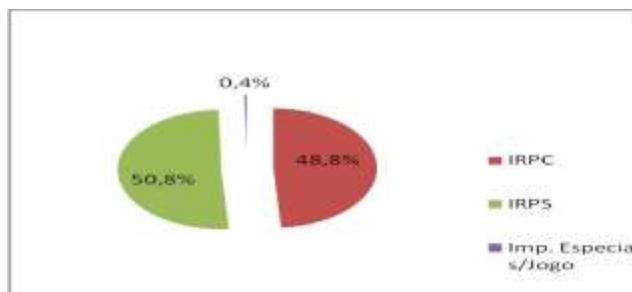
No que concerne ao IRPS, do objectivo fixado em 5.312,38 milhões de MT, cobrou-se 5.957,13 milhões de MT, o que representa um grau de realização de 112,1%, e de cerca de 2,5% do PIB. Comparativamente à receita colectada no período homólogo de 2007, foram cobrados mais 1.098,06 milhões de MT correspondentes a um crescimento nominal de 22,6%, o desempenho verificado nesta rubrica deveu-se:

- i. Às sessões de esclarecimento e sensibilização feitas pelas DAF's e SIC's;
- ii. Ao aperfeiçoamento dos sistemas de controlo; e
- iii. Ao incremento do número de sujeitos passivos.

Para o Imposto Especial sobre o Jogo, foi fixada uma meta de 69,29 milhões de MT, tendo sido cobrados 44,03 milhões de MT, representando um grau de realização de 63,5% correspondente a um decréscimo nominal de 7,4%. O baixo nível de cobrança deveu-se a fraca afluência aos casinos e ao enfraquecimento das principais divisas face ao Metical.

Gráfico 6 – Peso de cada imposto, no grupo dos Impostos s/ o Rendimento

No gráfico 6, verifica-se que o IRPS representa cerca de 50,8 % do total dos Impostos sobre o Rendimento, seguido do IRPC com 48,8 %, e, finalmente, o Imposto Especial Sobre o Jogo, com 0,4 %.



### 2.2.2. Impostos Sobre Bens e Serviços

A cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços cresceu em 11,1% em termos nominais, relativamente a 2007, influenciado:

- A. Pelos impostos incidentes sobre as operações internas cuja cobrança cresceu em 22,7%, em termos nominais, como resultado da:
  - i. Melhoria do controlo exercido sobre os sujeitos passivos faltosos;
  - ii. Correção dos créditos sistemáticos; e
  - iii. Realização dos trabalhos de auditoria e fiscalização tributária, incluindo a fiscalização de mercadorias em circulação.
- B. Pelos impostos incidentes sobre as operações externas, com um crescimento nominal de 8,4%, influenciado pelo bom desempenho do imposto sobre o comércio externo, derivado do facto do impacto do desarmamento pautal sobre a receita, ter sido inferior ao

inicialmente previsto, justificado pelas dificuldades dos agentes económicos na obtenção do certificado de origem.

- C. Contribuíram ainda, para o bom desempenho destes impostos, as seguintes medidas:
- i. A racionalização das isenções;
  - ii. As fiscalizações e as auditorias pós-desembaraço;
  - iii. O fortalecimento das acções anti-contrabando e do combate a corrupção;
  - iv. A melhoria da capacidade de gestão, mediante fortalecimento dos quadros nas fronteiras, terminais e postos de controlo sensíveis.

Do objectivo fixado em 18.860,50 milhões de MT, para os Impostos sobre Bens e Serviços em 2008, foram cobrados 19.132,12 milhões de MT, o que representa uma taxa de realização de 101,4% e cerca de 8,0% do PIB, como ilustra a tabela 4 e o gráfico 6.

Tabela 4 – Impostos sobre Bens e Serviços

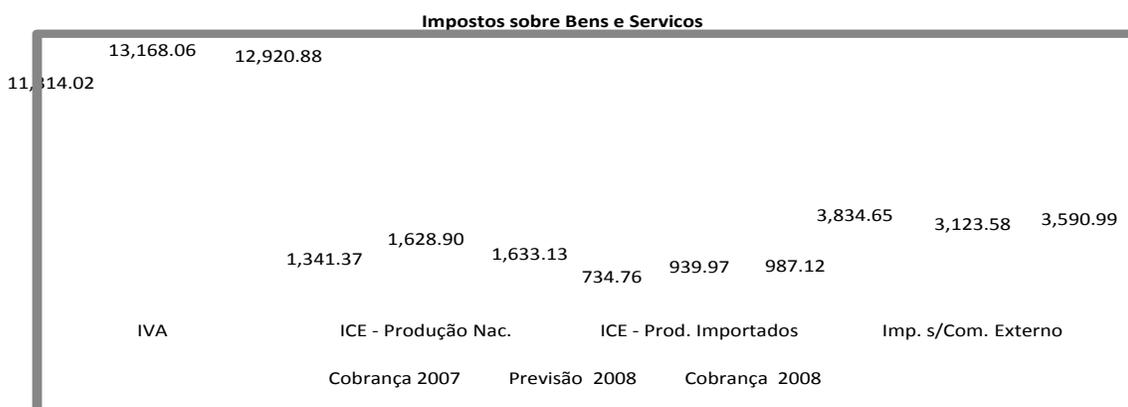
*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Diferença 08-07	Cresc. Nominal	% s/ PIB
<b>IMP. S/BENS E SERV.</b>	<b>17.224,81</b>	<b>18.860,50</b>	<b>19.132,12</b>	<b>101,4%</b>	<b>1.907,32</b>	<b>11,1%</b>	<b>8,0%</b>
<b>IVA</b>	<b>11.314,02</b>	<b>13.168,06</b>	<b>12.920,88</b>	<b>98,1%</b>	<b>1.606,86</b>	<b>14,2%</b>	<b>5,4%</b>
IVA oper. Internas	4.615,88	5.465,99	5.662,80	103,6%	1.046,92	22,7%	2,4%
IVA na importação	6.698,14	7.702,07	7.258,08	94,2%	559,93	8,4%	3,0%
<b>ICE - Produção Nac.</b>	<b>1.341,37</b>	<b>1.628,90</b>	<b>1.633,13</b>	<b>100,3%</b>	<b>291,76</b>	<b>21,8%</b>	<b>0,7%</b>
Cerveja	1.073,68	1.272,82	1.213,98	95,4%	140,31	13,1%	0,5%
Tabaco	248,57	301,13	277,96	92,3%	29,39	11,8%	0,1%
Outros Produtos	19,12	54,95	141,19	257,0%	122,06	638,3%	0,1%
<b>ICE - Prod. Importados</b>	<b>734,76</b>	<b>939,97</b>	<b>987,12</b>	<b>105,0%</b>	<b>252,36</b>	<b>34,3%</b>	<b>0,4%</b>
<b>Imp. s/Com. Externo</b>	<b>3.834,65</b>	<b>3.123,58</b>	<b>3.590,99</b>	<b>115,0%</b>	<b>-243,66</b>	<b>-6,4%</b>	<b>1,5%</b>

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995,00 milhões de mts

Gráfico 7 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços



Tendo em vista a mitigação do impacto da subida de preços de combustíveis no mercado internacional, o Governo de Moçambique determinou as seguintes medidas adicionais sobre os combustíveis:

- i. Diferimento do pagamento de direitos aduaneiros na importação de petróleo de iluminação e gasóleo consumidos internamente; e
- ii. Diferimento do pagamento do Imposto Sobre o Valor Acrescentado em toda a cadeia de importação e transacções sobre o gasóleo consumido no mercado interno.

A implementação destas medidas afectou o plano de receitas estabelecido para o corrente ano na medida em que abdicou-se de se colectar 1.350,66 milhões de meticais, o correspondente a 9,9% do total das receitas da DGA, sendo 224,73 milhões de meticais em direitos e 1.125,94 milhões de meticais em IVA, conforme a tabela 5 e gráfico 8.

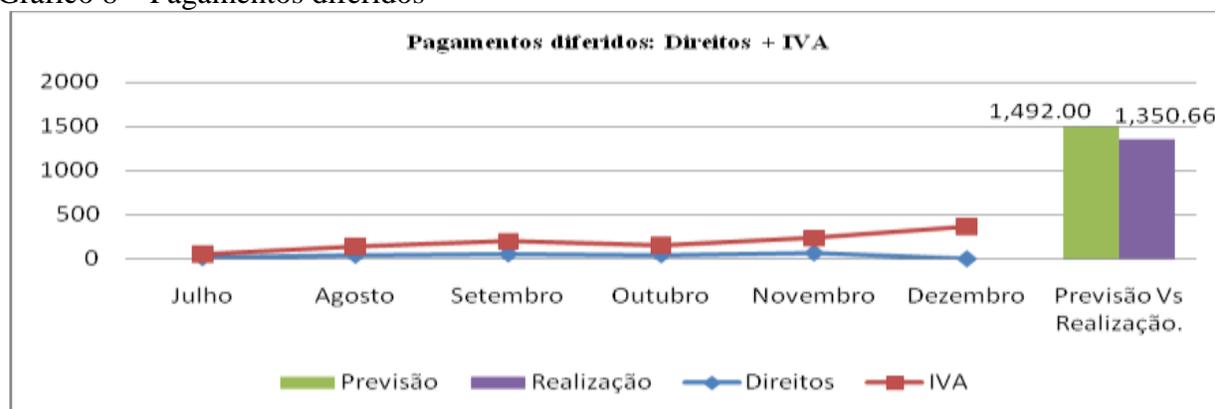
Tabela 5 – Pagamentos diferidos: Direitos + IVA

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Mês	Direitos	IVA	TOTAL
Julho	14,17	48,51	62,68
Agosto	40,59	134,21	174,79
Setembro	55,78	193,60	249,38
Outubro	46,42	153,12	199,54
Novembro	66,58	232,89	299,47
Dezembro	1,19	363,61	364,80
TOTAL	224,73	1.125,94	1.350,66

Fonte: DGA

Gráfico 8 – Pagamentos diferidos



A realização do grupo de Impostos sobre Bens e Serviços foi influenciada pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado incidente nas operações internas, pelo Imposto sobre Consumos Específicos – Produção Nacional (cerveja) que, comparativamente ao ano de 2007, alcançaram um crescimento em termos nominais de 22,7% e 13,1%, respectivamente.

Dos 13.168,06 milhões de MT programados para o Imposto sobre o Valor Acrescentado, foram cobrados 12.920,88 milhões de MT, o que corresponde a 98,1% de realização e cerca de 5,4% do PIB. Comparativamente ao ano de 2007, houve um crescimento nominal de 14,2%.

Relativamente ao Imposto sobre o Comércio Externo, da meta fixada em 3.123,58 milhões de MT, no período em análise, foram cobrados 3.590,99 milhões de MT, correspondentes a um grau de realização de 115,0% que representa 1,5% do PIB. Comparativamente ao ano de 2007, em igual período, registou-se um decréscimo em termos nominais de 6,4%.

No que concerne aos direitos aduaneiros, no período em análise, não obstante terem atingido uma realização positiva relativamente a meta fixada, nota-se uma tendência decrescente do peso desta rubrica, tanto na estrutura dos Impostos sobre Bens e Serviços, como na estrutura das Receitas Fiscais, que apresenta um decréscimo de 3,5% e 2,6%, respectivamente. Esta redução seria mais acentuada, se os importadores fizessem o uso pleno das tarifas do comércio preferencial, relativamente às importações provenientes da SADC.

### 2.2.3. Outros Impostos

Para este grupo de impostos, de um objectivo fixado em 1.936,25 milhões de MT, foi cobrado o montante de 1.460,30 milhões de MT, que representa um grau de realização de 75,4% e cerca de 0,6% do PIB. Comparativamente ao ano 2007, houve um decréscimo de 0,6% em termos nominais, equivalentes a 8,45 milhões de MT, como ilustra a tabela 6.

Tabela 6 – Outros Impostos

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

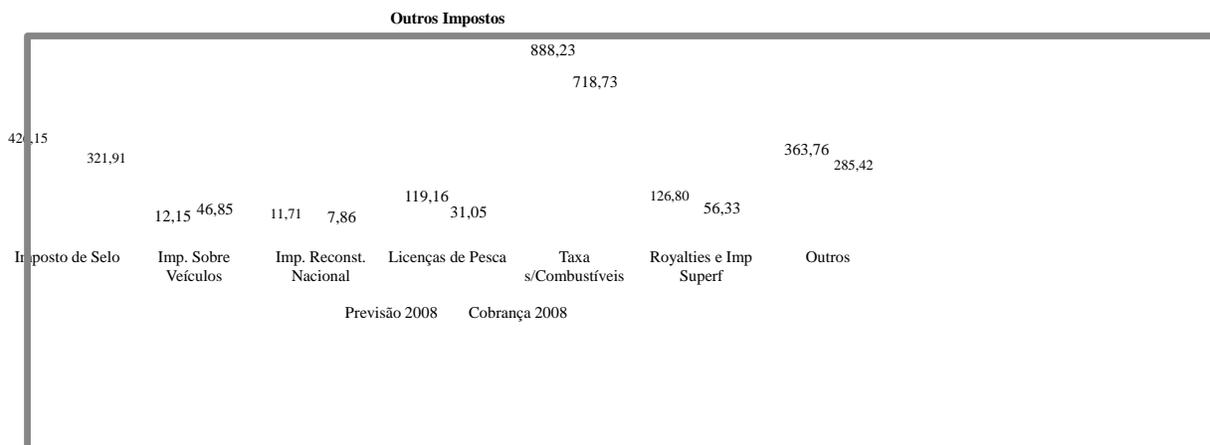
Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Diferença 08-07	Cresc. Nominal	% s/ PIB
<b>OUTROS IMPOSTOS</b>	<b>1.468,74</b>	<b>1.936,25</b>	<b>1.460,30</b>	<b>75,4%</b>	<b>-8,45</b>	<b>-0,6%</b>	0,6%
Imposto de Selo	321,96	426,15	321,91	75,5%	-0,05	0,0%	0,1%
Imp. Sobre Veículos	42,19	12,15	46,85	385,5%	4,66	11,0%	0,0%
Imp. Reconst. Nacional	6,62	11,71	7,86	67,1%	1,24	18,7%	0,0%
Impostos Dirts Extintos	13,26	0,00	4,95		-8,31	-62,7%	0,0%
Licenças de Pesca	56,96	119,16	31,05	26,1%	-25,90	-45,5%	0,0%
Taxa s/Combustíveis	713,28	888,23	718,73	80,9%	5,45	0,8%	0,3%
Royalties e Imp Superf	62,89	126,80	56,33	44,4%	-6,56	-10,4%	0,0%
Outros	251,58	363,76	285,42	78,5%	33,84	13,5%	0,1%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995,00 milhões de mts

Nesta componente, à excepção do Imposto sobre Veículos e da rubrica “Outros”, que superaram as metas programadas, o Imposto de Selo, o Imposto de Reconstrução Nacional, a Taxa Sobre os Combustíveis, e os Royalties e Imposto de Superfície, apresentaram níveis de realização abaixo do programado conforme ilustra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Estrutura: previsão e realização dos Outros Impostos



No caso do imposto do selo, este incumprimento deveu-se à redução dos actos tributáveis, bem como a redução das respectivas taxas, no âmbito da melhoria do ambiente de negócios, tendo sido arrecadados 321,91 milhões de MT, correspondentes a 75,5% do objectivo fixado em 426,15 milhões de MT. Comparando com o ano de 2007, cuja cobrança foi de 321,96 milhões de MT registou-se um decréscimo na ordem de 0,02%.

Quanto ao Imposto sobre Veículos, foram cobrados 46,85 milhões de MT, contra os 12,15 milhões de MT programados, o que representam um grau de realização de 385,5%. Comparativamente ao ano 2007, cobrou-se mais 4,66 milhões de MT, representando este aumento, em termos nominais, um crescimento de 11%, resultante, por um lado, do aumento do parque automóvel no país e, por outro, pela parte consignada aos Municípios estar a ser registada na componente fiscal, em virtude da falta de ajustamento do SICR à nova legislação do ISV e dos classificadores de receita de 2008.

Considerando a Taxa sobre os Combustíveis (partes fiscal e consignada), foi programado para o período em análise uma meta total de 3.005,66 milhões de MT, tendo sido cobrados 2.508,61 milhões de MT, o que corresponde uma realização de 83,5%. Comparativamente ao ano de 2007, foram arrecadados mais 250,54 milhões de MT, o que implicam um crescimento nominal de 11,1%.

No que respeita à Taxa sobre os Combustíveis, na componente Fiscal<sup>1</sup>, foi programado para o ano de 2008, a meta de 888,23 milhões de MT, tendo sido cobrados 718,73 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 80,9%. Comparativamente a 2007, foram arrecadados mais 5,45 milhões de MT, o que representa um crescimento nominal de 0,8 %, como mostra a tabela 7.

<sup>1</sup> O remanescente encontra-se nas outras receitas consignadas.

Tabela 7 – Imposto sobre os Combustíveis

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

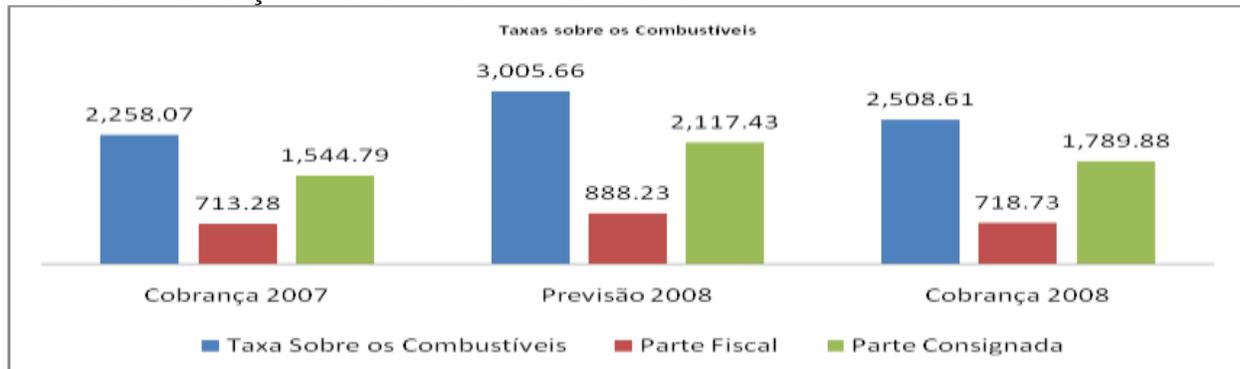
Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Cresc. Nominal	% s/ PIB
<b>Taxa Sobre os Combustíveis</b>	<b>2.258,07</b>	<b>3.005,66</b>	<b>2.508,61</b>	<b>83,5%</b>	<b>11,1%</b>	<b>1,0%</b>
Parte Fiscal	713,28	888,23	718,73	80,9%	0,8%	0,3%
Parte Consignada	1.544,79	2.117,43	1.789,88	84,5%	15,9%	0,7%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995,00 milhões de mt

A análise do gráfico 10, permite constatar que a receita cobrada na rubrica Taxa sobre os Combustíveis mostra uma tendência crescente, não obstante o incumprimento na ordem de 16,5% verificado em relação ao programa do período em análise.

Gráfico 10 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis



#### 2.2.4. Receitas Não Fiscais

Para as Receitas não Fiscais, foi fixada uma meta de 2.717,56 milhões de MT<sup>2</sup>, tendo sido cobrados 2.400,37 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 88,0 % cerca de 1,0 % do PIB. Comparativamente ao ano de 2007, no período em análise foram cobrados a menos 56,94 milhões de MT, representando um decréscimo em termos nominais de 2,3%, como ilustra a tabela 8 e o Gráfico 11.

Tabela 8 – Receitas não Fiscais

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

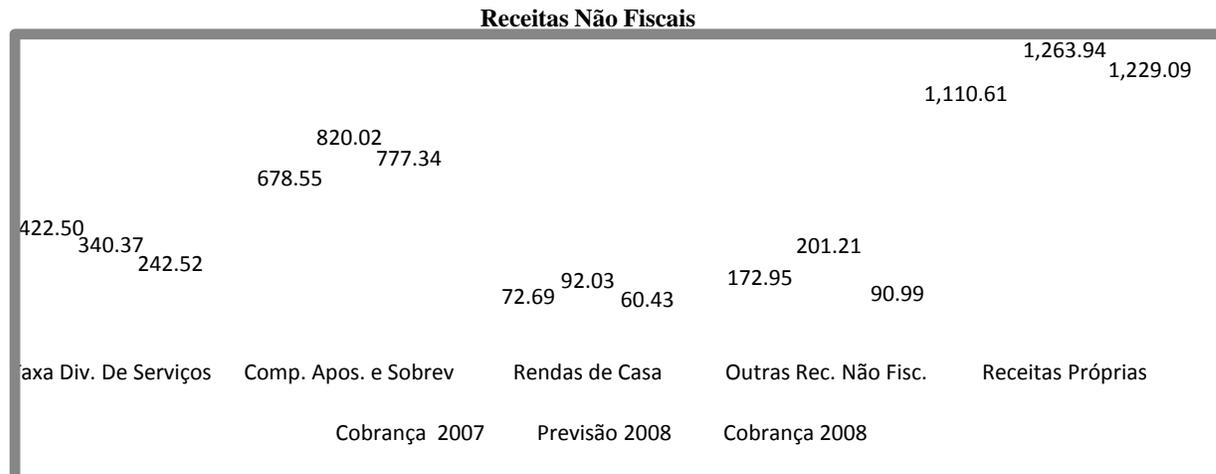
Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Diferença 08-07	Cresc. Nominal %	% s/ PIB
<b>REC. NÃO FISCAIS</b>	<b>2.457,31</b>	<b>2.717,56</b>	<b>2.400,37</b>	<b>88,3%</b>	<b>-56,94</b>	<b>-2,3%</b>	<b>1,0%</b>
Taxa Div. De Serviços	422,50	340,37	242,52	71,3%	-179,98	-42,6%	0,1%
Comp. Apos. e Sobrev	678,55	820,02	777,34	94,8%	98,79	14,6%	0,3%
Rendas de Casa	72,69	92,03	60,43	65,7%	-12,26	-16,9%	0,0%
Outras Rec. Não Fisc.	172,95	201,21	90,99	45,2%	-81,96	-47,4%	0,0%
Receitas Próprias	1.110,61	1.263,94	1.229,09	97,2%	118,47	10,7%	0,5%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995.00 milhões de mt

<sup>2</sup> Inclui o montante de Receitas Próprias de 1.263,94 milhões de MT.

Gráfico 11 – Receitas Não Fiscais



Contribuiu para este nível de desempenho, o decréscimo em termos nominais:

- i. 42,6%, na cobrança de Taxas Diversas de Serviços, devido a fraca capacidade da previsão das receitas nesta rubrica, que é realizada pelos diversos sectores do Governo;
- ii. 16,9%, na cobrança de Rendas de Casa, devido à redução do parque imobiliário do Estado, como consequência das alienações.
- iii. 47,4%, na cobrança de Outras Receitas Não Fiscais.

Para inverter este cenário, decorrem trabalhos de sensibilização e programas de educação fiscal junto das entidades públicas.

No que concerne às Receitas Próprias, de uma meta fixada em 1.263,94 milhões de MT, foram cobrados 1.229,09 milhões de MT, correspondentes a um grau de realização de 97,2%.

Relativamente ao ano anterior, os níveis de cobrança nesta rubrica têm apresentado melhorias significativas, resultante do esforço contínuo da Administração Fiscal, no processo de sensibilização e educação fiscal junto às instituições do Estado de nível central que procedem a cobrança de receitas próprias para posterior entrega aos cofres do Estado.

## 2. 2.5. Receitas Consignadas

Para este grupo de receitas, de um programa de 3.598,52 milhões de MT, foram cobrados 2.665,44 milhões de MT, o que representa um grau de realização de 74,1 % em relação ao objectivo fixado no período em análise, como ilustra a tabela 9.

Tabela 9 – Receitas Consignadas

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

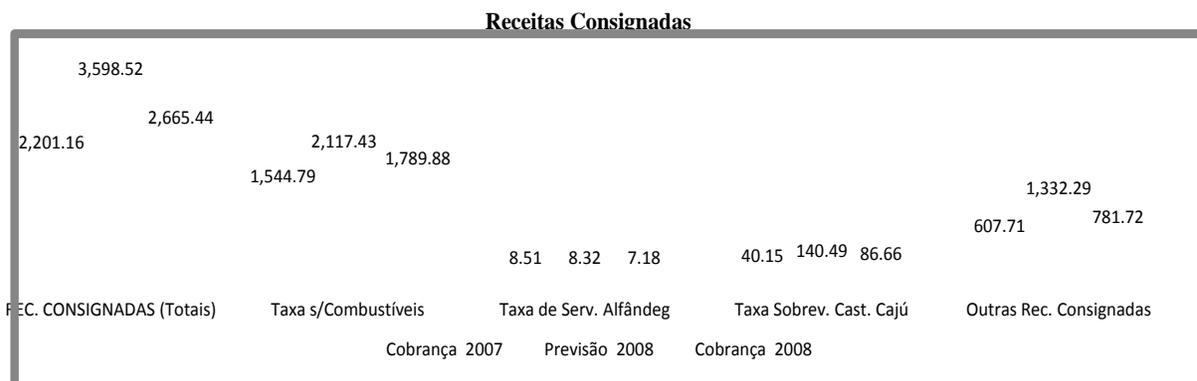
Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Diferença 08-07	Cresc. Nominal %	% s/ PIB
<b>REC. CONSIGNADAS</b>	<b>2.201,16</b>	<b>3.598,52</b>	<b>2.665,44</b>	<b>74%</b>	<b>464,27</b>	<b>21,1%</b>	<b>1,1%</b>
Taxa s/Combustíveis	1.544,79	2.117,43	1.789,88	85%	245,09	15,9%	0,7%
Taxa de Serv. Alfândeg	8,51	8,32	7,18	86%	-1,33	-15,7%	0,0%
Taxa Sobrev. Cast. Cajú	40,15	140,49	86,66	62%	46,51	115,8%	0,0%
Outras Rec. Consignadas	607,71	1.332,29	781,72	59%	174,01	28,6%	0,3%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995.00 milhões de mt

Nesta componente, todas as suas rubricas não atingiram as metas programadas, conforme ilustra o Gráfico 12, não obstante terem apresentado um crescimento nominal com a excepção de taxas de serviços alfandegários que apresentam um decréscimo na ordem de 15,7%.

Gráfico 12 – Receitas Consignadas



### 2.2.6. Receitas de Capital

Nesta rubrica, para uma meta estabelecida em 1.699,32 milhões de MT, foi cobrado 1.728,27 milhões de MT, que corresponde a uma realização de 101,7 % e cerca de 0,7% do PIB. Comparativamente ao ano de 2007, cobrou-se menos 121,80 milhões de MT, o que representa um decréscimo de 6,6%, como ilustra a tabela 10 e gráfico 13. Este decréscimo deveu-se principalmente à redução das receitas provenientes das concessões.

Tabela 10 – Receitas de Capital

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Cobrança 2007	Previsão 2008	Cobrança 2008	Real. %	Diferença 08-07	Cresc. Nominal %	% s/ PIB
<b>REC. DE CAPITAL</b>	<b>1.850,07</b>	<b>1.699,32</b>	<b>1.728,27</b>	<b>101,7%</b>	<b>-121,80</b>	<b>-6,6%</b>	<b>0,7%</b>
Rend. Patrim. Estado	40,02	110,39	69,56	63,0%	29,54	73,8%	0,0%
Outras Rec. Capital	1.810,05	1.588,93	1.658,71	104,4%	-151,34	-8,4%	0,7%
Dividendos	606,35	657,90	376,62	57,2%	-229,73	-37,9%	0,2%
Outras	1.203,70	931,03	1.282,09	137,7%	78,39	6,5%	0,5%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 238.995.00 milhões de MT

Gráfico 13 – Receitas de Capital



### 2.3. MEGA PROJECTOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Segundo o CBF<sup>3</sup>, são considerados projectos de Grande Dimensão, os empreendimentos cujo investimento excede o equivalente a quinhentos milhões de dólares americanos, bem como os empreendimentos em infra-estruturas de domínio público, levados a cabo sob o regime de concessão e podem beneficiar de incentivos excepcionais, no âmbito dos direitos de importação, do IR, de SISA, do Imposto do Selo, etc., a serem concedidos pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças. Existem, actualmente, 7 Mega projectos, nomeadamente:

- i) Mozal, SARL;
- ii) Sasol Petroleum Temane;
- iii) Sasol Petroleum Moçambique;
- iv) Projecto Areias Pesadas de Moma;
- v) Areias Pesadas de Chibuto;
- vi) Hidroeléctrica de Cahora Bassa; e
- vii) Companhia do Vale do Rio Doce.

<sup>3</sup> n° 1 do artigo 29

Existem ainda, outros Mega projectos não implementados, nomeadamente:

- i) Projecto de Ferro e Aço de Maputo,
- ii) Projecto da Zona Franca Industrial da Beira e de Ferro e Aço da Beira,
- iii) Complexo Petroquímico da Beira,
- iv) Riversdale Mozambique, Lda,
- v) Procana,
- vi) Ayr's Logispics (refinaria de petróleo de Nacala).

A tabela 11 e o gráfico 14, ilustram a contribuição das receitas cobradas dos mega projectos e das instituições financeiras nos principais agregados, quais sejam, as receitas dos Impostos Internos (responsável primeiro pela cobrança destes impostos), as receitas totais do Estado e no Produto Interno Bruto, de onde se pode perceber que as receitas dos mega projectos constituem 5,5% das receitas totais do Estado, enquanto o arrecadado nas instituições financeiras corresponde a 3,3% das receitas totais do Estado.

Tabela 11 – Mega projectos e Instituições Financeiras

	% Rec DGI	% Rec Total	% PIB
Megaprojectos	8,4%	5,5%	0,9%
Instituições Financeiras	5,1%	3,3%	0,5%
Total	13,5%	8,8%	1,4%

Fonte: DGI/GPECI

Durante o ano de 2008, os Mega projectos contribuíram com 2.144,32 milhões de meticais, sendo: i) 319,29 milhões de meticais de IRPS, ii) 419,48 milhões de meticais de IRPC<sup>4</sup>, iii) 96,16 milhões de meticais de Impostos sobre a Produção, iv) 1.179,58 milhões de meticais de Taxas de Concessão e v) 129,8 milhões de meticais de Dividendos, conforme tabela 12.

Tabela 12 – Contribuição dos Mega projectos

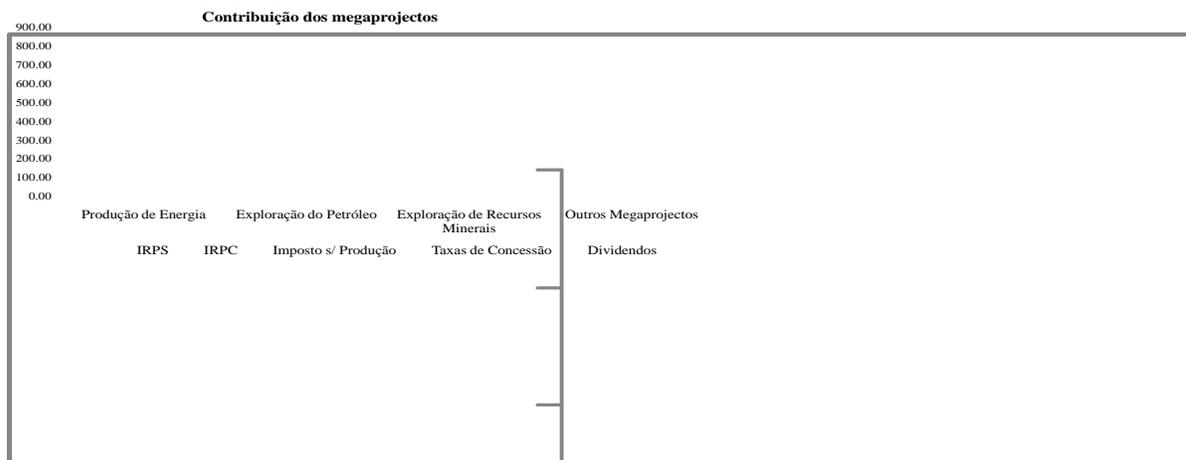
Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Megaprojectos	IRPS	IRPC	Imposto s/ Produção	Taxas de Concessão	Dividendos	Total
Produção de Energia	83,46	33,42	0,00	338,55	0,00	455,43
Exploração do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Minerais	103,37	101,16	96,16	841,03	0,00	1.141,72
Outros Megaprojectos	132,46	284,90	0,00	0,00	129,80	547,16
<b>Total</b>	<b>319,29</b>	<b>419,48</b>	<b>96,16</b>	<b>1.179,58</b>	<b>129,80</b>	<b>2.144,32</b>

Fonte: DGI-SAGPFI

<sup>4</sup> Inclui taxa liberatória

Gráfico 14 – Mega projectos



Por outro lado as instituições financeiras, contribuíram com cerca de 1.292,22 milhões de Mt, sendo que destes, 1.166,23 constituem a contribuição dos bancos (cerca de 90%), cabendo o restante às seguradoras (7%) e às sociedades de capitais de risco (3%). Analisando por impostos, maior volume de arrecadação verificou-se no IRPC com 586,82 milhões de MT, seguido pelo IRPS com 383,81 milhões de meticais e pelo Imposto de Selo com 222,66 milhões de meticais, conforme a tabela 13 e o gráfico 15.

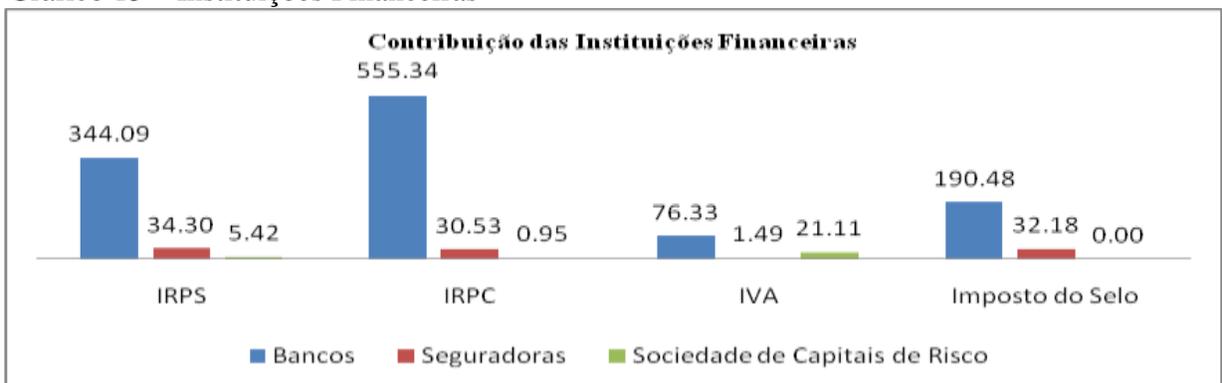
Tabela 13 – Contribuição das Instituições Financeiras – 2008

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

Instituições Financeiras	IRPS	IRPC	IVA	Imposto do Selo	Total
Bancos	344,09	555,34	76,33	190,48	<b>1.166,23</b>
Seguradoras	34,30	30,53	1,49	32,18	<b>98,51</b>
Sociedade de Capitais de Risco	5,42	0,95	21,11	0,00	<b>27,48</b>
<b>Total</b>	<b>383,81</b>	<b>586,82</b>	<b>98,93</b>	<b>222,66</b>	<b>1.292,22</b>

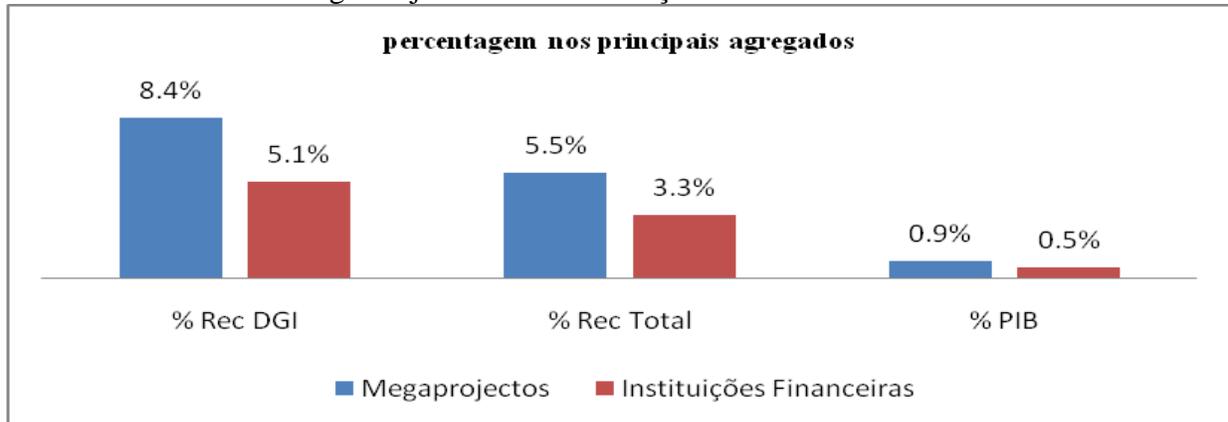
Fonte: DGI-SAGPFI

Gráfico 15 – Instituições Financeiras



O peso das receitas cobradas nos mega projectos e nas instituições financeiras, no total das receitas da DGI (principal responsável pela cobrança destes impostos), no total das receitas da AT e no PIB, é claramente espelhado no gráfico 16.

Gráfico 16 – Peso dos Mega Projectos e das Instituições Financeiras



## 2.4. ACÇÕES DESENVOLVIDAS TENDENTES À RECUPERAÇÃO DA RECEITA

No período em análise, desenvolveram-se diversas acções com vista à cobrança de receitas, sendo de destacar a (o):

- i) Prevenção e combate à fraude e evasão fiscais;
- ii) Contencioso Fiscal; e
- iii) Reembolsos:

### 2.4.1. Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Fiscais

Relativamente à matéria de auditoria, fiscalização e investigação, foram, ao longo do ano em análise, desenvolvidas várias tarefas com vista a:

- i) Prevenir e combater a fraude e evasão fiscais,
- ii) Investigar as irregularidades fiscais,
- iii) Proceder a verificação e submissão à confirmação dos rendimentos empresariais declarados pelos sujeitos passivos, singulares e colectivos,
- iv) Instruir e tramitar as autorizações para a inscrição dos Técnicos de Contas e
- v) Coordenar e controlar, a nível técnico, a execução do programa de actividades de auditoria e fiscalização tributária a nível nacional.

#### 2.4.1.1. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Tributária

De um programa de 700 auditorias, foram realizadas pela DAFI 769 auditorias, o que corresponde a um nível de prestação de 109,86%. Das auditorias realizadas, 529 foram na

Região Sul, 115 na Região Centro e 125 na Região Norte, tendo sido apurados impostos adicionais no montante de 352,8 milhões de meticais, como ilustra a tabela 14:

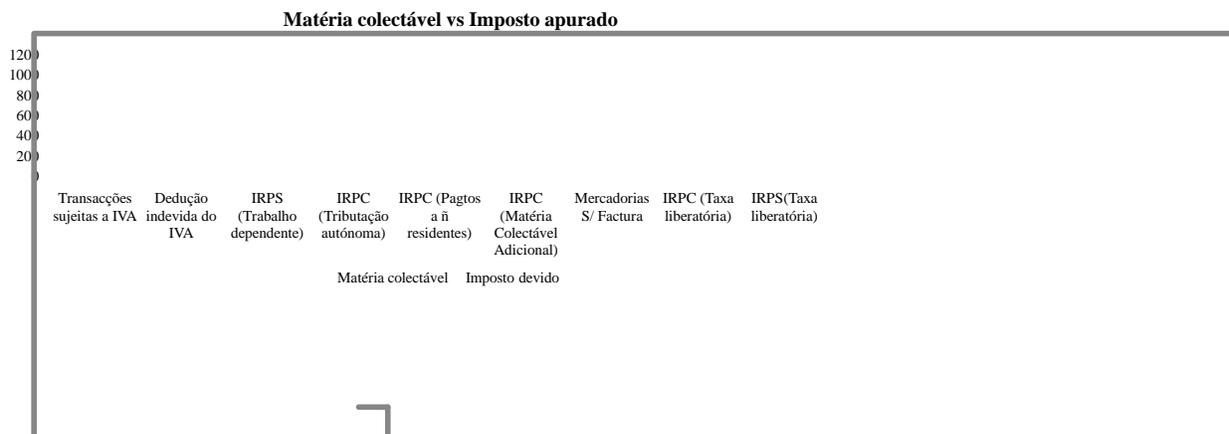
Tabela 14 - Resultados Globais (Matéria colectável e Imposto apurado)

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Matéria Colectável	Imposto devido
Vendas sonogadas sujeitas a IVA	936,21	164,12
Dedução indevida do IVA	0,00	22,05
Compras sem facturas	34,69	5,90
IRPS (Trab. Dependente)	8,58	1,47
IRPC (Trib. Autónoma)	52,52	18,38
IRPC(Taxa liberatória)	978,74	137,32
IRPC (Actividade económica)	471,00	0,00
IRPS(Taxa Liberatória)	17,68	3,57
IRPS(2 <sup>a</sup> Categoria)	21,68	0,00
<b>Totais</b>	<b>2.521,09</b>	<b>352,80</b>

Fonte: DGI – DAFI

Gráfico 17 – Resultados globais - Matéria colectável e Imposto apurado



Como resultado das auditorias realizadas em 2008, foram cobrados 89,44 milhões de meticais o que representa 25,35% do imposto apurado resultante das auditorias e representa 0,35% da receita total cobrada pela DGI, sendo, 86,74 milhões de meticais, na Região Sul, 2,45 milhões de meticais na Região Centro e 0,26 milhões de meticais na Região Norte, conforme tabela 15.

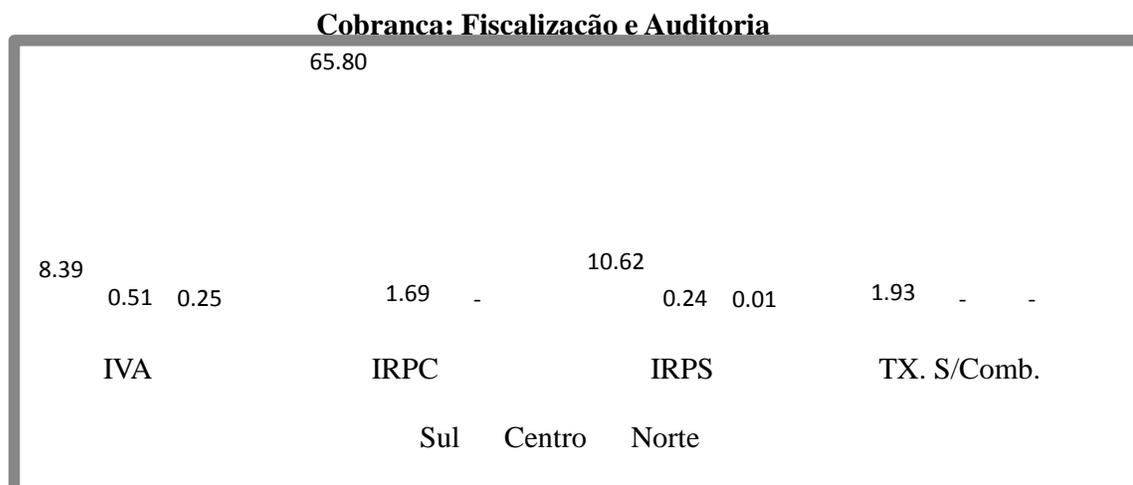
Tabela 15 – Auditorias e Fiscalizações: Impostos Cobrados em 2008

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Regiões	IVA	IRPC	IRPS	TX. S/Comb.	Total
Sul	8,39	65,80	10,62	1,93	86,74
Centro	0,51	1,69	0,24	-	2,45
Norte	0,25	-	0,01	-	0,26
<b>Total</b>	<b>9,14</b>	<b>67,50</b>	<b>10,87</b>	<b>1,93</b>	<b>89,44</b>

Fonte: DGI-DAFI

Gráfico 18 – Auditorias e Fiscalizações: Impostos Cobrados por região em 2008



#### 2.4.1.2. Fiscalização de Mercadorias em Circulação

A implementação do Decreto n.º 36/2000, de 10 de Outubro<sup>5</sup>, reiniciou em Maio de 2008, em coordenação conjunta, DGI e DGA, e que contou com a participação da PRM. Esta acção, designada “Operação Zonguene”, abrangeu as zonas sul centro, tendo sido interpeladas 4.829 viaturas, das quais 292 apreendidas e aplicadas multas no valor de 4,20 milhões de MT.

#### 2.4.1.3. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Aduaneira

No período de Janeiro a Dezembro de 2008 a Direcção de Auditoria, Investigação e Informações (DAII) realizou 30 Operações, contra 42 programadas, o que corresponde a um grau de realização de 71,43%, tendo sido cobrado um valor total de 45,23 milhões de meticais, contra 26,12 milhões de meticais cobrados em 2007, notando-se um aumento do valor cobrado na ordem de 19,11 milhões de meticais.

<sup>5</sup> Trata-se da 2ª fase, na medida em que a primeira decorreu de 01 a 22 de Dezembro de 2007.

Entre as operações realizadas destacam-se:

- i) *Operação Pacific I e III* – que visou especificamente o controlo da entrada, circulação e comércio de cigarros na Região Centro, dos quais espera-se cobrar um total de 0,24 milhões de meticais;
- ii) *Operação Pacific II* – que consistiu na realização de buscas em estabelecimentos de venda de celulares, esperando-se que sejam recuperados cerca de 0,12 milhões de meticais;
- iii) *Operação Mandimba* – realizada em Maputo, virada para a regularização de viaturas, estimando-se que sejam recuperados 1,45 milhões de meticais; e
- iv) *Operação Chemba* – realizada na Delegação da Cidade de Lichinga, direccionada especificamente para viaturas importadas irregularmente, estimando-se que sejam recuperados 0,76 milhões de meticais.

No que respeita ao controlo de drogas, destaca-se a apreensão, na Sala de Embarque do TIAR e em coordenação com a PRM, de:

- i) 3,65 Kg de cocaína, Processo 433/08;
- ii) 600 g de Cocaína, processo 538/08; e
- iii) 1,300 Kg de Cocaína, processo 764/08.

Destaca-se, ainda:

- i) A apreensão de madeira diversa em Nacala, acondicionada em 50 contentores, por subfacturação, correspondente ao valor Aduaneiro de 2,34 milhões de meticais; e
- ii) A apreensão de 10 contentores de Leite Condensado, em Nacala, por falsas declarações, cujos processos foram remetidos ao Tribunal Aduaneiro de Nacala.

As Brigadas de Reacção Táctica (BRT) detectaram 35 infracções contra 50 de igual período de 2007, que culminaram com a recuperação de 0,19 milhões de meticais, dos quais 0,09 milhões de meticais de direitos e 0,10 milhões de meticais de multas. A redução de número de infracções detectadas pelas BRT deveu-se:

- i) Ao facto de as equipas se terem envolvido preferencialmente em buscas coordenadas pela Divisão de Investigação; e
- ii) Terem estado envolvidas noutras operações conjuntas tanto a nível da AT (operação Zonguene) bem como da PRM.

#### **2.4.1.4. Auditorias Pós-Desembaraço**

Para o período em análise tinham sido programadas 63 auditorias a diversas empresas em todo o país, dos quais 50 na DRS, 6 na DRC e 7 na DRN, cujos resultados encontram-se resumidos na tabela 16.

Tabela 16 - Resumo das auditorias programadas vs realizadas

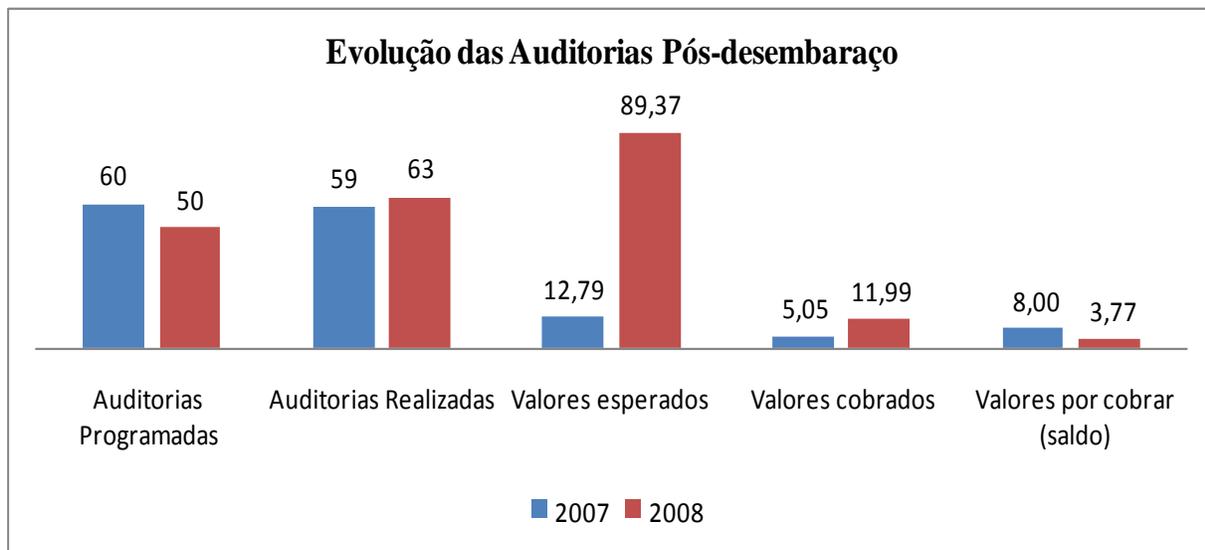
Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	2007	2008	Taxa cresc
Auditorias Programadas	60	50	-16,7%
Auditorias Realizadas	59	63	6,8%
<b>Valores esperados</b>	<b>12,79</b>	<b>89,37</b>	<b>599,0%</b>
Royalities		50,98	
<b>Valores cobrados</b>	<b>5,05</b>	<b>11,99</b>	<b>137,6%</b>
Direitos	0,84	6,90	721,3%
IVA	0,26	2,45	835,6%
ICE	5,38	4,05	-24,7%
Royalities			
<b>Valores por cobrar (saldo)</b>	<b>8,00</b>	<b>3,77</b>	<b>-52,9%</b>

Fonte: DGA/DAPD

Os valores cobrados efectivamente no ano de 2007, foram 5,05 milhões de MT, contudo para efeitos de estatística, dos valores inscritos nas rubricas de Direitos, IVA e ICE nem todos foram cobrados no ano de 2007, pois alguns utentes conseguiram autorização para pagarem em prestações, e os referidos valores também foram cobrados em 2008, embora resultassem de auditorias de 2007.

Gráfico 19 – Auditorias Pós-Desembaraço



No ano de 2008, verificou-se um aumento do número (6,8%) e melhoria na qualidade das Auditorias, comparativamente a 2007, o que acabou resultando em um maior valor colectado.

### 2.4.1.5. Gestão do Risco

Para o presente ano foi estabelecido como meta a activação de 720 perfis de risco ao nível local e 26 ao nível central, tendo sido conseguido instalar apenas 550 perfis de nível local e 39 de nível central. Os locais actuaram 611 vezes e os centrais 292 vezes, tendo sido cobrado o valor de 20,96 milhões de meticais.

Adicionalmente, foram registados onze informadores contra cinco registados em igual período de 2007. Este número inclui os que foram registados à partir de outros sectores. Na origem deste aumento estão melhorias:

- i. Na colaboração dos informadores; e
- ii. No sistema de processamento das recompensas dos já registados.

### 2.4.1.6. Verificação de Processos de Contas das Empresas

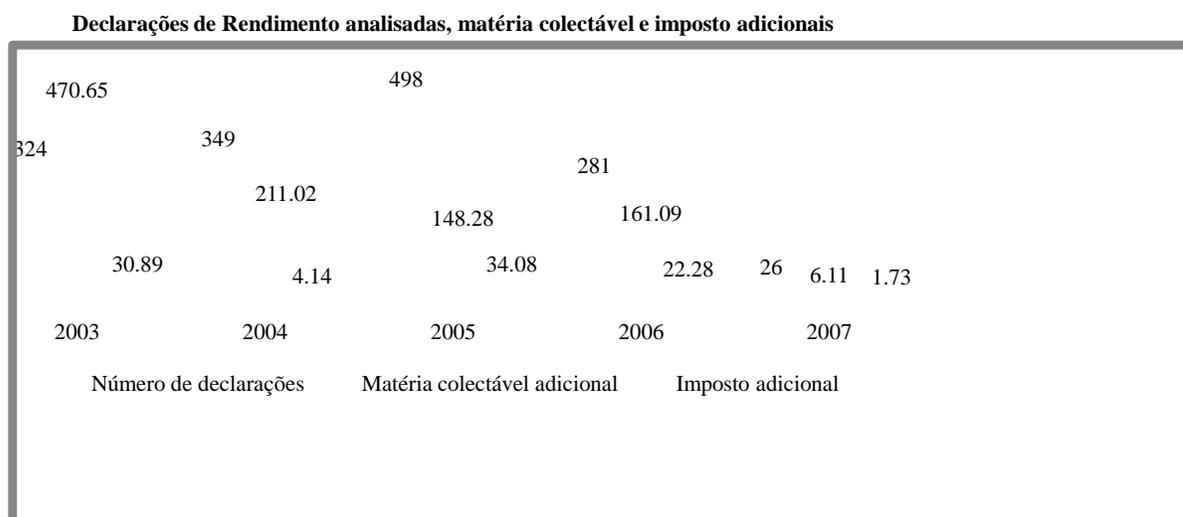
Em 2008, foram analisados 1.478 processos de contas, referentes aos exercícios de 2003 à 2007, contra um programa anual de 1.447 processos, o que representa um nível de prestação de 102,1%, tendo sido apurado a matéria colectável adicional no valor de 997,15 milhões de meticais, conforme tabela 17.

Tabela 17 - Processos de contas das Empresas

	<i>Unidade: 10<sup>6</sup> MT</i>					
	2003	2004	2005	2006	2007	Total
<b>Número de declarações</b>	324	349	498	281	26	1.478
<b>Matéria colectável adicional</b>	470,65	211,02	148,28	161,09	6,11	997,16
<b>Imposto adicional</b>	30,89	4,14	34,08	22,28	1,73	93,13

Fonte: DGI/DAFI

Gráfico 20 – Declarações de Rendimento analisadas, matéria colectável e impostos adicionais



Com efeito transitaram, para o ano de 2009, 4.148 processos de contas das empresas, sendo 524 (exercício de 2004); 1.511 (exercício de 2005); 1.449 (exercício de 2006); 664 (exercício de 2007). A tabela 18 mostra que o desempenho na cobrança do imposto resultante das auditorias e fiscalizações, registou um decréscimo de 0,2%, relativamente ao ano de 2007.

Tabela 18 - Auditorias e Fiscalizações

Descrição	Unidade: 10 <sup>6</sup> MT	
	2007	2008
Número de Auditorias/Fisc. Programadas	675	700
Número de Auditorias/Fisc. Realizadas	958	769
Matéria Colectável	5.290,84	2.521,09
Imposto Devido	780,73	352,80
Imposto Cobrado	138,09	89,44
Receita total cobrada	34.473,63	39.109,32
% imposto cobrado/Receita Total	0,4%	0,2%

Fonte: DGI/DAFI

## 2.5. CONTENCIOSOS TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO E EXECUÇÕES FISCAIS

### 2.5.1. Contencioso Tributário

Relativamente ao seguimento das reclamações, desenvolveram-se esforços para dar vazão aos processos de contencioso com vista a aumentar a eficiência e a rapidez no reconhecimento dos direitos invocados pelos contribuintes e a realização dos direitos do Estado. Os processos de natureza contenciosa apresentaram o seguinte comportamento, conforme tabela 19:

- i. Transitados do ano anterior, 8.306 processos no valor de 1.773,79 milhões de meticais;
- ii. Instaurados 4.489 processos no valor de 491,36 milhões de meticais;
- iii. Cobrados 5.998 processos no valor de 171,66 milhões de meticais;
- iv. Anulados 9 processos no valor de 1,78 milhões de meticais;
- v. Virtualizado 1.224 processos no valor de 218,04 milhões de meticais;
- vi. Contestados 1.229 processos no valor de 69,16 milhões de meticais; e
- vii. Recorridos ao TA, 230 processos no valor de 321,53 milhões de meticais,

Importa ainda referir, que dos 7.606 processos no valor de 916,24 milhões de meticais, foram contestados 1.229 no montante de 69,16 milhões de meticais, dos quais 839 deram entrada na Direcção de Contencioso Tributário, tendo sido sentenciados 798; 335 foram julgados nas respectivas DAF's e 35 nas Direcções Provinciais de Planos e Finanças, tendo ainda sido recorridos em 2<sup>a</sup> instância (Tribunal Administrativo) 230 processos.

Tabela19 - Processos do Contencioso Tributário

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

Descrição	2007		2008		Variação	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
saldo em Janeiro	8.333	1.169,63	8.306	1.773,80	-0,3%	51,7%
Instaurado	6.476	484,39	4.489	491,36	-30,7%	1,4%
cobrados	3.638	223,43	5.998	171,66	64,9%	-23,2%
Anulados	27	7,89	9	1,78	-66,7%	-77,4%
virtualizados	2.855	107,43	1.224	218,04	-57,1%	103,0%
Contestados	812	721,33	1.229	69,16	51,4%	-90,4%
Recursos ao T.A.	134	45,15	230	321,53	71,6%	612,1%
Saldo 31 de Dez	8.289	1.315,26	7.606	916,24	-8,2%	-30,3%

Fonte: DGI – DCT

**NOTA:** 8.289 saldo em 30/11/2007, sendo que até 31/12/2007 o saldo subiu para 8.306 processos de contencioso tributário.

Gráfico 21 – Processos do Contencioso Tributário - Quantidades

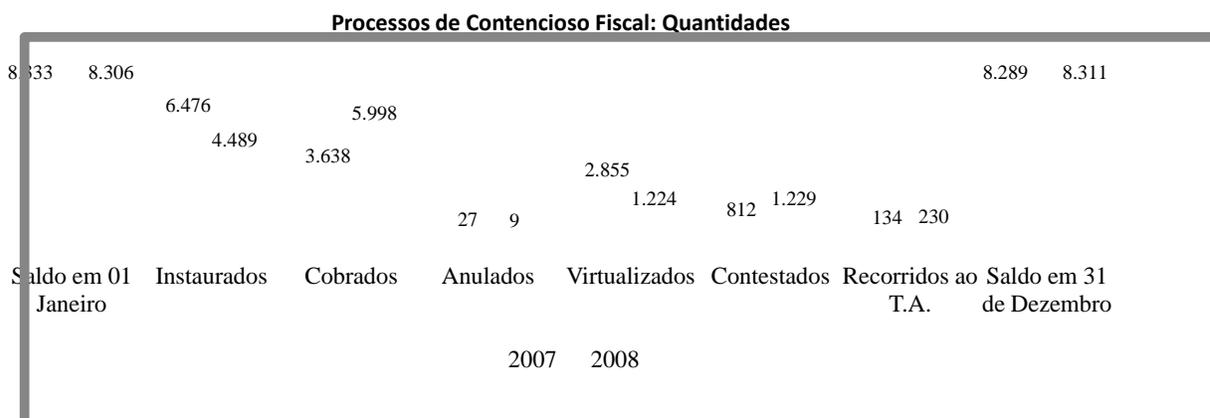
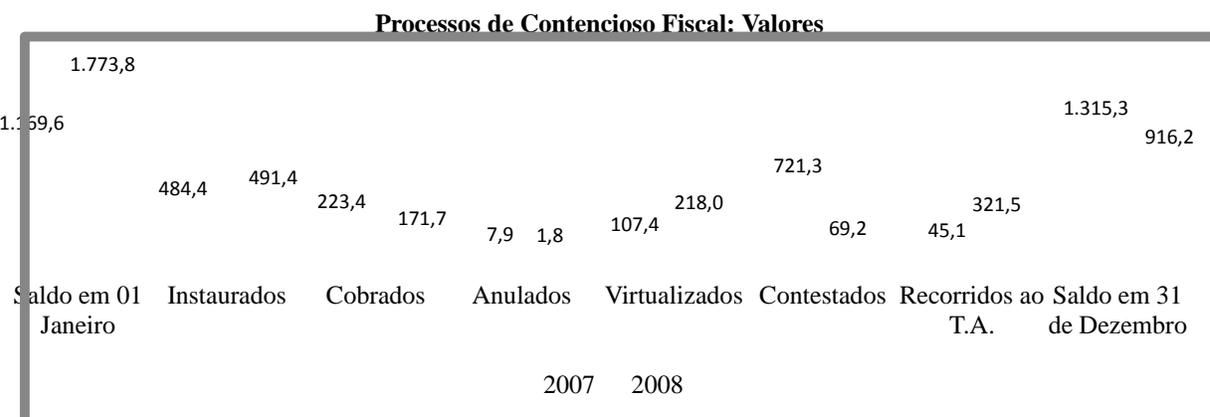


Gráfico 22 - Processos do Contencioso Tributário - Valores



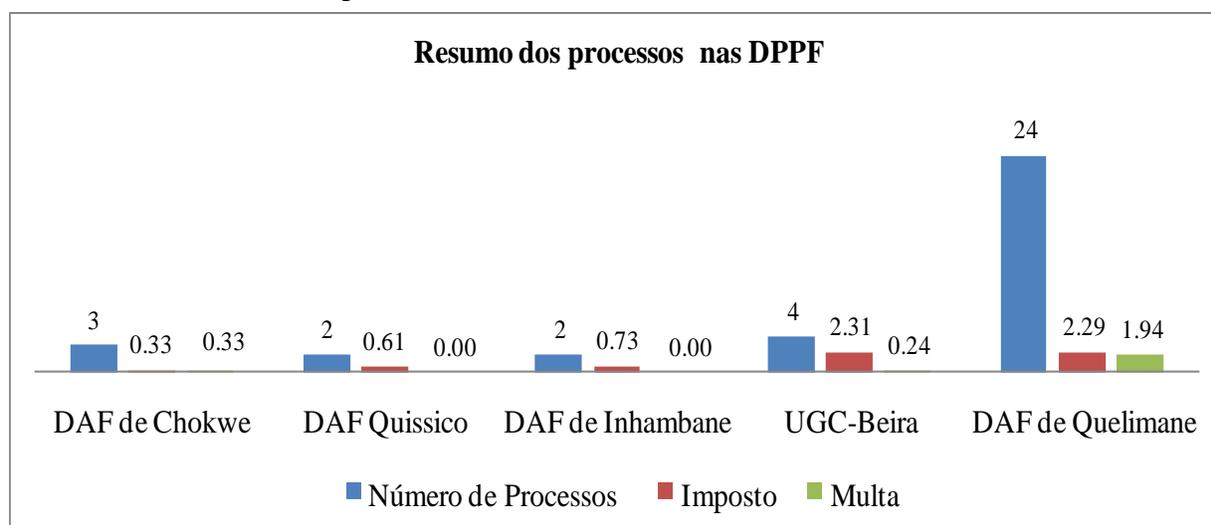
Em Janeiro de 2008 existiam nas DPPF, 88 processos no valor de 18,63 milhões de meticais de contencioso tributário, aguardando as sentenças, dos quais 53 processos no valor de 9,83 milhões de meticais já foram sentenciados ao longo de 2008. Entretanto, continuam nas DPPFs, 35 processos no valor de 8,8 milhões de meticais, conforme tabela 20.

Tabela 20 - Resumo dos processos que se encontram nas DPPF  
Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Número de Processos	Valor		Total
		Imposto	Multa	
DAF de Chokwe	3	0,33	0,33	0,66
DAF Quissico	2	0,61	0,00	0,61
DAF de Inhambane	2	0,73	0,00	0,73
UGC-Beira	4	2,31	0,24	2,56
DAF de Quelimane	24	2,29	1,94	4,24
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>6,28</b>	<b>2,52</b>	<b>8,80</b>

Fonte: DGI – DCT

Gráfico 23 - Resumo dos processos nas DPPF



As DPPFs que demandam maiores processos são: i) Zambézia com 24 processos no valor de 2.292,62 mil meticais, ii) Sofala com 4 processos no valor de 2.312,88 mil meticais e iii) Inhambane com 4 no valor 1.346,36 mil meticais.

### 2.5.2. Contencioso Aduaneiro

No período referenciado, movimentou-se um total de 169 processos, que foram encaminhados nos termos a seguir resumidos:

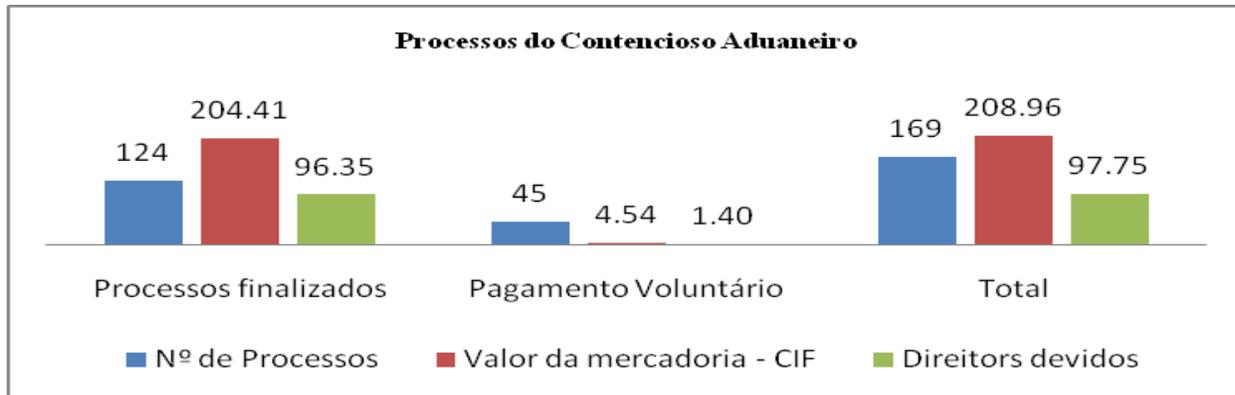
Tabela 21 - Processos fiscais finalizados e direitos devidos

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Processos finalizados	Pagamento Voluntário	Total
Nº de Processos	124	45	169
Valor da mercadoria - CIF	204,41	4,54	208,96
Direitos devidos	96,35	1,40	97,75

Fonte: DGA

Gráfico 24 – Processos do Contencioso Aduaneiro



- I. 15 (quinze) notificações de despachos de indicição proferidos pelo Tribunal Aduaneiro, sendo que todos eles foram favoráveis à instituição. Também foi registado 01 (um) despacho desfavorável que, no entanto, veio a ser modificado mediante intervenção do DCA;
- II. Foram notificados 6 (seis) Acórdãos do Tribunal Administrativo, 02 (dois) dos quais desfavoráveis à instituição.

### 2.5.3. Processos que se encontram no Tribunal Administrativo.

No mesmo período foram recorridos ao TA, 230 processos no valor de 321,53 milhões de meticais, as unidades orgânicas locais que apresentam número elevado de processos com maiores volumes de receita, conforme tabela 22.

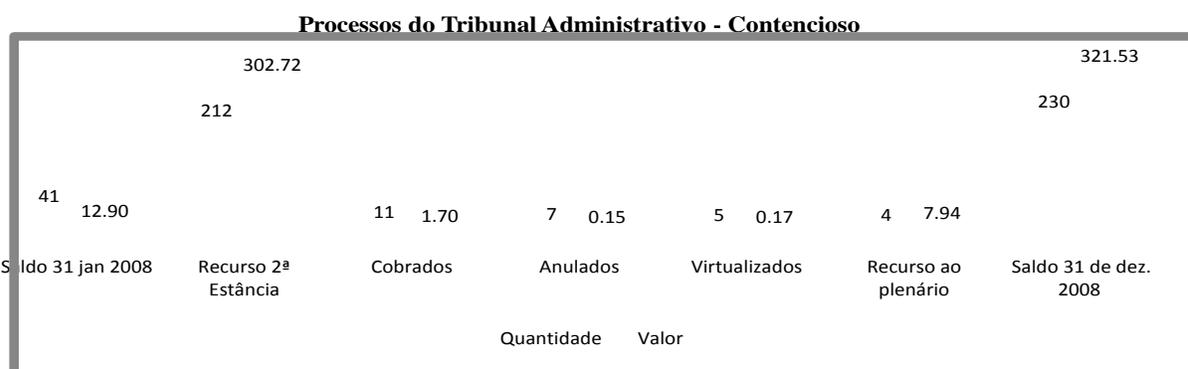
Tabela 22 - Processos do T.A. (Contencioso)

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Quantidade	Valor
<b>Saldo 31 jan 2008</b>	41	12,90
Recurso 2 <sup>a</sup> Estância	212	302,72
Cobrados	11	1,70
Anulados	7	0,15
Virtualizados	5	0,17
Recurso ao plenário	4	7,94
<b>Saldo 31 de dez. 2008</b>	230	321,53

Fonte: DGI – DCT

Gráfico 25 - Processos do Tribunal Administrativo



#### 2.5.4. Execuções Fiscais

O objectivo estratégico da cobrança coerciva, não é apenas a conversão imediata da dívida em receita, mas também promover a diminuição do incumprimento do dever de pagamento e assegurar a consolidação do cumprimento voluntário.

Assim, a eficácia da Execução Fiscal é medida pelo volume de processos cobrados sobre o volume da dívida instaurada, ou seja, taxa de cobrança sobre a instauração, conforme tabela 23.

Tabela 23 - Processos de Execuções Fiscais

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	2007		2008		Variação%	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Saldo em 01 Jan. 2008	219.432	1.380,05	209.316	2.325,97	-4,6%	68,5%
Instaurados	4.062	748,64	4.512	498,85	11,1%	-33,4%
Cobrados	3.014	63,28	3.390	85,48	12,5%	35,1%
Anulados	6.656	26,82	20.833	990,67	213,0%	3593,9%
<b>Saldo em 31 de Dez. 2008</b>	213.824	2.038,59	189.605	1.748,67	-11,3%	-14,2%

Fonte: DGI – DCT

NOTA: 213.824 saldo em 30/11/2007, sendo que até 31/12/2007 o saldo caiu para 209.316 processos de contencioso tributário.

Gráfico 26 - Processos de Execuções Fiscais – Quantidades

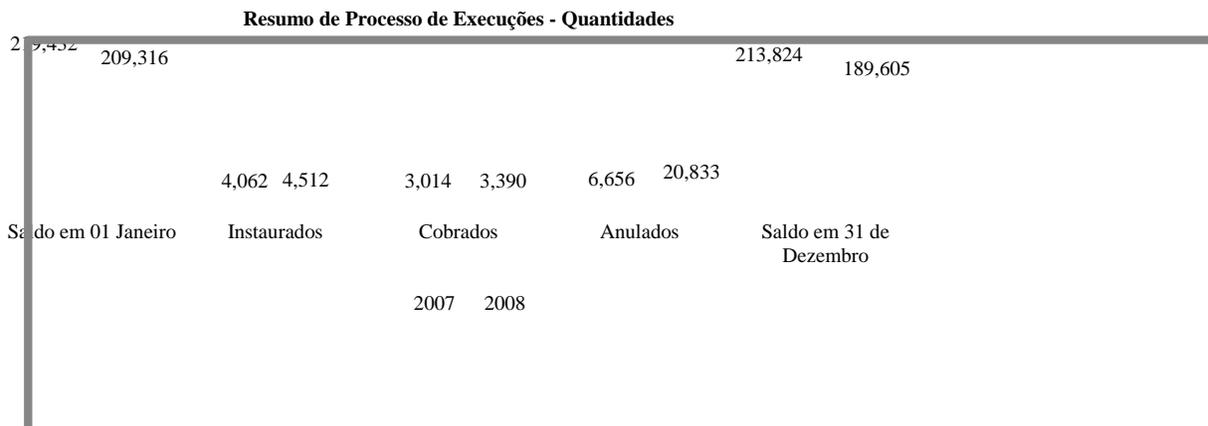
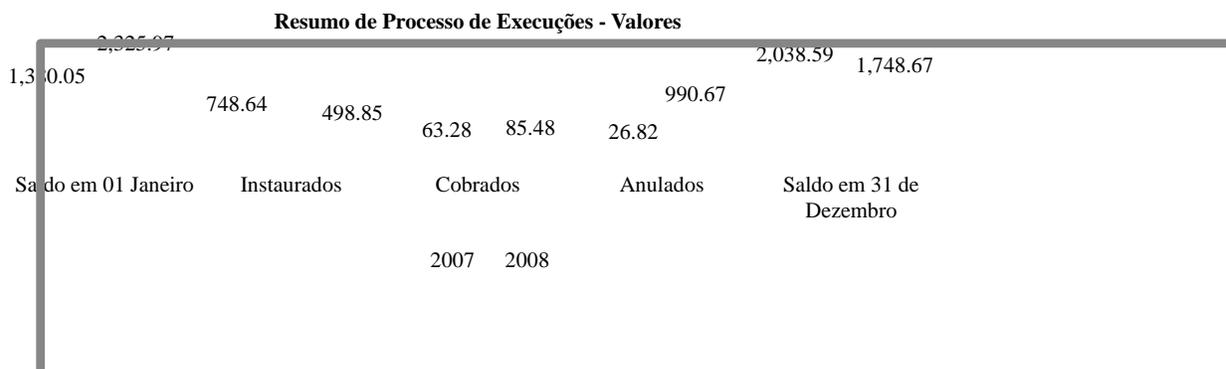


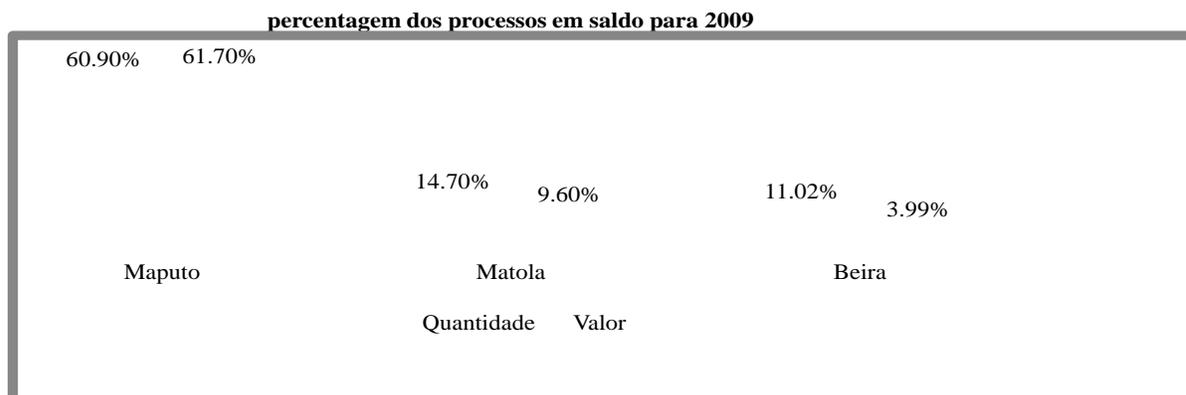
Gráfico 27 - Processos de Execuções Fiscais – Valores



Em 2008, transitaram do ano anterior, 209.316 processos no valor de 2,33 milhões de meticaís, ii) foram instaurados 4.512 processos no valor de 498,85 milhões de meticaís, iii) cobrados 3.390 processos no valor de 85,48 milhões de meticaís, iv) anulados por julgamento em falhas, 20.833 processo no valor de 990,67 milhões de meticaís e v) transitaram para 2009, 189.605 processos no valor de 1.748,67 milhões de meticaís.

Dos processos em saldo, o Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo apresenta 60,9 % e 61,7 %, Matola 14,7% e 9,6% e Beira 11,02% e 3,99%, quantidade e valor, respectivamente.

Gráfico 28 – Processos de Execuções Fiscais – saldo para 2009 (em %)



Comparativamente ao ano anterior, verifica-se que: i) a quantidade de processos instaurados, cobrados e anulados registaram um crescimento em 11,1%, 12,5% e 213,0% respectivamente, ii) o valor de processos instaurado aumentou em 33,4%, iii) o valor dos processos cobrados aumentou em 35,1% e iv) os processos anulados em 3.593,9%. O incremento dos processos anulados deveu-se fundamentalmente a implementação do Projecto da Recuperação da Dívida que consistiu no saneamento da mesma através da anulação por prescrição e julgamento em falhas. Por antiguidade da dívida existente nas execuções fiscais, a mesma se decompõe conforme a tabela 24.

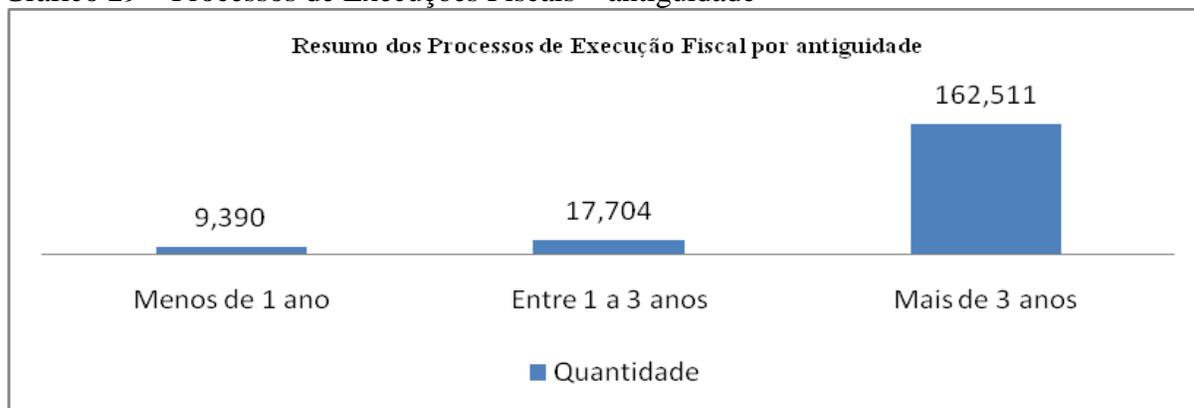
Tabela 24 - Processos de Execuções Fiscais por antiguidade

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Período	Quantidade	Valor	Pesos no total	
			Quantidade	Valor
Menos de 1 ano	9.390	612,21	5,0%	35,0%
Entre 1 a 3 anos	17.704	157,60	9,3%	9,0%
Mais de 3 anos	162.511	978,87	85,7%	56,0%
<b>TOTAL</b>	<b>189.605</b>	<b>1.748,67</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: DGI – DCT

Gráfico 29 – Processos de Execuções Fiscais – antiguidade



## 2.6. REEMBOLSOS

### 2.6.1. IVA

Em 2008, foram recebidos 793 pedidos de reembolsos no valor de 1.113,83 milhões meticais dos quais:

- i) Do Regime Normal, são 430 no valor de 1.071,87 milhões de Meticais; e
- ii) Dos Diplomatas 363 no valor de 41,96 milhões de Meticais, conforme tabela 25.

No Regime normal, em termos de quantidade, 96,28% dos pedidos solicitados foram tratados, o que em termos de valores pagos representa 81,63%. No conjunto, a quantidade dos processos indeferidos e suspensos dentro do prazo de reclamação e dos anulados, é estimada<sup>6</sup> em 14,65% e os processos em análise representam 1,4%. A dívida potencial em IVA é estimada em 13,95% da quantidade solicitada, o que corresponde a 308,01 milhões de meticais.

Os reembolsos aos Diplomatas, em termos de quantidade, tiveram uma prestação de 92,01%, o que em termos de valores pagos representa 87,33%. A quantidade de pedidos indeferidos é de 4,68 % e os processos em análise são 16, representando 4,41 por cento. A dívida potencial nos Diplomatas é estimada em 7,99 % da quantidade solicitada, o que corresponde a 2,48 milhões de meticais.

Tabela 25 - Reembolsos do IVA

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Recebidos-2008		Pagos-2008		Transitados anos anteriores-pagos		Totais pagos	
	número	valor	número	valor	número	valor	número	valor
1.1 Regime Normal	430	1.071,87	351	642,03	136	220,98	487	863,01
1.2 Diplomatas	363	41,96	317	31,82	47	5,40	364	37,22
<b>Total</b>	<b>793</b>	<b>1.113,83</b>	<b>668</b>	<b>673,84</b>	<b>183</b>	<b>226,38</b>	<b>851</b>	<b>900,22</b>

Fonte: DGI-DRIVA

<sup>6</sup> Influenciado por 09 processos autorizados no fim do período e pagos no período seguinte.



Tabela 26 - Reembolsos do IR

*Unidade: 10<sup>6</sup> MT*

Descrição	Acumulados (2005-2007)		2008		Total	
	número	valor	número	valor	número	valor
Solicitados	6.753	207,49	4.173	123,16	10.926	330,65
Tratados*	5.171	149,14	2.283	36,05	7.454	185,19
Pagos	4.037	111,76	1.729	20,46	5.766	132,22
anulados	13	12,11	8	0,23	21	12,34
Autorizados	4.708	116,95	2.085	24,56	6.793	141,51
Indeferidos	450	20,08	190	11,26	640	31,34
Pendentes	1.582	58,35	1.890	87,11	3.472	145,46

Fonte: DGI-DRIVA

Gráfico 31 – Reembolsos de IR – Quantidades

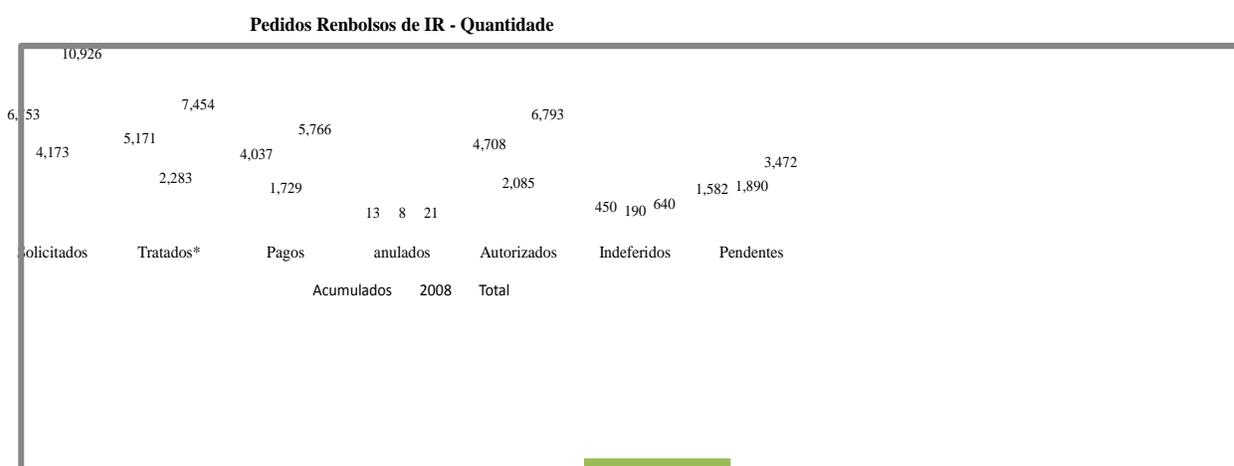
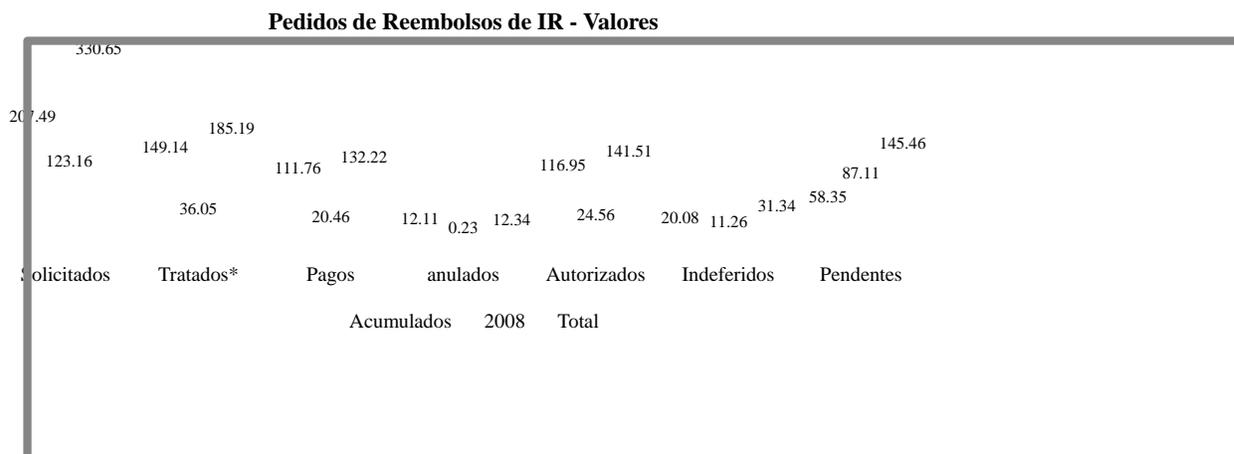


Gráfico 32 – Reembolsos de IR – Valores



### 2.6.2.1. IRPS

Em 2008, foram recebidos 4.142 pedidos no valor de 28,54 milhões de meticais e tratados 2.270 processos no valor de 13,70 milhões de meticais. Dos processos tratados, i) 2.075 pedidos foram autorizados no valor de 12,72 milhões de meticais, ii) 1.724 pedidos foram pagos no valor de 10,81 milhões de meticais e iii) 189 pedidos foram indeferidos no montante de 0,88 milhões de meticais.

No entanto, em termos acumulados, até 31 Dezembro de 2008 foram recebidos 10.810 pedidos no valor de 72,45 milhões de meticais dos quais foram tratados 7.375 pedidos de reembolso no montante de 46,56 milhões de meticais. Dos processos tratados, i) 6.734 foram autorizados e pagos 5.721 no valor de 35,95 milhões de Meticais, iii) 12 pedidos foram anulados no montante de 0,22 milhões de meticais e ii) 629 constituem número de pedidos indeferidos no valor de 5,72 milhões de meticais, conforme tabela 27.

Tabela 27 - Reembolsos do IRPS

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Acumulado (2005-07)		2008		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Solicitado	6,668	43,91	4,142	28,54	10,810	72,45
Tratados*	5,105	32,86	2,270	13,70	7,375	46,56
Pagos	3,997	25,14	1,724	10,81	5,721	35,95
Anulados	6	0,12	6	0,10	12	0,22
Autorizados	4,659	27,90	2,075	12,72	6,734	40,62
Indeferidos	440	4,84	189	0,88	629	5,72
pendentes*	1,563	11,05	1,872	14,84	3,435	25,89

Fonte: DGI-DRIVA

Gráfico 33 – Reembolsos de IRPS – Quantidades

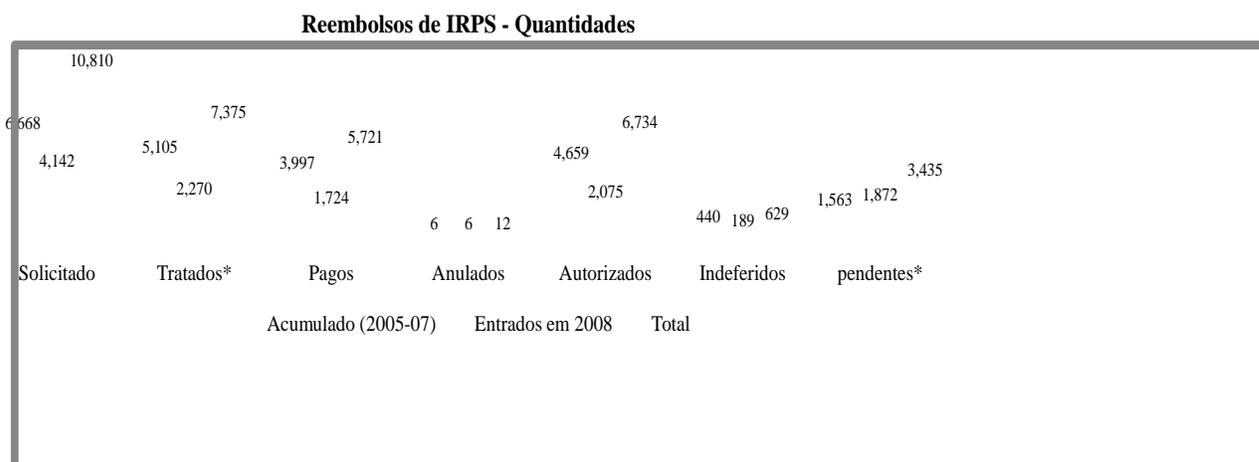
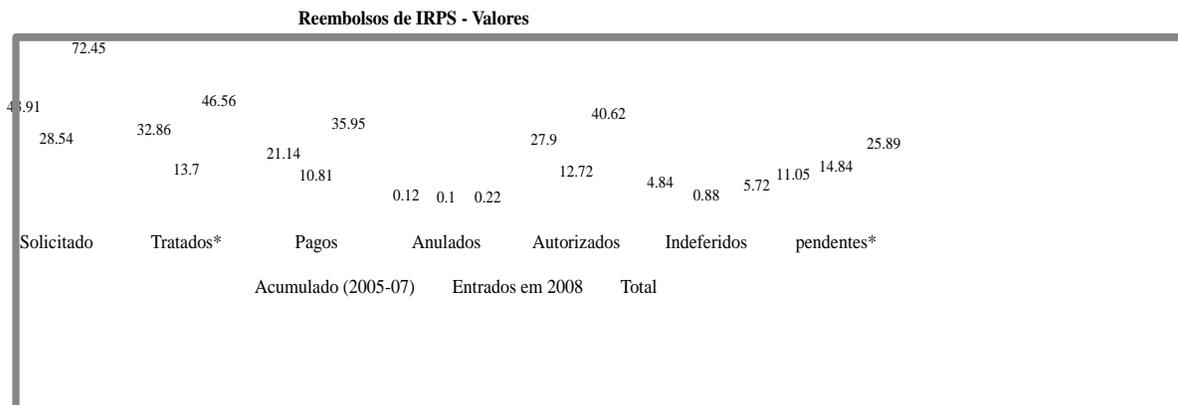


Gráfico 34 – Reembolsos de IRPS – Valores



A prestação dos reembolsos de IRPS em 54,8%, deveu-se ao facto de em 2008, terem sido tratados processos de períodos anteriores.

### 2.6.2.2. IRPC

Em 2008, foram i) recebidos 31 pedidos no valor de 94,61 milhões de meticais e ii) tratados 13 processos no valor 22,35 milhões de meticais, dos quais 10 foram autorizados e pagos 5 no valor de 9,65 milhões de meticais, 1 indeferido e 18 pendentes no valor de 72,26 milhões de meticais. No entanto, em termos acumulados, até 31 de Dezembro de 2008 deram entrada 116 pedidos no valor de 258,20 milhões de meticais dos quais foram tratados 79 pedidos no valor de 138,63 milhões de meticais, sendo:

- i. 59 Processos autorizados no valor de 100,89 milhões de meticais dos quais 45 processos foram pagos no valor de 96,27 milhões de meticais;
- ii. 9 Pedidos anulados no valor de 12,12 milhões de meticais;
- iii. 11 Processos indeferidos no valor de 25,62 milhões de meticais; e
- iv. 35 Processos pendentes no valor de 119,57 mil meticais.

A prestação do reembolso do IRPC em relação ao solicitado e em termos de quantidade em 2008, foi de 48,39% em relação aos pedidos tratados dos quais 16,13% foram pagos e 51,617% encontram-se pendentes, conforme tabela 28.

Tabela 28 - Reembolsos do IRPC Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Acumulado (2005-07)		2008		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Solicitado	85	163,59	31	94,61	116	258,20
Tratados*	66	116,28	13	22,35	79	138,63
Pagos	40	86,62	5	9,65	45	96,27
Anulados	7	11,99	2	0,13	9	12,12
Autorizados	49	89,05	10	11,84	59	100,89
Indeferidos	10	15,24	1	10,38	11	25,62
pendentes*	19	47,31	18	72,26	37	119,57

Fonte: DGI-DRIVA

Gráfico 35 – Reembolsos de IRPC - Quantidades

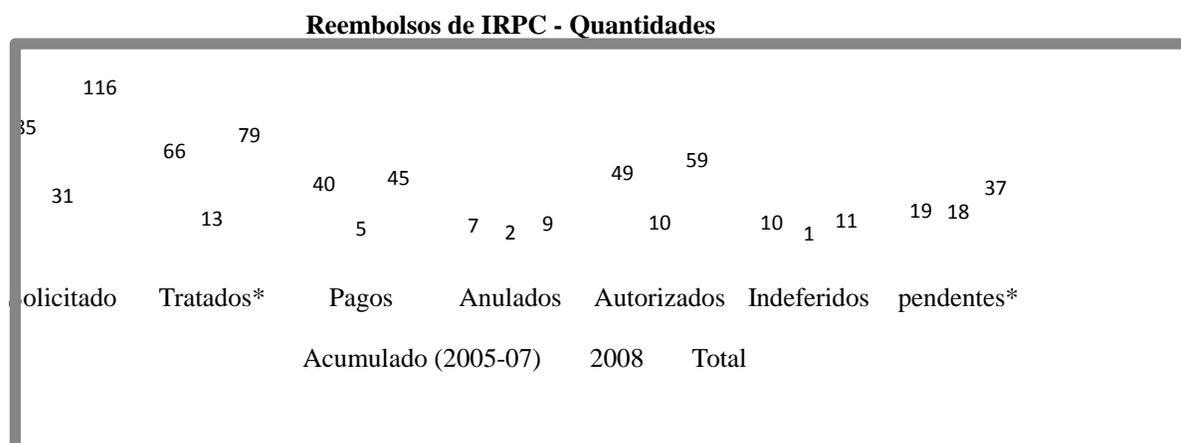
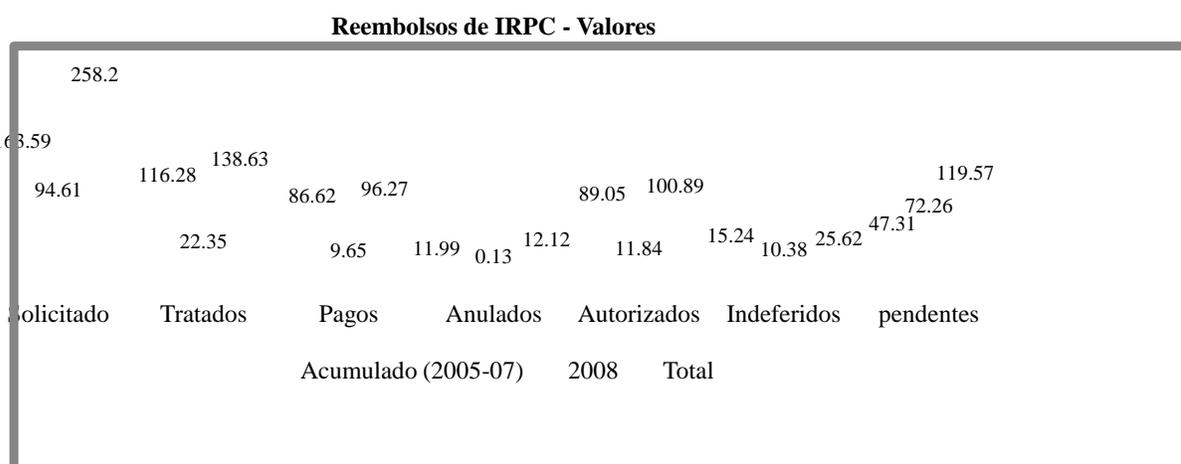


Gráfico 36 – Reembolsos de IRPC - Valores



## 2.7. BENEFÍCIOS FISCAIS

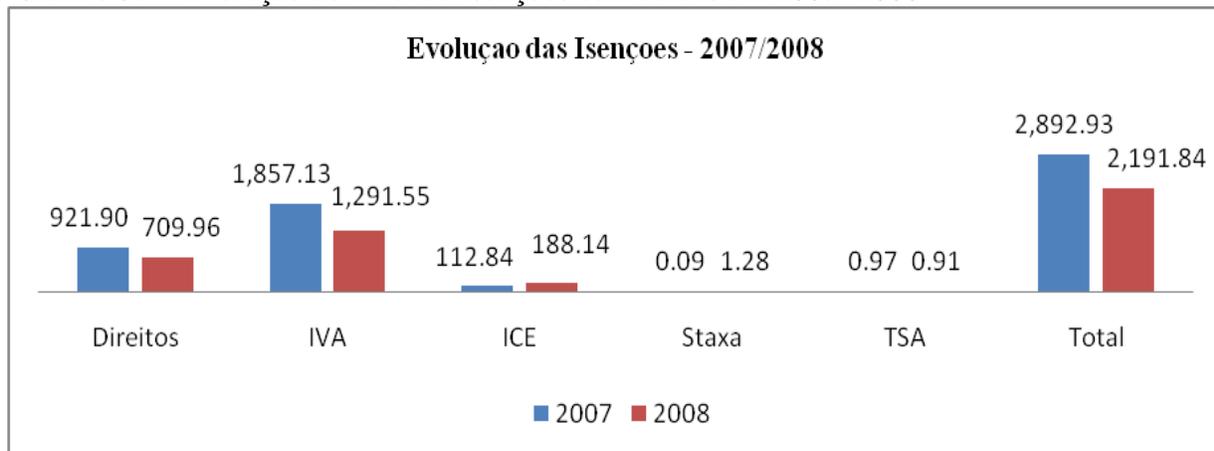
A evolução e impacto dos benefícios fiscais sobre a receita, com destaque para os projectos de investimentos e indústria transformadora, são ilustrados na tabela 29, que reflecte o montante do valor dos benefícios fiscais aduaneiros concedidos às principais áreas de actividade económica no País, entre 2007 e 2008, por rubricas. Pode-se perceber a tendência decrescente do nível de concessão de isenções, principalmente nos grandes impostos que possuem maior expressão, quais sejam os Direitos (-23,0%) e o IVA na importação (-30,5%), reflectindo a sua influência no total das isenções (-24,2%). Este decrescimento é claramente ilustrado pelo gráfico 37.

Tabela 29 - Benefícios Fiscais (Isenções) concedidos – 2008

	<i>Unidade: 10<sup>6</sup> MT</i>					
	Direitos	IVA	ICE	Staxa	TSA	Total
<b>2007</b>	<b>921,90</b>	<b>1.857,13</b>	<b>112,84</b>	<b>0,09</b>	<b>0,97</b>	<b>2.892,93</b>
<b>2008</b>	<b>709,96</b>	<b>1.291,55</b>	<b>188,14</b>	<b>1,28</b>	<b>0,91</b>	<b>2.191,83</b>
<b>Peso 2007</b>	31,9%	64,2%	3,9%	0,0%	0,0%	100,0%
<b>Peso 2008</b>	32,4%	58,9%	8,6%	0,1%	0,0%	100,0%
<b>Crescimento</b>	-23,0%	-30,5%	66,7%	1326,0%	-6,6%	-24,2%

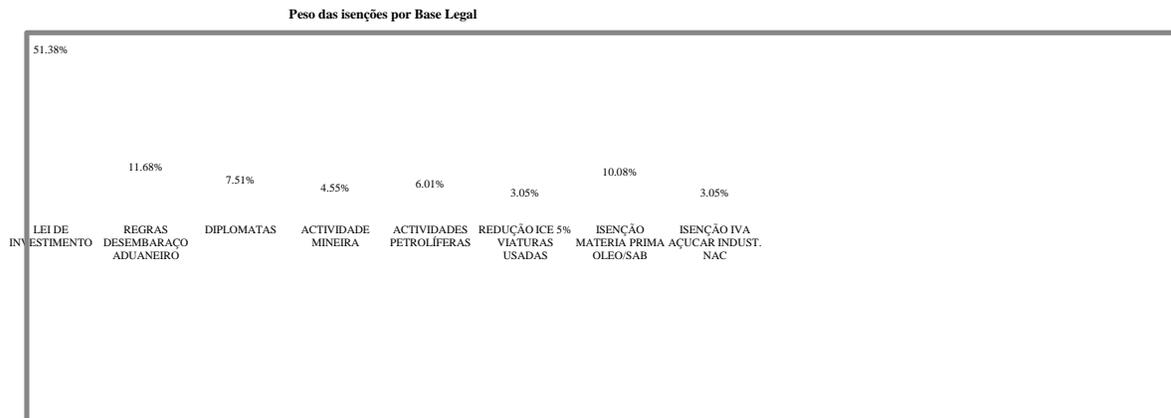
Fonte: DTIC/TIMS

Gráfico 37 – Evolução do nível de Isenções concedidas em 2007- 2008



Por outro lado, no período em análise, o volume das isenções concedidas foi de 2.191,83 milhões de MT, aproximadamente 16,1% do total da receita cobrada pela área operativa das Alfândegas, sendo que, cerca de 51,4% foram concedidas no âmbito da Lei de Investimento, 11,6% tendo como base as Regras de Desembaraço Aduaneiro e 10% isentaram as matérias-primas para produção de óleos e sabões, conforme o gráfico 15, que nos permite perceber que cerca de 86,6% do total das isenções foram concedidas a actividades produtivas.

Gráfico 38 – Isenções concedidas por Base Legal



### 3. ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA

#### 3.1. Acções no Âmbito da Educação Fiscal e Aduaneira

A popularização do imposto com vista ao alargamento da base tributária é um dos desafios da Autoridade Tributária. Neste âmbito, no período em análise, foram realizadas as seguintes acções:

- i. Realização de 22 palestras nos mercados grossista de Zimpeto, Xipamanine, Praça dos Combatentes e no Centro de formação da Polícia em Matalane, Instituto Comercial de Maputo, Namaacha, Chibuto, Ilha de Inhaca;
- ii. Em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, através do INDE, está em curso a produção da grelha da disciplina de Noções de empreendedorismo que, de entre outros temas, irá abordar o NUIT, os impostos e a sua importância socio-económica. Esta disciplina será leccionada em 2009;
- iii. Lançamento da 1ª edição da Revista Tributária, ocorrido à margem da reunião da III Sessão do Conselho de Fiscalidade, realizada em Nacala, na província de Nampula;
- iv. Produção de 8 Boletins Informativos, sendo um especial, que inclui material relativo à fiscalidade;
- v. Produção de 30 Comunicados de Imprensa e distribuídos à Comunicação Social;
- vi. Apresentação ao Conselho Directivo da proposta de concurso para a contratação de uma equipa de músicos com o objectivo de apoiarem a AT nas actividades de Educação Fiscal e Aduaneira através da cultura e da arte, e na criação de uma banda musical de um grupo coral da AT, virada para este objectivo;
- vii. Realização de 8 entrevistas na Rádio Moçambique, 12 nos jornais notícias, Magazine, Diário de Moçambique e Savana;
- viii. Lançamento de 2 “spots” publicitários nas rádios e nos jornais sobre o pagamento do ISV e a entrega da declaração Modelo 10 do IRPS;
- ix. Finalizada a produção de um DVD de 8 minutos sobre o IRPS, estando em curso as filmagens sobre o IRPC e o NUIT.

### 3.2. Registo de Contribuintes

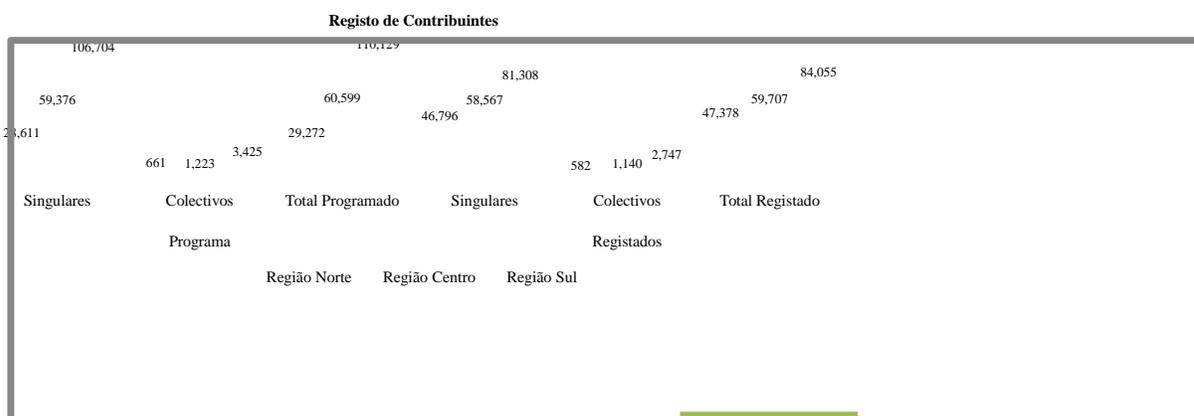
De um programa anual de 200.000 NUITs, foram registados durante o período, 191.140 NUITs, o que representa um nível de realização de 95,6%, conforme tabela 30:

Tabela 30 - Registo Fiscal

Descrição	Programa			Registados			Grau de Realização		
	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total
Região Norte	28.611	661	29.272	46.796	582	47.378	163,6%	88,0%	161,9%
Região Centro	59.376	1.223	60.599	58.567	1.140	59.707	98,6%	93,2%	98,5%
Região Sul	106.704	3.425	110.129	81.308	2.747	84.055	76,2%	80,2%	76,3%
Total	194.691	5.309	200.000	186.671	4.469	191.140	95,9%	84,2%	95,6%

Fonte: DGI – DAFI

### Gráfico 39 – Registo de Contribuintes



Entretanto, em termos absolutos, a Região Norte teve melhor prestação ao registar 47.378 NUITs contra um programa de 29.272 NUITs o que representa uma realização de 161,9%.

O não cumprimento da meta em 2008, deveu-se fundamentalmente ao facto de, ao longo do ano ter-se registado uma acentuada lentidão no sistema, aliado a cortes sistemáticos de corrente eléctrica o que também provocou constantes quedas do sistema NUIT. Também contribuíram para o incumprimento da meta, situações de permanência até ao final do ano de NUITs pendentes no sistema, como prováveis duplicações, situação que a ser sanada, poderá incrementar o número de registos, a ponto de se ultrapassar a meta estabelecida.

## **4.GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

### **4.1. Administração de Recursos Humanos**

#### **4.1.1. Total de funcionários por carreira (tributária e aduaneira)**

Em 31 de Dezembro de 2008 a AT contava com 3.091 funcionários dos quais 1.757 são da carreira aduaneira, 1.324 da carreira tributária e 10 funcionários enquadrados nas carreiras de regime geral correspondendo a 56,84%, 42,83%, e 0,3% respectivamente. Em termos de género, 2.414 são homens e 677 são mulheres representando 78,09% e 21,91% respectivamente (vide Anexo 2.).

Verificou-se relativamente ao ano de 2007 um crescimento de 11,51% do número total dos funcionários, devido ao ingresso de 105 contabilistas; 12 secretárias; reintegração de 241 funcionários aduaneiros anteriormente transferidos para o Ministério das Finanças e Ministério da Planificação e Desenvolvimento dos quais 123 já haviam sido enquadrados na então DNIA; regularização do vínculo laboral de 96 funcionários entre oficiais de diligências, carregadores e motoristas; bem como a readmissão de 13 funcionários que haviam sido demitidos em resultado de processos disciplinares, isso por força de Acórdãos do Tribunal Administrativo.

#### **4.1.2. Situação de funcionários por níveis académicos**

No que se refere aos níveis académicos, dos 3091 funcionários, 16,7% têm formação superior; 59,31% com ensino médio; 15,73% ensino básico e 8,28% com nível inferior ao nível básico. Quanto à localização, 25,59% estão a exercer as suas funções nos órgãos centrais; 39,15% na Região Sul, 18,11% na Região Centro e 17,15% na Região Norte.

Comparativamente aos dados referentes ao ano de 2007 e considerando um crescimento do universo de funcionários em 11,51%, registou-se um crescimento na ordem de 1,7% para o nível superior, 1,59% para o nível médio, 7,27% para o nível básico e um crescimento em 4,28% para o nível inferior ao básico.

O crescimento verificado no nível académico inferior ao básico deveu-se essencialmente à reintegração dos funcionários da carreira aduaneira que haviam sido transferidos para o Ministério de Finanças e Ministério da Planificação e Desenvolvimento, bem como a regularização do vínculo laboral do pessoal que tinha contrato precário, nomeadamente, carregadores e oficiais de diligência que na sua maioria possuía habilitações inferiores ao básico.

No *anexo II-DRH* consta o mapa resumo que espelha a situação dos níveis académicos dos funcionários e sua distribuição por género e locais onde se encontram a prestar serviços.

#### **4.1.3. Óbitos de funcionários em 2008**

Durante o ano de 2008 pereceram 31 funcionários dos quais 07 da carreira tributária e 24 da carreira aduaneira. Comparativamente ao ano de 2007 verificou-se um aumento de 9,67% correspondentes a 3 óbitos.

#### **4.1.4. Enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias**

No âmbito do estatuído no artigo 4 do Decreto 30/2006, de 30 de Agosto, que aprova o Estatuto do Pessoal da AT, foi submetida a proposta dos critérios a observar na transição e enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias, que foi aprovada pelo Diploma Ministerial Conjunto n.º 72/2008, de 06 de Agosto, dos Ministros da Finanças e da Função Pública.

Por despacho de 13 de Novembro de 2008, do Exmo. Senhor PAT foi criada a Comissão de Integração dos funcionários da AT nas carreiras transitórias, para a materialização de todo o processo de enquadramento. Foram elaboradas as listas para publicação após harmonização com o Ministério das Finanças (DNRH e DNCP) para efeitos de cobertura orçamental.

#### **4.1.5. Nomeações para cargos de direcção e chefia**

Do total de 244 funcionários que exercem cargos de direcção e chefia, 80 foram nomeados e empossados em 2008, em substituição de igual número dos que cessaram funções. A tabela abaixo reflecte a distribuição dos funcionários ocupando os cargos de direcção e chefia, nos diferentes níveis hierárquicos e por género.

Tabela 31 – Cargos de Chefia e Direcção

CARGOS	GÉNERO		TOTAL
	MASC.	FEMIN.	
Directores Gerais	4	1	5
Directores. Gerais Adjuntos	6	3	9
Cordenadores Gerais	2	1	3
Directores de Serviços	22	6	28
Directores de Unidades de Grandes Contribuintes	2	1	3
Chefes de Divisão de Serviços Centrais	69	23	91
Directores de Área Fiscal de Nível A	5	1	6
Chefe Repartição de Serviços Centrais	33	11	44
Recebedor de Fazenda de Nível A	3	3	6
Chefe de Divisão de Área Fiscal	3	2	5
Directores de Área Fiscal de Nível B	9	2	11
Directores. de Área Fiscal de Nível C	3	9	12
Dir.ectores de Área Fiscal de Nível D	0	0	0
Recebedores de Fazenda de Nível B	5	5	10
Recebedor de Fazenda de Nível C	3	7	10
TOTAL	169	76	244
<i>Em %</i>	<b>68,85%</b>	<b>31,15%</b>	<b>100,00%</b>

#### 4.1.6. Contratações

No ano de 2008 a AT contratou sete (7) técnicos para o reforço da sua capacidade nas áreas de auditoria; comunicação e imagem; infra-estruturas, controlo interno e de assistência técnica.

#### 4.1.7. Aposentação de funcionários

Foram aposentados 9 funcionários por limite de idade fixada em 60 anos para as mulheres e 65 anos para homens, previamente entrevistados e realizado o acompanhamento para a constituição dos processos posteriormente enviados à Direcção Nacional de Contabilidade Pública conforme estatuído no artigo 237 do Estatuto Geral dos funcionários do Estado, para a fixação das suas pensões. Iniciou-se ainda a tramitação da documentação com vista à aposentação de outros 10 funcionários cujos processos estão em curso.

#### 4.1.8. Unificação da base de dados dos funcionários

Procedeu-se à sistematização da informação relativa aos funcionários da AT, com o objectivo de criar uma base de dados única. Assim, foram transferidos do Ministério das Finanças para a Direcção de Recursos Humanos da AT 1.017 processos individuais que receberam nova numeração na base de dados PHC.

#### **4.1.9. Actualização da base de dados de gestão de pessoal (PHC)**

Foi feito um estudo sobre o perfil e todas especificações técnicas relevantes e posteriormente unificada a base de dados. Paralelamente a este trabalho, a base de dados foi estendida para as Direcções Regionais e descentralizada a sua gestão no que se refere à introdução, actualização e consulta de dados dos funcionários sobre sistema de mérito, férias, efectividade e produção de diversos relatórios. A descentralização da gestão da base de dados trouxe as seguintes vantagens:

- i. Visualização da informação em tempo real pelos Directores e Gestores de RH Regionais, permitindo rapidez na tomada de decisão;
- ii. Maior fiabilidade da informação sobre o pessoal;
- iii. Redução de custos com o transporte de documentos (declarações de rendimentos e de salário, recibos de salário, etc.), e com o telefone para consulta de dados; e
- iv. Maior ganho do funcionário por lhe permitir ter resposta às preocupações em menor tempo.

#### **4.1.10. Recenseamento de funcionários**

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2007, foram recenseados mais 400 funcionários em 2008, totalizando um universo de 2.602 funcionários já recenseados. Destes, 2.331 adquiriram a conformidade sectorial e 271 estão em processo de validação em coordenação com o Ministério da Função Pública.

#### **4.2. Gestão Estratégica de Recursos Humanos e Formação**

Foi concebido e aprovado pelo Conselho Directivo o plano de formação para o biénio 2008-2009, tendo sido formados em 2008 um total de 1.550 funcionários nas áreas:

- i. Técnica aduaneira,
- ii. Técnica tributária,
- iii. Administrativa e de gestão, e
- iv. Tecnologias de informação e comunicação.

Em anexo III-DRH descreve-se os cursos ministrados e o número de funcionários beneficiados.

Adicionalmente, foram autorizados 109 funcionários a continuar seus estudos no período pós-laboral e a expensas próprias. Vide (Anexo 2.3.).

Com vista a melhorar o processo de formação holística dos funcionários da AT, em 5 de Dezembro de 2008 foram inauguradas, por Sua Excelência o Vice-Ministro das Finanças as Instalações provisórias do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária (IFPFT), que presentemente se encontram em pleno funcionamento, na cidade da Matola.

## **5. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PDTI**

### **5.1. Desenvolvimento Profissional dos Técnicos**

Tendo em consideração que a formação e reciclagem contínuas do pessoal são instrumentos que asseguram a sustentabilidade dos níveis de desempenho desejados da DTIC, foram planificadas e realizadas várias acções de familiarização dos sistemas informáticos e de gestão das TIC voltados para o fortalecimento do conhecimento dos mesmos pelos técnicos no novo ambiente ditado pelos desafios que se esperam. Em particular estas acções incidiram no seguinte:

- i. Segurança de Informação;
- ii. Gestão de Disponibilidade dos sistemas e serviços;
- iii. Gestão de Capacidade;
- iv. Gestão de Continuidade dos Serviços de TI;
- v. Gestão dos Níveis de Serviço;
- vi. Aspectos essenciais sobre redes sem fio (wireless);
- vii. Motivação do Pessoal;
- viii. Gestão de tempo; e
- ix. Service Desk.

Ainda sobre os recursos humanos importa referir que, presentemente a totalidade dos técnicos de informática que aguardavam a regularização do seu processo de integração como funcionários públicos já têm a sua situação regularizada.

### **5.2. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos**

#### **5.2.1. Sistema de Comunicações**

A massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, ditou a necessidade de expandir os serviços e melhorar a performance e robustez dos sistemas com vista a aumentar o desempenho na cobrança de receita e troca de informação entre os utentes da RENA.

Para incrementar a eficácia das comunicações internas e externas foram feitas acções tendentes a melhorar a performance e segurança dos sistemas, permitindo, deste modo, a inclusão das DAF's e UGC's na família da RENA. As acções incidiram essencialmente no seguinte:

- i. Substituição de servidores de comunicações e a reconfiguração das caixas de correio electrónico individuais de cada funcionário nos escritórios centrais da AT, nas sedes regionais e estâncias aduaneiras. A nível Central, os locais abrangidos foram o edifício 33 andares, edifício 1008, edifício DGA e a nível Regionais, a sede da Direcção Regional Sul, da Região Centro e a Direcção Regional Norte;
- ii. Nas DAFs e UGCs foram criadas as condições de acessos à Internet através da instalação de Internet de banda Larga da TDM, dando possibilidade dos utilizadores

aceder à RENA e à internet, partilhando os computadores interligados numa pequena rede local completamente separada da rede SICR e NUIT criada especificamente para o efeito.

Os locais contemplados nesta fase foram as DAF's da Beira, da Manga, de Chimoio, Tete, Nampula, Lichinga e Pemba.

Tecnologicamente, essas acções consistiram na migração da actual plataforma RENA para a Windows 2003, facto que culminou com o redesenho de toda a rede e implementação de um novo domínio “@atmoc.gov.mz” assim como a integração das DAF's/UGC's na RENA.

Como medida para assegurar a robustez da RENA foram realizadas intervenções profiláticas de acordo com o plano de intervenções periódicas tanto para assistir os servidores como as redes locais e computadores. Foram também feitas várias intervenções esporádicas para resolver problemas pontuais surgidos em várias locais da AT que requeriam a intervenção dos técnicos da Central.

Outra acção relevante realizada na área das comunicações foi o aumento da largura de banda dos principais *sites*, o que ditou a melhoria significativa da disponibilidade de serviços.

Tabela 32 - Locais abrangidos com banda larga

<b>Local</b>	<b>Antiga Banda</b>	<b>Nova Banda</b>
P33A	256	512
P1008	256	512
Beira sede Regional (DRC)	128	256
Alfândegas de Nampula	128	256
Nacala Sede regional (DRN)	64	128
Maputo Sede Regional (DRS)	128	256

Neste âmbito, iniciou-se a implantação do projecto de comunicação de voz via rádio. A implementação efectiva do projecto teve o seu início em Dezembro de 2008 e visa garantir a comunicação pontual entre as equipas móveis nas 3 regiões com os respectivos centros regionais e permitir a comunicação entre os órgãos centrais e as zonas mais recôndidas. Neste momento está sendo feita a sua expansão gradual de acordo com o cronograma aprovado estando prevista a sua conclusão e entrega final em finais de Fevereiro de 2009. Os locais abrangidos pelo sistema até ao momento são:

### **Rede HF:**

- i. Sede: DGA, Investigação;

- ii. Região Sul: Província de Gaza: Chicualacuala, Gyriundo, Pafuri, Chocwé, Xai-xai, Chibuto; Província de Inhambane: Vilanculos, Quissico, Inhambane;
- iii. Região Centro: Sede da Beira;
- iv. Região Norte: Nacala, Pemba, Mocímboa da Praia; *Viaturas*: Investigação e do DG adj. de Operações.
- v. Rede VHF: Estações base DGA, Investigação, Ressano e Goba.

Na senda da melhoria da performance da rede e dos sistemas instalados e na minimização dos efeitos de oscilações eléctricas, foram adquiridos e instalados novos servidores e UPS's de grande capacidade para alguns locais considerados críticos, nomeadamente, 1º e 2º Bairro de Maputo, DAF da Matola, Tiro, Timar, Tiar, Ressano Garcia, Edifício sede da DGA, Edifício dos 33 andares, prédio 1008, Alfândega da Beira, Edifício Fonte Azul, DAF de 1º Bairro da Beira, DAF da Manga e DAF de Nacala, DAF de Tete, DAF de Inhambane, Direcção dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Gaza, Direcção dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Inhambane e Posto Fiscal de Vilanculos.

Realizaram-se obras de raiz ou de reabilitação dos edifícios onde funciona a AT, foram desenhadas e implementadas redes locais, nomeadamente no Edifício sede da DGA, DAF Malhangalene, DAF 1º Bairro - Ponta de Ouro, DAF 2º Bairro – Manhiça, Alfândegas de Tete, DAF 1º Bairro de Maputo – Bagamoyo, DAF 2º Bairro de Maputo – 24 de Julho, Instituto de Formação Tributária e outros.

### 5.2.2. Sistema TIMS

O sistema manteve-se estável em quase todos os locais onde se encontra instalado com a excepção do módulo de envio electrónico das isenções que até ao momento se encontra indisponível. Contudo, o provedor de serviços (Crown Agents) na sua última visita de trabalho comprometeu-se a corrigir essa anomalia.

Foi implementado o módulo de receita e contabilidade em todas as Estâncias onde corre o sistema TIMS. Este módulo permite a criação da nota de rendimento por via electrónica e o conhecimento em tempo real da receita cobrada em cada Estância. Este ainda não apresentou os resultados desejados em virtude de existirem comportamentos de resistência à mudanças.

Da análise feita à base de dados do sistema TIMS constatou-se que ainda persistem problemas sérios no que concerne à qualidade de informação que se resumem em erros de digitação e DU's pendentes. A existência destas anomalias distorce grandemente as estatísticas do comércio externo dificultando a definição do quadro real das transacções realizadas entre Moçambique e o resto do mundo.

Para colmatar esta situação requer-se um esforço de sensibilização e formação dos intervenientes no processo de tramitação das declarações de importação/exportação.

### 5.2.3. Sistema SICR

O sistema cobre 21 locais em todo o país com níveis de funcionamento satisfatórios. A aquisição e instalação dos novos servidores nos pontos considerados críticos melhoraram significativamente a velocidade do processamento.

No esforço de melhorar os níveis de serviços do sistema SICR, iniciou, em finais de Novembro, a execução do projecto de manutenção evolutiva do sistema que visa ajustar às alterações legais surgidas nos últimos dois anos com maior destaque nas alterações dos códigos do ISV, do IVA, do IRPS e IRPC. O projecto terá a duração de 9 meses e abrangerá a implementação total das melhorias identificadas e a introdução de algumas melhorias tecnológicas no funcionamento deste sistema.

### 5.2.4. Sistema PHC

- i. Foi em Agosto implementado o módulo de Património, que permite ter uma melhorada gestão dos bens patrimoniais da instituição.
- ii. O módulo de Finanças foi expandido para a zona centro e otimizada a sua utilização nas zonas sul, norte e órgãos centrais.
- iii. O módulo de frota foi implementado na região sul e otimizada a sua utilização nos órgãos centrais.
- iv. Foi feita a unificação da base de dados dos recursos humanos das antigas DGI e DGA. No mesmo processo foram incorporadas novas funcionalidades para facilitar a gestão de recursos humanos.
- v. O módulo de Gestão de Contratos foi instalado em Dezembro na DLI.
- vi. O módulo de Gestão de Contentores, está sendo implementado na sua fase piloto na TIMAR-Maputo.

### 5.2.5. E-Tributação e Janela Única Electrónica

Ainda na área de desenvolvimento de tecnologias de informação, continuaram os estudos para a implementação do e-tributação com base no *business case* já aprovado. Prevê-se para o 2º semestre de 2009 a implementação da fase piloto do projecto, envolvendo os contribuintes do IRPC.

Foi iniciada a elaboração dos termos de referência para a contratação de uma empresa para o desenho e implementação do sistema da JUE incluindo o sistema de gestão aduaneira, numa parceria com o governo e sector privado, através da iniciativa PPP.

Pretende-se com estes sistemas melhorar e informatizar os procedimentos e controlos da cobrança de receita, reduzir o uso de papéis de declaração e facilitar as acções do contribuinte.

### 5.2.6. Outros Sistemas

- i. O sistema de gestão documental está sendo implementado na sua fase piloto a nível das DGSC (gabinete do DGSC, DTIC, DLI e a curto prazo avançar-se-à para a DRH).
- ii. O sistema de aniversários já foi entregue ao sector solicitante (Divisão de Assuntos Sociais).
- iii. O sistema de Biblioteca já foi entregue aos sectores solicitantes (Biblioteca do Ministério das Finanças e Centro de Documentação da AT), estando neste momento em funcionamento.
- iv. Foi otimizado o e-SEVEDE (sistema informático de apoio ao serviço de verificação de decisões), mediante a incorporação de novos requisitos dos utilizadores.

### 5.2.7. Melhoria do uso dos Sistemas

Foram realizadas acções de formação e reciclagem aos utilizadores a vários níveis na área operacional desde Directores das DAFs, Chefes de Estâncias e Supervisores locais em matérias práticas de utilização do SICR, NUIT e TIMS. Esta acção abrangeu todo País.

A Reprogramação do Sistema NUIT é um Projecto concebido para a extensão de pontos de acesso do sistema que inclua as Estâncias Aduaneiras e DAF's não informatizadas, com vista a alcançar-se o objectivo essencial de alargamento da base tributária e tornar o processo de obtenção do NUIT o mais simples possível. O projecto arrancou no início do segundo semestre, a 22 de Julho de 2008, com a duração de seis meses. Esta é uma primeira experiência de desenvolvimento *in house* de um sistema de tamanha complexidade e abrangência, o que trouxe naturalmente novos desafios.

Há que reconhecer que se elevou a expectativa do projecto no que diz respeito aos prazos estabelecidos. Na prática depara-se com um grau de complexidade enorme centrado apenas num único recurso contratado, o que ditou a falta de cumprimento dos prazos.

Apesar desta falta de cumprimento dos prazos destacam-se avanços notórios no desenvolvimento/programação com o Módulo 1 composto pelo Login-versão DGA, introdução de dados M/05, M/06, M/07 e pesquisa de registos, a serem entregues à equipa de testes.

Os passos de desenvolvimento que se seguem são de criação de mapas, anulação de NUITs, transferência de contribuintes e introdução de alterações de anomalias detectadas no funcionamento do sistema.

### 5.2.8. Página WEB

Foi concluído o desenho da página WEB, a mesma já está no ar, a título experimental, podendo ser acedida através do endereço [www.at.gov.mz](http://www.at.gov.mz).

Neste momento decorre a fase de carregamento de conteúdos e testes finais de interactividade com os usuários. Alguns constrangimentos têm sido encontrados na recolha da legislação e outros conteúdos importantes.

Contudo, espera-se que a data de lançamento público ocorra ainda no decorrer do I trimestre de 2009.

## **6. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA**

### **6.1. Acções desenvolvidas no âmbito do Plano de Gestão**

As acções programadas para o ano de 2008 encontram-se plasmadas em cinco principais objectivos, nomeadamente, (a) garantir a execução do orçamento, (b) melhorar a gestão financeira (c) consolidar os instrumentos para avaliação do desempenho na gestão (d) Garantir a eficiência e eficácia na gestão de recursos financeiros e (e) garantir que a execução seja compatível com as necessidades das áreas operacionais.

Ao longo do ano, foram disseminadas diversas informações para a programação de despesas a nível nacional, na perspectiva de mobilização das Direcções Regionais para cumprimento das regras orçamentais e das actividades contidas no Plano de Gestão da Autoridade Tributária. Prosseguiu-se também com acções de formação no módulo de execução orçamental para os técnicos afectos ao nível central e regional.

Considerando o volume de processos de pagamento das Direcções Regionais, foram desenvolvidas acções para a descentralização do orçamento e instalação do e-Sistafe a partir do exercício económico de 2009 de modo a imprimir maior flexibilidade na execução e gestão financeira.

A partir de Junho do ano de 2008 no processo de preparação do Orçamento para 2009, foi solicitado à UTRAFE a descentralização da gestão do orçamento das Direcções Regionais, como uma solução intermédia a uma maior agilização e operacionalidade no funcionamento da área financeira. Esta proposta foi acolhida, tendo seis (6) funcionários, seleccionados por cada região, beneficiado de uma formação específica para operarem no ambiente *e-SISTAFE* e executarem o seu orçamento.

Ainda no ano em referência, com o objectivo de harmonizar os procedimentos e verificar os níveis de execução, com vista a melhorar o desempenho e remover as barreiras administrativas, foram efectuadas visitas às Direcções regionais Centro e Norte.

### **6.2. Execução do Orçamento**

Para a execução do orçamento de funcionamento foi elaborado e distribuído, um plano pelos diferentes centros de custos. Relativamente ao orçamento de investimento a sua execução é feita centralmente e em coordenação com as Direcções Regionais para a implementação dos projectos a nível de cada uma das regiões.

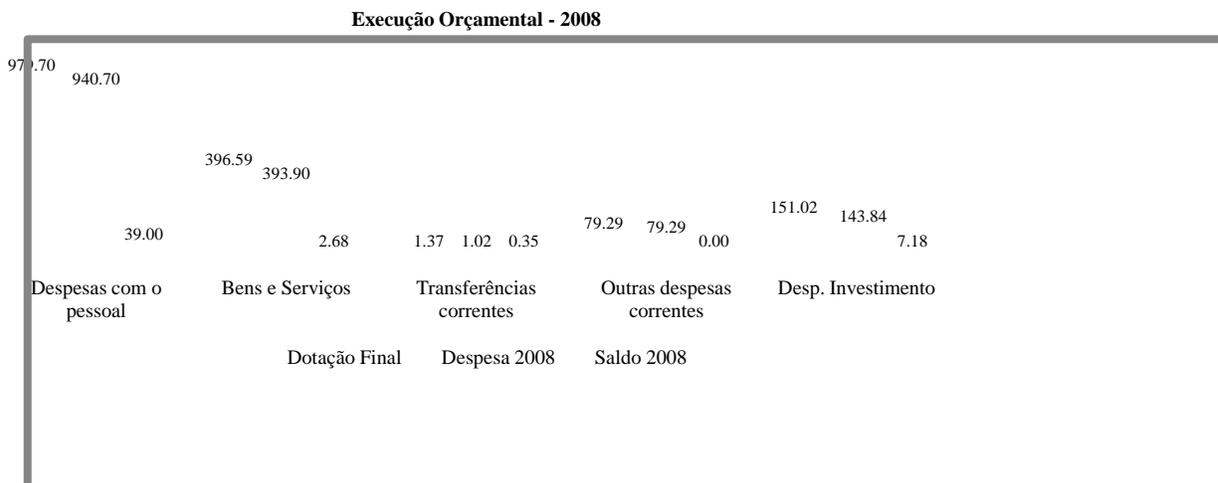
Tabela 33 – Balanço de Execução do Orçamento

*unid: 10<sup>6</sup> MT*

Class. Econ.	Descrição	Dotação Final	Despesa 2008	Saldo 2008	Realização
1	Despesas com o pessoal	979,70	940,70	39,00	96,0%
12	Bens e Serviços	396,59	393,90	2,68	99,3%
14	Transferências correntes	1,37	1,02	0,35	74,5%
16	Outras despesas correntes	79,29	79,29	0,00	100,0%
21	Desp. Investimento	151,02	143,84	7,18	95,3%
<b>TOTAL</b>		<b>1.607,97</b>	<b>1.558,76</b>	<b>49,21</b>	<b>96,9%</b>

Fonte: DGSC-DF

Gráfico 41 – Execução do Orçamento de 2008



Da tabela 33 e do gráfico 41 de execução orçamental, acima apresentados podem-se tirar as seguintes ilações (Anexo 3):

### 6.2.1. Salários e Remunerações

As despesas com salários e remunerações durante o período em análise situaram-se na ordem de 96,24% em relação a dotação final, correspondendo a uma execução no montante de 906,31 milhões de meticais, sendo o saldo de 35,41 milhões de meticais. Esta rubrica apresenta um saldo elevado no fim do exercício, resultante do facto da tabela remuneratória prevista na elaboração do orçamento não ter sido aprovada e terem vigorado durante o exercício corrente os salários de 2007.

Ainda no período em análise, do valor previsto para o pagamento a funcionários que prestaram serviços a UTRA, abrangendo 27 funcionários num montante total de USD 769.000,00, o processo foi iniciado tendo já sido pago USD 256.384,00 cujo plano de pagamento termina em 2010.

### **6.2.2. Outras despesas com o pessoal**

A execução desta rubrica foi de 90,55% da dotação disponível, correspondente a 34,39 milhões de meticais, tendo um saldo de 3,59 milhões de meticais. O nível de execução alcançado é satisfatório. Importa informar que nesta rubrica foi retirado pela DNO do nosso orçamento o valor correspondente ao saldo.

### **6.2.3. Bens e serviços**

A execução em bens e serviços, durante o período em análise, foi de 99,32% da dotação disponível, equivalente a 393,90 milhões de meticais. O saldo nesta rubrica é de 2,68 milhões de meticais. Nesta rubrica houve um reforço de 50,59 milhões de meticais para a cobertura de despesas operacionais. As verbas de combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de imóveis e material não duradouro do escritório foram maiores consumidoras da rubrica.

### **6.2.4. Outras Despesas Correntes**

A execução desta rubrica foi de 100,00% da dotação final o que equivale a 79,29 milhões de meticais. Esta rubrica em termos reais superou a dotação inicial em 33,73 milhões de meticais relativamente a parte da despesa financiada com recurso a receitas próprias.

### **6.2.5. Despesas de Investimento**

Durante o período em análise foi executado o montante total de 143,84 milhões de meticais, o equivalente a 95,3% da dotação final, a execução desta rubrica está descrita na tabela 34.

## **7. PLANEAMENTO E ESTUDOS**

### **7.1. Planeamento**

No âmbito do planeamento e com vista ao fortalecimento da gestão institucional foi revisto o Plano Estratégico 2006 – 2010 que tinha como enfoque a criação e início de funcionamento da Autoridade Tributária, tendo sido elaborado um novo Plano Estratégico para o período 2009 – 2010 orientado para os seguintes objectivos estratégicos: Aumento da arrecadação de receitas de forma sustentável; Modernização e fortalecimento da Administração Tributária e o Desenvolvidos das Tecnologias de Informação e Comunicações no âmbito PDTI.

Para operacionalizar o Plano Estratégico, foi igualmente elaborado o Plano Tático da Autoridade Tributária para o ano 2009, contendo as principais etapas para a realização das acções estratégicas, os responsáveis para sua execução e os respectivos prazos.

A realização destes planos contou com o envolvimento de todos os funcionários da instituição, tendo sido a propósito realizados dois seminários em Maputo, aos quais participaram representantes das três regiões do país, incluindo quadros seniores da instituição e com assistência técnica do Departamento do Tesouro Americano.

Foi concebido o Sistema de Informação, tendo em vista a recolha e tratamento de informação estatística e de gestão, com o objectivo de fornecer aos gestores a todos os níveis, a ferramenta necessária para a planificação, execução e controlo das suas actividades. Para se garantir a implementação plena deste instrumento, foi emitida uma Ordem de Serviço, que estabelece os modelos a serem seguidos no fornecimento da informação bem como os prazos a serem cumpridos para efeitos de elaboração de relatórios periódicos.

## 7.2. Estudos Desenvolvidos

Tendo em vista fundamentar as propostas de Lei que estavam em processo de elaboração, foram realizados os seguintes:

- i. Estudo do impacto para revisão dos impostos sobre Consumos Específicos;
- ii. Estudo do impacto para a introdução do Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes;
- iii. Estudo do impacto para revisão do Código dos Benefícios Fiscais;

Adicionalmente deu-se início ao estudo tendente a determinar o impacto final do IRN, bem como os custos administrativos associados a sua cobrança.

## 7.3. Avaliação do Grau do Cumprimento das Tarefas Planificadas – Âmbito do Serviço de Verificação Sistemática do Cumprimento das Decisões

O SEVEDE, como instrumento de Controlo de Decisões e Gestão, procedeu a Avaliação e Classificação de Desempenho de execução do Plano de Receitas, do Plano de Gestão, do cumprimento das decisões dos Órgãos Superiores da Autoridade Tributária de Moçambique, das matérias constantes da Matriz do Conselho de Ministros para a Redução do Défice Orçamental, do FMI, do Conselho Directivo e do PAT, emanadas nas visitas de trabalho do ano de 2008.

Em 2008 a realização da receita foi de **100,8%** contra **103,0%** em 2007. Estas percentagens constituem indicadores bastantes do desempenho global da AT na cobrança de receitas em 2008. A avaliação e classificação de desempenho das unidades orgânicas em 2008, identifica as unidades orgânicas que contribuíram para esta situação. O resumo de desempenho de 2008 foi seguinte:

- i. 49 – Unidades Orgânicas tiveram EXCELENTE;
- ii. 6 – Unidades Orgânicas tiveram MUITO BOM;
- iii. 30 – Unidades Orgânicas tiveram BOM;
- iv. 13 – Unidades Orgânicas tiveram SUFICIENTE; e
- v. 16 – Unidades Orgânicas tiveram MAU.

No âmbito do cumprimento das decisões dos órgãos superiores da AT, foram registadas em 2008 um total de 410 decisões, das quais foram cumpridas, 358 correspondendo a uma realização global na ordem de 87,32%.

Relativamente ao cumprimento das decisões do Conselho de Ministros, foram registadas 73, sendo 44 com início em 2007, 22 com início em 2008, 6 com início em 2009 e 1 com início em 2010, devendo todas serem concluídas até 2012. As 44 de 2007, foram todas realizadas com excepção de 4, que transitaram para 2008. As de 2008, foram igualmente realizadas todas com excepção de 3, que transitaram para 2009. Resumindo, das 73 decisões, 65 foram realizadas, correspondendo a uma realização de 89,04%. O total das decisões que transitaram para 2009 é de apenas 8 a serem realizadas pelas seguintes Direcções: DGI – 5, DGSC – 1, GPECI – 1 e GCIm – 1.

Neste âmbito o desempenho é bastante satisfatório, se considerarmos que o cumprimento das decisões dos órgãos superiores da AT corresponde a uma realização de 87,32% equivalentes a classificação **BOM**.

## **8. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA**

No âmbito da reforma do sector tributário em curso, com vista a simplificação de procedimentos e alargamento da base tributária, foram introduzidas alterações mais profundas ao actual regime de tributação dos pequenos contribuintes, com a aprovação da lei que introduz o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes, que surge pela necessidade de se estabelecer um imposto simplificado para os pequenos contribuintes, em particular os que exercem actividades agrícolas, industriais ou comerciais, incluindo a prestação de serviços, quer nas zonas urbanas ou rurais, com vista a atingir os objectivos (Anexo 4):

- i. Reduzir os custos de cumprimento das obrigações tributárias por parte deste grupo de contribuinte;
- ii. Diminuir os custos de fiscalização e controlo destes contribuintes por parte da Administração Tributária, através da simplificação das obrigações declarativas e contabilísticas; e
- iii. Promover a passagem para o sector formal dos sujeitos passivos que operam no sector informal.

Por outro lado, de forma a privilegiar as áreas consideradas básicas para o desenvolvimento da economia, foram racionalizados os incentivos fiscais, com vista a que os mesmos sejam mais eficientes e eficazes como instrumento de política económica no desenvolvimento do país, na atracção do investimento estrangeiro, contribuindo deste modo para o alargamento da base tributária e, conseqüentemente, a maximização na obtenção de receitas, e por outro lado, proteger o Governo contra a perda de receita derivada dos excessivos benefícios até então em vigor. Estes incentivos são corporizados através do novo Código dos Benefícios Fiscais.

Foi efectuada a revisão da tributação incidente sobre bebidas alcoólicas, cerveja, tabaco e seus derivados e veículos, corporizada pela alteração do Código do Imposto sobre Consumos Específicos, aprovada pelo Governo e submetida a AR para a sua aprovação, com vista a onerar os bens nocivos a saúde pública e os de luxo, potenciando a colecta deste imposto e, ao mesmo

tempo, fortalecendo os mecanismos de controlo, através da introdução da taxa específica, no sentido de evitar situações de evasão ou sonegação deste imposto, nomeadamente com base na manipulação do valor aduaneiro ou custo de produção.

Ainda com vista à simplificação dos procedimentos e modelos declarativos, foi simplificada a declaração de rendimentos modelo 10, encontrando-se em uso em todas as Direcções de Áreas Fiscais, e que se espera venha a ter o impacto que se deseja por parte dos contribuintes, pela simplicidade no preenchimento. O anexo legislativo elucida a legislação aprovada e preparada em 2008.

## **9. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO MULTILATERAL E BILATERAL**

### **9.1. Integração Regional**

Os países membros da SADC assinaram o Protocolo Comercial, da SADC em 1996 em Maseru, Reino do Lesoto, com vista à promoção do comércio legítimo em toda África Austral e com benefícios mútuos entre os países signatários do acordo, sendo a sua implementação gradual, compreendendo: i) Zona de Livre Comércio (entrou em vigor em Janeiro de 2008 e o lançamento oficial no dia 17 Agosto); ii) União Aduaneira (2010); iii) Mercado Comum (2015); e iv) União Monetária (2016).

#### **9.1.1. Implementação da Zona do Comércio Livre**

No âmbito do programa da implementação do Protocolo Comercial da SADC, a AT tem estado a aplicar todos os instrumentos técnicos aprovados pelo Governo de Moçambique, nomeadamente a oferta de Moçambique aos países da SADC e as respectivas regras de origem acordadas, bem como os mecanismos e arranjos especiais aplicáveis para o comércio de açúcar, têxteis e outros produtos elegíveis.

Um grupo de trabalho constituído por funcionários da A T e do MIC realizou visitas de trabalho nas fronteiras, terminais e outras estâncias aduaneiras da região Sul, Centro e Norte, para fazer o levantamento das dificuldades enfrentadas pelos funcionários aduaneiros e pelo público utente, durante o processo de tramitação documental na importação e exportação de mercadorias ao abrigo do Protocolo Comercial da SADC, tendo sido prestados esclarecimentos relevantes aos agentes económicos e funcionários aduaneiros envolvidos no processo.

Também foram realizados encontros bilaterais com a África do Sul e a Suazilândia de forma a avaliar o grau de eficácia na aplicação de instrumentos de implementação conjunta, bem como identificar o nível de dificuldades encontradas nos processos de emissão e controlo dos certificados de origem exigíveis no comércio intra SADC.

De forma a capacitar os actores directos nestes processos, foram realizados cursos de formação sobre Regras de Origem da SADC para os técnicos aduaneiros que lidam directamente com estas

matérias, incluindo o sector privado, tendo beneficiado 479 participantes em todo país, assim distribuídos:

Tabela 34 – Número de formandos em matérias de Regras de Origem

<b>Região</b>	<b>Func. da AT</b>	<b>Sector Privado</b>	<b>Total</b>
Norte	25	62	87
Centro	57	40	97
Sul	175	120	295
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>222</b>	<b>479</b>

### 9.1.2. Criação de Grupos de Trabalho no âmbito da União Aduaneira a SADC

A nível da SADC foram criados para efeitos de preparação da União Aduaneira, os seguintes Grupos de Trabalho Técnico:

- i. Quadro Jurídico, Administrativo e Institucional da União Aduaneira;
- ii. Harmonização das Políticas relacionadas com a União Aduaneira;
- iii. Tarifa Externa Comum da SADC; e
- iv. Colecta e Mecanismo de Partilha/Distribuição de Receitas, incluindo o Fundo de Compensação;
- v. Tarifa Externa Comum da SADC
- vi. Sistema de Gestão de Garantia de Trânsito Aduaneiro da SADC;
- vii. Estrutura Legal e Institucional (LIF) e Consultivo das Alfandegas (CAWG);

#### 9.1.2.1 Grupo de Trabalho Técnico sobre a Tarifa Externa Comum da SADC

O Grupo Técnico de Trabalho sobre Tarifa Externa Comum recebeu, do Secretariado da SADC, a responsabilidade de rever o DRAFT dos Termos de Referência e desenvolver um Plano de Acção, de conformidade com a deliberação da reunião dos Oficiais Seniores. Os ToR's foram submetidos à consideração do Grupo de Trabalho Ministerial, após acréscimos das seguintes responsabilidades específicas:

- i. Desenvolver uma Tarifa Externa Comum e a Nomenclatura Estatística;
- ii. Desenvolver o quadro para a implementação da Tarifa Externa Comum e assessorar o Task Force com vista a adopção de um modelo óptimo sobre o mecanismo de fixação de tarifas;
- iii. Identificar os desafios resultantes da múltipla filiação em organizações económicas regionais no desenvolvimento da Tarifa Externa Comum.
- iv. Rever os estudos sobre os modelos para a União Aduaneira na SADC, compatibilidade de políticas comerciais e outros trabalhos relevantes; e
- v. Promover estudos sobre o impacto no nível de receitas em cada país resultante de perdas e outras consequências, em virtude de adopção da Tarifa Externa Comum;

### 9.1.2.2. Grupo de Trabalho sobre o Sistema de Gestão de Garantia de Trânsito Aduaneiro

O grupo realizou actividades de consolidação e disseminação do sistema junto dos principais intervenientes, com enfoque nos tópicos seguintes:

- i. Provisões Legais do Sistema de Trânsito;
- ii. Obrigações dos Principais Intervenientes; e
- iii. Documentação e Procedimentos.

A operacionalização do sistema de trânsito no Corredor da Beira depende, por um lado, da realização de investimentos nas infra-estruturas de suporte (na área de comunicações e fornecimento de energia) nos postos de trânsito, por outro, da configuração da declaração de trânsito (SADC-CD) no sistema TIMS. A Direcção Geral das Alfândegas fez o levantamento das necessidades operacionais e elaborou o respectivo orçamento, enquanto o sector de Informática desenvolverá um suporte manual alternativo. Com vista a assegurar a implementação efectiva do teste piloto no Corredor da Beira foram realizadas, no período em apreço as seguintes actividades:

- i. Criação do Centro de Garantia na Alfândega da Beira;
- ii. Capacitação dos funcionários aduaneiros;
- iii. Designação dos postos de trânsito e pontos de contacto;
- iv. Desenvolvimento de formulários e documentos de trânsito;
- v. Registo e acreditação dos Obrigacionistas Principais; e
- vi. Registo dos Transportadores.

### 9.1.2.3. Grupo de Trabalho da Estrutura Legal e Institucional (LIF) e Consultivo das Alfândegas (CAWG)

O Grupo Legal, com o apoio do Projecto do Secretariado da SADC, tem por missão produzir, um dispositivo legal das Alfândegas e seus regulamentos de implementação que formarão a lei que governará o dia-a-dia das operações da União Aduaneira na SADC; Um manual de instruções especificando a interpretação das cláusulas da Lei Aduaneira da SADC, para permitir uma aplicação uniforme desta, e a criação Módulos de formação e programas de sensibilização para as Leis e Regulamentos das Alfândegas da SADC.

Realizaram-se três reuniões deste Grupo, onde se analisou o Ante-Projecto da Lei Modelo das Alfândegas, usando os mecanismos de avaliação de conformidade com a SADC, o Código Aduaneiro da União Europeia, Convenção Revista de Quioto, o Regulamento da EAC e a proposta do Código Aduaneiro da COMESA. Uma vez que foram identificadas as lacunas no Ante-Projecto da Lei Modelo, as disposições relevantes baseadas nos padrões internacionais e assentes nas necessidades nacionais e regionais específicas, essas serão incorporadas na Lei das Alfândegas da SADC.

## 9.2. Cooperação Multilateral

A AT participou em eventos relevantes de carácter Multilateral sobre questões tributárias e aduaneiras, com destaque para o seguinte:

- i. Participação em reuniões técnicas no âmbito dos APEs após a assinatura do Acordo Interino, para discussão das questões de implementação do Acordo Interino assinado em Dezembro de 2007 e em preparação da segunda fase de negociação do acordo final, tendo fornecido contribuições técnicas relativas a posição dos países durante as negociações;
- ii. No âmbito da OMA, a AT participou nas actividades programadas para a consolidação das reformas aduaneiras em curso nos países membros da Região Austral e Oriental da África, tendo beneficiado de cursos de formação nas áreas de investigação e controlo do tráfico ilícito de drogas, bem como sobre técnicas da utilização de sistemas adoptados pelo Centro de inteligência criado para o efeito;
- iii. Participação em reuniões de vários Comitês e Grupos Técnicos de Trabalhos da OMA a saber: Comissão Política, Comité de Informática, Regras de Origem, e de Capacitação Institucional. Nestes eventos os participantes colheram informações e dados úteis para a instituição que permitem o desenvolvimento de programas e acções concretas na luta e prevenção contra a fraude aduaneira no país e no mundo;
- iv. Reconstituição e submissão ao Ministério das Finanças, dos dossiers sobre a ratificação por Moçambique da Convenção sobre o Sistema Harmonizado de Codificação de Mercadorias e da Convenção de Kioto sobre a Simplificação e Harmonização dos Procedimentos Aduaneiros. Os processos foram apreciados e aprovados pelo Conselho de Ministros no dia 5 de Agosto de 2008, estando ainda em curso o processo da sua publicação na Imprensa Nacional;
- v. Ainda neste âmbito, foram realizadas acções de coordenação e acompanhamento das actividades de âmbito regional em coordenação com o Centro Regional de Capacitação Institucional da Região Austral e Oriental de África na qualidade de Vice-presidente da OMA Regional tendo sido desenvolvidos a estratégia e plano de actividades regional já em implementação pelos Países Membros.
- vi. No âmbito da Organização Mundial de Comércio, em coordenação com o MIC, foi preparado o relatório de Moçambique, sobre a revisão da Política Comercial de Moçambique visando a actualização do estágio actual do país nas relações comerciais com o exterior. O relatório da revisão será apreciado pela OMC no decurso de 2009;
- vii. No âmbito das actividades da CPLP, a AT participou num encontro em Portugal sobre avaliação aduaneira, bem como no Seminário sobre o Contencioso Aduaneiro realizado em Maputo. Neste último a instituição tinha como objectivo principal colher as experiências dos países membros da CPLP na área da reforma de leis e regulamentos sobre o contencioso aduaneiro e tributário tendo recebido contribuições úteis dos participantes para melhoria do projecto de revisão dos contenciosos aduaneiro e fiscal em Moçambique. Participou também na XXIII Conferência dos Directores Gerais das Alfandegas que teve lugar em Cabo Verde onde os Directores Gerais reafirmaram o seu compromisso estabelecido no protocolo, sobre a

cooperação técnica entre as administrações aduaneiras e assistência mútua administrativa entre os países da CPLP.

### **9.3. Cooperação Bilateral**

Verificação do nível das transacções comerciais entre o mercado de Moçambique e da Índia, com vista ao apuramento do nível do valor médio das exportações de Moçambique para Índia dentro do esquema preferencial de acesso ao mercado indiano.

#### **9.3.1. Acordos Sobre a Dupla Tributação**

Foram assinados os acordos para evitar a dupla Tributação entre a República de Moçambique e a República da África do Sul, e ainda revista a convenção para evitar a Dupla Tributação e prevenir a Evasão fiscal, entre a República de Moçambique e a República Portuguesa. A aplicação destes instrumentos vai facilitar a troca de informação e dados necessários no controlo fiscal entre Moçambique e os países signatários.

#### **9.3.2. Acordos de Cooperação e Assistência Mútua**

Durante o segundo semestre de 2008 foi recebida uma delegação de Angola para negociação do texto do Acordo entre o Governo da República da Angola e o Governo da República de Moçambique sobre cooperação e assistência Mútua na área aduaneira. Este instrumento vai assegurar que a troca de informação, dados estatísticos e documentação necessária nos actos de controlo aduaneiro seja feita pelas partes com benefício mútuo para as sociedades e economias dos dois países.

Também foram feitos contactos com as Maurícias e o Brasil no sentido de reiniciar com as negociações para assinatura de acordos de Cooperação e Assistência Mútua entre Moçambique e aqueles Países com os mesmos objectivos.

No âmbito da implementação do Acordo bilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre os Governos de Moçambique e da África do Sul, foram realizadas visitas aos Serviços Fiscais Sul Africanos para estudo do Sistema “ Analyst Not Book” e do pagamento via banco (E-Tributação), incluindo o Projecto da Janela Única Electrónica. Do encontro realizado registou-se alguma experiência nos aspectos relativos ao sistema de cobrança e pagamento de impostos por via electrónica o que permitirá o melhoramento da percepção dessas matérias a nível dos quadros da AT, o que irá contribuir para a tomada de decisões melhor fundamentadas.

#### **9.3.3. Posto de Paragem Única**

Foi ratificado o acordo entre os Governos de Moçambique e da África do Sul sobre o Estabelecimento dos Postos de Paragem Única nas fronteiras dos dois países, tendo sido preparados os esboços dos anexos do acordo e constituídos os respectivos grupos de trabalho técnico. Foi finalizado o Projecto, lançado o concurso e indicado o construtor.

No exercício económico de 2008, o projecto teve como dotação final o valor de 16,79 milhões de Mt para execução nas rubricas de despesas com o pessoal, bens e serviços e despesas de investimento cuja execução foi na ordem de 92,8%, conforme mostra a tabela 31. Do montante gasto 13,67 milhões de Mt e 0,28 milhões de Mt foram para se efectuar pagamentos das despesas, respectivamente em bens e serviços e outras despesas com o pessoal.

Tabela 35 - Execução do orçamento do Projecto da Fronteira de Paragem Única

Unidade: 10<sup>3</sup> MT

Class. econ.	Descrição	Dotação	Desp.	Saldo	Desp.
		Final	2008	2008	em %
<b>1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>739,80</b>	<b>739,80</b>	<b>0,00</b>	<b>100,0%</b>
112	Outras desp. com o pessoal	739,80	739,80	0,00	100,0%
120000	Bens e Serviços	13.749,69	13.749,69	0,00	100,0%
<b>21</b>	<b>Desp. Investimento</b>	<b>2.300,00</b>	<b>1.085,02</b>	<b>1.214,98</b>	<b>47,2%</b>
212001	Meios de Transporte (101)	1.800,00	727,97	1.072,03	40,4%
212099	Outra Maquin. e Equip. (101)	500,00	357,05	142,95	71,4%
	<b>TOTAL 1</b>	<b>16.789,49</b>	<b>15.574,51</b>	<b>1.214,98</b>	<b>92,8%</b>

Fonte: DGSC-DF

O valor acima mencionado destinava-se a suportar despesas para o início da edificação da fronteira, concretamente a área operacional no que se refere a transferência das populações, deslocações para encontros de coordenação com a parte sul-africana e outras que carecem de uma intervenção imediata de forma a permitir o arranque do projecto.

Com o objectivo de facilitação do comércio ainda foram assinados Memorandos de Intenção para o estabelecimento de Postos de Paragem única entre a AT e as suas congéneres do Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe com o programa de implementação prática dos respectivos projectos a iniciar no primeiro trimestre do ano de 2009.

#### 9.4. Assistência Técnica e Financeira

- i. No âmbito do acordo de assistência técnica com o Departamento do Tesouro dos EUA foram realizados dois seminários para os funcionários da AT sobre planificação estratégica e tática, que resultaram na elaboração e aprovação pelo Conselho Directivo dos Planos Estratégico 2009/2010 e Tático 2009;
- ii. O Fundo Comum da AT beneficiou de 2 milhões de dólares americanos desembolsados pelo DFID, gastos na aquisição de equipamento informático, aquisição de rádios de comunicação, apetrechamento do IFPFT e aquisição do material de escritório. Por outro lado foi assinado um Memorando de Entendimento entre a AT e a Alemanha para a adesão da Alemanha ao Fundo Comum da AT. Ainda neste âmbito, foram realizados vários encontros de esclarecimento e negociação entre a AT e a cooperação Belga e Suíça que se encontram na fase final de preparação de documentos para formalizar a sua adesão ao Fundo Comum da AT;

- iii. Foram criados comités de implementação e de Gestão do Fundo Comum da AT para assegurar a utilização correcta e transparente dos fundos disponibilizados pelos parceiros de cooperação;
- iv. Foi assinado um Acordo de Financiamento do Projecto de Facilitação de Comércio e Ambiente de Negócios entre o Governo de Moçambique, a Comissão Europeia e a Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), cujo montante do financiamento é de 6,65 milhões de Euros, cabendo a AT o valor de 0,86 milhões Euros, para implantação de projecto de facilitação ao Comércio Internacional por um período de 3 anos, tendo a AT desenvolvido projectos específicos já aprovados, para implementação a partir de 2009.

Para permitir o acompanhamento correcto dos assuntos a serem tratados nos diversos *foras* de matérias específicas, foi elaborado e aprovado pelo Conselho Directivo, uma matriz de grupos de trabalho da AT para o acompanhamento dos diversos dossiers de âmbito bilateral, regional e multilateral e das matérias específicas, que identifica as áreas de intervenção, bem como os funcionários responsáveis que integram cada área de trabalho.

## 10. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E LOGÍSTICA

Dando seguimento ao trabalho visando a criação e melhoria das condições de trabalho e de acomodação dos funcionários em todo o País, foram feitas em Infra-Estruturas 54 intervenções, sendo 22 construções de raiz, 24 grandes reparações e 10 pequenas reparações. O número de intervenções em edifícios subiu de cerca de 30 em 2007 para 54 intervenções em 2008, representando um crescimento de cerca de 95%, em termos de acomodação possibilitando que mais funcionários passem a dispor de condições condignas de acomodação e de alojamento (Anexo 5).

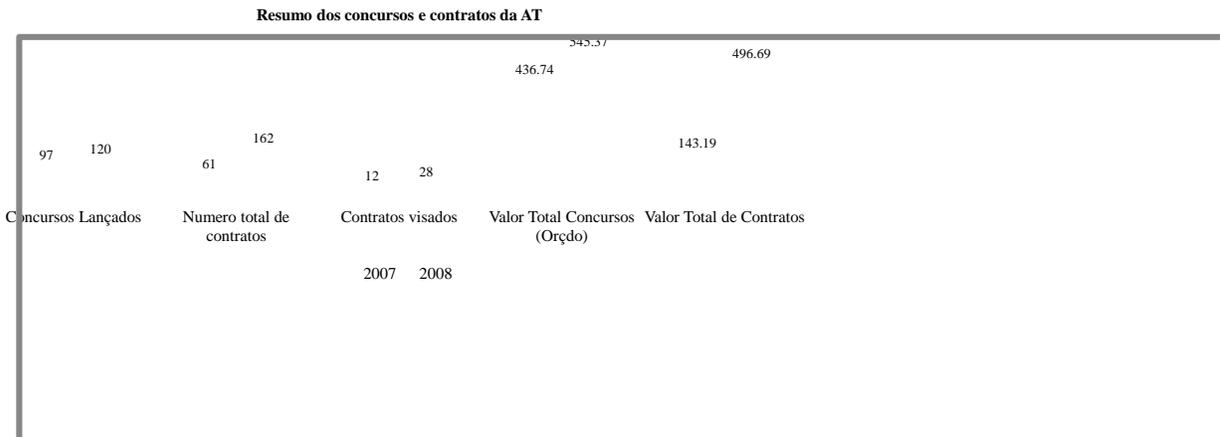
Durante o ano de 2008 foram lançados ao nível da AT 120 concursos, assinados 162 contratos, tendo sido visados pelo Tribunal Administrativo somente 28 contratos, como se pode deparar na tabela 36.

Tabela 36 - Resumo dos concursos e contratos

	<i>unid: 10<sup>6</sup> MT</i>		
<b>Total Geral</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Total</b>
Concursos Lançados	97	120	<b>217</b>
Numero total de contratos	61	162	<b>223</b>
Contratos visados	12	28	<b>40</b>
Valor Total Concursos (Orçdo)	436,74	545,37	<b>982,1</b>
Valor Total de Contratos	143,19	496,69	<b>639,9</b>

Fonte: DGSC-DF

Gráfico 42 – Resumo dos concursos e contratos



No período em análise, destacam-se as seguintes actividades:

- i. Acções de acompanhamento de execução das actividades e das prestações de contas através do envio de documentos contabilísticos;
- ii. Projecto de uniformização das marcas dos materiais informáticos (Fax, Impressoras e Fotocopiadoras) com vista a prevalência de um número reduzido de tipos de toners e tinteiros na instituição;
- iii. Apetrechamento dos escritórios, moradias e residências de acordo com o plano de necessidades.

### 10.1. Provisão de Bens e Serviços Necessários ao Funcionamento Eficiente

No período em análise, foram realizadas actividades, tendo se destacado as seguintes:

- i. Elaboração e divulgação dos procedimentos de aquisição de bens/serviços no âmbito JIT;
- ii. Elaboração de mapas de potenciais fornecedores e os respectivos objectos de contrato;
- iii. Levantamento de necessidades para a abertura de concursos;
- iv. Criação de cadastro de fornecedores e prestadores de serviços com base em informações existentes no sector;
- v. Conferência periódica do plano anual de gestão de 2008, ressaltando as actividades que cabem a Divisão de Aprovisionamento;
- vi. Fornecimento de mobiliário de escritórios a DGA, GPECI e DGI – DAFI, DAF Manhica e DAF Ponta D'Ouro, a AT-Sede, DRS, DRC e DRN, Fornecimento de mobiliário e utensílios domésticos a DRS, DRC e DR;
- vii. Processamento de dados estatísticos relativos as aquisições no âmbito JIT;

- viii. Preparação das actividades de visita e inaugurações das instalações da AT pelo Exmo. Senhor Ministro das Finanças;
- ix. Elaboração de planilhas de controlo de execução de contratos com base na informação existente no sector;
- x. Avaliação de desempenho das actividades e do pessoal da Divisão;
- xi. Fornecimento de carimbos;
- xii. Encontros com os fornecedores para esclarecimento e verificação do ponto de situação relativo ao JIT;
- xiii. Visita a UFSA, com vista ao aprofundamento do Decreto 54/2005 de 13 de Dezembro;
- xiv. Elaboração do Manual de Procedimentos, (já com a introdução do JIT).

## **11. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS**

### **11.1. Conselho Superior Tributário**

Foram realizadas 9 Sessões deste órgão, sendo: 4 sessões ordinárias e 5 extraordinárias. Basicamente, este órgão analisou e aprovou os seguintes documentos:

- i. Proposta do Anteprojecto de Lei do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes;
- ii. Proposta do Código de Tributação Autárquica;
- iii. Proposta de Alteração do Código de Benefícios Fiscais;
- iv. Instrumento de Adesão de Moçambique à Convenção do Sistema; Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias;
- v. Instrumento de Adesão de Moçambique à Convenção de Kyoto, sobre a Simplificação e Harmonização de Procedimentos Aduaneiros;
- vi. Proposta de Diploma Ministerial que aprova os Modelos das Letras e Livranças e suas características;

### **11.2. Conselho Directivo**

Foram realizadas 24 Sessões deste órgão, sendo: 12 sessões ordinárias e 12 extraordinárias. Tendo sido analisados e aprovados os seguintes documentos:

- i. Proposta do Manual de Identidade Corporativa;
- ii. Proposta do Código de Conduta;
- iii. Regulamento Interno;
- iv. Manual de Procedimentos;
- v. Formato do Modelo 10 Simplificado do IRPS;
- vi. Actualização da classificação das estâncias aduaneiras, terminais e postos fronteiriços;

- vii. Proposta de Lei que aprova as Instruções Preliminares da Pauta Aduaneira e o respectivo texto;
- viii. Proposta do Decreto que aprova o Regulamento do Código do Imposto sobre Sucessões e Doações;
- ix. Procedimentos de fornecimento de materiais e produtos (Sistema *Just-in-time*);
- x. Projecto de meios de comunicação por via rádio;
- xi. Termos de Referência sobre o Projecto de Assistência Técnica da OTA;
- xii. Contrato de prestação de serviços com vista a implementação das NIRFS no sector empresarial;
- xiii. Proposta do Diploma Ministerial que aprova as Tabelas de Retenção na Fonte do IRPS;
- xiv. Parceria entre a AT e a Associação da Mulher Moçambicana na Comunicação Social;
- xv. Plano de Formação para 2008;
- xvi. Regulamento do Fundo Social e de Assistência Médica e Medicamentosa da AT.

### 11.3. Conselho de Fiscalidade

No período em análise, à luz do estabelecido no artigo 11º do Regulamento Interno do Conselho de Fiscalidade, teve lugar em Nacala e Mopeia, Províncias de Nampula e Zambézia, respectivamente, a III e IV Sessão deste órgão de consulta, em que foram abordados e emandas recomendações sobre os seguintes assuntos:

- i. Termos de referência e plano anual de acção dos Grupos Especializados do Conselho de Fiscalidade;
- ii. Acompanhamento de Mega Projectos e Instituições Financeiras;
- iii. Papel das Autoridades Locais no Processo de Atribuição de NUITs;
- iv. Zona de Comércio Livre e União Aduaneira da SADC - Desafios e Perspectivas;
- v. Crise Financeira Internacional – seus contornos e impactos;
- vi. Gestão de Risco na Facilitação do Comércio Legítimo;
- vii. Integração Regional e desarmamento tarifário – ponto de situação;
- viii. Sistema de Classificação de Grandes Contribuintes;
- ix. Estratégias de acção Inspectiva, Fiscalização e Auditoria;
- x. Importância estratégica dos recursos minerais para o crescimento do Produto Interno Bruto: O Caso do Gilé;
- xi. Opções alternativas para recuperação económica do Posto Administrativo do Luabo: O Caso da Açucareira do Luabo;
- xii. Perspectivas de recuperação dos Portos de Luabo, Chinde e Pebane;
- xiii. Ponto de situação da implementação da Estratégia do Governo para a Redução do Défice Orçamental;
- xiv. Estratégia de comunicação para a popularização do imposto e alargamento da base tributária;
- xv. Ponto de Situação dos Reembolsos;
- xvi. Desafios da Implantação do IFPFT a nível nacional;

- xvii. Proposta de Projecto de expansão de estâncias aduaneiras e postos fronteiriços; e
- xviii. Redimensionamento das Áreas Fiscais.

Destes eventos foram produzidas sínteses gerais sumarizando as principais constatações e recomendações, que são posteriormente convertidos em planos de acção.

## 12. INSPECÇÕES E AUDITORIAS INTERNAS

### 12.1. No âmbito da inspecção técnica

Foram realizadas as seguintes acções:

- (i) Actualização do manual de procedimentos de inspecções aos órgãos da Autoridade Tributária;
- (ii) Elaboração e implementação de novos procedimentos de transferência de receitas nas estâncias aduaneiras da cidade e província de Maputo com o objectivo de prevenir o descaminho de valores e proporcionar controlo directo das contas de receita por cada órgão encarregue das cobranças. Assim, as Delegações Aduaneiras de Ressano Garcia, Namaacha, Matola, Terminais «TIRO, TIAUTOS, TIMAR, TIROFER e TIAR» e o Posto Fiscal de Goba passaram a:
  - (i) Ordenar as transferências das receitas para as Direcções de Áreas Fiscais da sua área;
  - (ii) Elaborar balancetes diários;
  - (iii) Efectuar balanços mensais;
  - (iv) Escriturar os livros regulamentados, e
  - (v) Elaborar um processo de contabilidade mensal que está sendo entregue na Direcção Regional Sul.
- (iii) Realização de acções de formação em todas as estâncias visadas no ponto anterior e na Tesouraria Central das Alfândegas de Maputo, assim como na Repartição da Contabilidade da DRS. Nesta, foi realizada formação sobre a conferência e análise dos processos de contabilidade mensais e justificativos, elaborado o *draft-tipo* de informação/ proposta e criado o sector de conferência e análise de processos;
- (iv) Realização de balanços de transição de chefias nas Direcções de Áreas Fiscais de Chimoio, 1º e 2º Bairros da Beira, Mocímboa da Praia, Tete, Quelimane, Mocuba, Xai-Xai, Magude e Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo. Foram deixadas recomendações pertinentes, que estão a merecer o devido monitoramento para melhoria organizacional;
- (v) Participação nas inspecções coordenadas pela Inspecção Geral de Finanças à Tesouraria das Alfândegas de Maputo e à Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) da Cidade de Maputo, o que serviu para melhorar os conhecimentos sobre os serviços de inspecção e melhorar a formação do inspector/auditor da AT;

- (vi) Realização de inspecção à gestão financeira às contas do nível central da AT, relativo ao exercício de 2007 e de inspecção sobre a observância do cumprimento das disposições legais na efectivação de despesas relativas a aquisição de material de escritório, passagens aéreas, fardamento, calçado, disponibilização de ajudas de custo, nos transportes e património, referentes ao exercício de 2007 e 1º semestre de 2008. Os trabalhos serviram sobremaneira para a prevenção dos riscos no cumprimento integral do Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro. Após os trabalhos, houve encontro com a direcção da DGSC com a finalidade de reforçar os mecanismos de realização e controlo da despesa;
- (vii) Inspeções às estâncias aduaneiras da Região Sul, aos Serviços Provinciais das Alfândegas e a algumas Delegações.

Em todos os órgãos visitados, foram deixadas recomendações e no último trimestre de 2008, a Direcção de Inspeção elaborou expediente solicitando o ponto de situação das recomendações deixadas pelas brigadas e as respostas estão sendo recebidas.

## 12.2. No âmbito do controlo de auditoria tributária

Foram realizadas as seguintes tarefas:

- (i) Foi elaborado o manual de procedimentos de controlo tributário que já foi apreciado no Conselho de Direcção do GCI;
- (ii) Foi elaborado o plano de actividades para 2009 com a componente “custos” visando a sua incorporação no PAOMA - Plano de Acção do Orçamento Multi-Anual;
- (iii) Foi realizada auditoria ao Posto Fiscal da MOZAL, onde foram constatadas situações que violam não só o Regulamento das Zonas Francas Industriais (Dec. 62/99, de 21 de Setembro) como também a legislação específica da criação da MOZAL (Dec 45/97, de 23 de Dezembro) consubstanciadas na:
  - a. Existência de pouco mais de sete mil (7000) DU's pendentes cujo processamento só foi possível com a alocação de quatro funcionários para o efeito, no período de Abril a Setembro. Deste lote, apurou-se uma dívida de 13,46 milhões de meticais, de direitos e demais imposições aduaneiras, de que não se vislumbra nenhum sinal de liquidação pelos respectivos devedores;
  - b. Preterição de diversos procedimentos de controlo e desembaraço aduaneiros, não só no Posto da MOZAL mas também na ZFI de Beluluane e no Porto Industrial da Matola, derivada da falta de uma presença efectiva de funcionários aduaneiros (o que ainda se verifica), apesar das propostas e recomendações feitas nesse sentido.
  - c. Na sequência da proposta de acção da DCAT para reverter aquele cenário e o trabalho que se seguiu, já se verificam alguns efeitos positivos,

particularmente no tocante à redução das práticas incorrectas e no aumento dos níveis de arrecadação da receita, cuja média mensal situa-se actualmente acima do dobro da média referente aos primeiros cinco meses do ano (vide tabela 37).

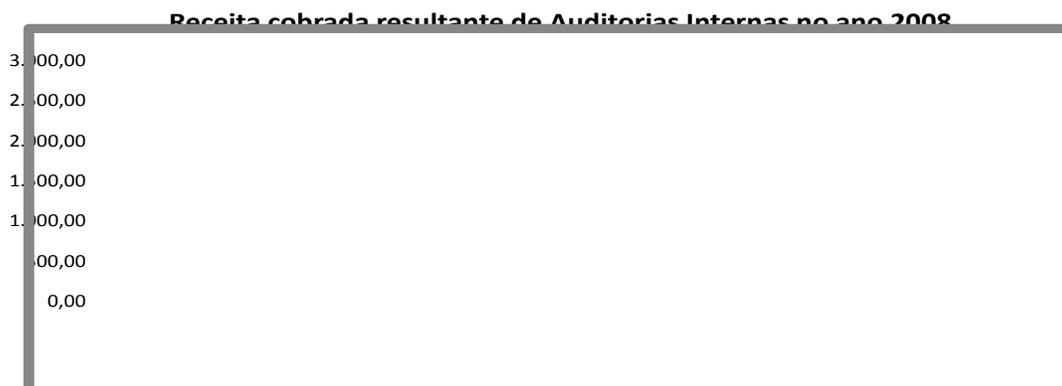
Tabela 37 - Receita cobrada resultante de Auditorias Internas no ano 2008

*Unidade: 10<sup>3</sup> MT*

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Valor	703,38	231,12	63,93	1.109,69	517,51	118,74	825,58	2.533,48	776,24	1.296,21	1.217,71	623,69	10.017,29

Fonte: GCI

Gráfico 43 – Receita resultante de auditorias Internas



Em todos os sectores visitados/auditados, foram deixadas recomendações para regularização das anomalias constatadas, cujo monitoramento ocorrerá ao longo do ano de 2009, a fim de aferir os resultados da implementação das recomendações.

Tabela 38 - Demonstração do trabalho realizado nas DAF's

*Unidade: 10<sup>3</sup> MT*

DAF	Processos analisados	Lucros adicionados	IRPC devido	Vendas adicionais	IVA devido	Prejuízos	
						Declarados	Reduzidos
Nampula a)	0	79.937,19	25.579,90	148.184,86	25.191,43	0	0
1º Bairro	25	2.200,29	694,59	3.586,29	609,5	-3.398,69	0
2º Bairro	34	6.018,19	1.847,41	9.782,86	1.654,59	-3.623,18	-3.442,82
Matola	17	12.956,65	2.067,59	1.264,22	0	-1.455,64	4.124,84
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>101.112,32</b>	<b>30.189,49</b>	<b>162.818,23</b>	<b>27.455,52</b>	<b>-8.477,51</b>	<b>681,58</b>

a) Trabalho realizado por uma equipa do GCI e completado por uma brigada da DAFI

### 13. PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPÇÃO

- (i) Foram abertos 51 (cinquenta e um) novos processos disciplinares (PD) e 23 (vinte e três) de inquérito (PI<sub>iq</sub>);

- (ii) Foram concluídos 62 (sessenta e dois) PDs, envolvendo 140 (cento e quarenta) funcionários, tendo sido proposta a aplicação das penas de expulsão (12), demissão (25), despromoção (21), multa (16), repreensão pública (14), advertência (05) e a absolvição de 47 (quarenta e sete) funcionários. Quanto aos PInq., foram terminados 16 (dezassexes), tendo sido participados para acção disciplinar 39 (trinta e nove) funcionários;
- (iii) Até ao final do ano, estavam em fase de instrução 100 (cem) PDs, os quais transitaram para 2009. Quanto aos processos de inquérito, estavam em curso 18 e 59 pendentes, totalizando 77 processos que transitaram para o ano seguinte;
- (iv) Aprovado e lançado o Código de Conduta dos Funcionários da AT, tendo a sua divulgação sido iniciada através dos meios de Comunicação Social e de encontros com chefes de sectores da AT nas Direcções Regionais Centro e Norte, na DGI, DGSC, GPECI e GCIm, assim como com os Secretários Permanentes dos Governos de Sofala e Nampula; do sector privado e da Comunicação Social nas mesmas províncias, em que houve distribuição solene dos códigos, seguida da assinatura e leitura pública dos termos de compromisso;
- (v) Constatada a necessidade de melhorar os procedimentos aduaneiros de exportação, evidenciada por casos de exportação irregular de ouro e madeira, visitou-se estâncias aduaneiras da Região Sul, mais concretamente os terminais localizados nas cidades de Maputo e Matola e as fronteiras de Ressano Garcia, Namaacha, Goba e Ponta d'Ouro, a fim de apurar a prática em vigor no terreno na tramitação daquele regime aduaneiro, com o objectivo último de introduzir os devidos controlos de risco;
- (vi) Foi encaminhado à Direcção Geral dos Serviços Comuns o expediente com vista à aquisição e instalação do equipamento telefónico que permitirá a recepção automática, durante 24 horas por dia, de denúncias, queixas e reclamações dos sujeitos passivos e cidadãos em geral sem custos para estes;
- (vii) Diversos funcionários da DIPAC a todos os níveis participaram, durante o período em análise, em diversos cursos/eventos, com o objectivo de melhorar o desempenho dos técnicos dotando-os de ferramentas técnico-científicas adequadas, a saber:
  - a. Curso de “Procurement”, em Maputo;
  - b. Curso sobre Instrução de Processos Disciplinares, ministrado pela UEM, em Maputo;
  - c. Palestra sobre Corrupção, organizada e apresentada pelo GCCC em Maputo;
  - d. Conferência Regional Sul da CTA, em Namaacha;
  - e. Curso sobre Corrupção e Facilitação do Comércio, na Academia da SARS, em Pretória, na RSA;
  - f. Curso subordinado ao tema “Detecção de Fraudes Técnicas, Corrupção e Branqueamento de Capitais”, em Maputo;
  - g. Curso de Formação e Reciclagem de Formadores, organizado pela AT em parceria com a Intertek em Maputo;
  - h. 13ª Conferência Internacional Anti-corrupção (13<sup>th</sup> IACC), em Atenas, Grécia;
  - i. 8ª Reunião do Subcomité de Integridade da OMA, em Bruxelas, Bélgica;
- (viii) Organizadas 02 (duas) palestras subordinadas aos temas “Detecção em Flagrante Delito” e “Corrupção”, que foram apresentadas por Procuradores do GCCC e contaram com a

- participação do Exmo. Sr. PAT, membros do Conselho Directivo, funcionários do GCI e de outras áreas afins da AT e ainda da Comunicação Social;
- (ix) Aprovado e divulgado o Despacho sobre a Desconcentração da Instrução de Processos Disciplinares, que autoriza que processos correspondentes a infracções puníveis com penas leves sejam instruídos ao nível das Direcções Gerais, Gabinetes e Direcções Regionais da AT, como forma de agilizar o processo de indução das boas práticas profissionais;
- (x) Concebido, testado e instalado o sistema informático de gestão de processos, que se espera entre em funcionamento em 2009, e traga melhorias nos métodos de gestão dos referidos processos;
- (xi) Concedido à DAC o acesso a determinadas funcionalidades do sistema SICR, à semelhança do que já acontecera em relação ao TIMS; e
- (xii) No âmbito da prevenção e capacitação, foram realizadas visitas de trabalho às DAFs da Região Sul com objectivo de verificar o seu funcionamento e avaliar o grau de eficiência, tendo se constatado que, duma maneira geral, os funcionários são assíduos e pontuais; que nem todos possuem o crachá de identificação; que os níveis de eficiência são satisfatórios porque se situam, numa escala de 0 a 5, entre 0,14% a 4,68% na UGC e nas DAFs de 1º Bairro, Matola, 2º Bairro, Inhambane, Vilankulo e Xai-Xai. Estão abaixo destes níveis as DAFs de Chókwè, Chibuto, Magude e Quissico, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 39 – Grau de eficiência do funcionamento dos serviços

Unidade: 103 MT

DAF	Nº de contribuintes	Meta atribuída	Cobrança		Nº de funcionários		Fundo de funcionamento			% de eficiência
			Realização	% de realiz	Total geral	contabilistas	salários	Outras despesas	Total	
UGC	C-371/S-16	11.078,05	11.202,66	101%	29	11	14,18	1,08	15,26	0,14%
1º Bairro	C-8750/S-62845	8.107,12	8.322,70	103%	72	16	25,11	1,08	26,19	0,31%
2º Bairro	C-3.810/S- 154.414	1.156,59	1.049,48	91%	71	15	24,78	1,08	25,86	2,46%
Matola	C-1.907/S-83.040	1.420,67	1.457,61	103%	51	11	15,70	1,08	16,78	1,15%
Magude	C-50/S-4.308	34,28	35,86	105%	10	3	3,01	0,72	3,73	10,39%
Xai-Xai	C-637/S-16.971	171,36	189,60	111%	37	5	7,80	1,08	8,88	4,68%
Chókwè	C-216/S-9843	45,52	63,86	140%	14	2	3,78	0,96	4,74	7,43%
Chibuto	C-36/S-2.696	20,62	25,31	123%	8	1	2,57	0,00	2,57	10,15%
Inhambane	C- 851/S- 19775	200,51	154,21	77%	22	3	4,45	1,08	5,53	3,59%
Quissico	C- 80/S- 2893	8,63	8,91	103%	12	2	2,94	0,72	3,66	41,09%
Vilanculos	C-427/S-6.346	77,35	83,21	108%	16	1	2,95	0,84	3,79	4,56%

## 14. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A AT superou a meta programada em 0,8%. Entretanto, o resultado alcançado teria sido melhor se não tivesse sido influenciado negativamente, pelo diferimento da cobrança do IVA e Direitos Aduaneiros no total de 1.350,66 milhões de meticais sobre os combustíveis, que representa 3,4% da receita total programada.

Recomenda-se a adopção de medidas que garantam que a receita a ser cobrada pela AT, venha a crescer em 0,5 pontos percentuais do PIB, como por exemplo, a melhoria das acções de auditorias e fiscalizações, bem como a adopção de acções concretas e pragmatismo no trabalho, visando a popularização do imposto e alargamento da base tributária, sobretudo na divulgação do ISPC e na sua implementação, articulando sempre com o poder local para garantir maiores sucessos no processo. Recomenda-se ainda operacionalizar as brigadas móveis de cobrança para garantir maior abrangência de actuação da AT.

A contribuição dos mega projectos e das instituições financeiras é de 8,8% no total da receita arrecadada, representando apenas 1,4% do PIB. Considerando a dimensão destes empreendimentos, a sua contribuição é minimal. Assim, recomenda-se o desenvolvimento de estratégias que conduzam ao incremento desta contribuição, como por exemplo a capacitação especializada de auditores para mega projectos.

O processo de tratamento de pedidos de reembolsos em IVA conheceu uma melhoria considerável, atingindo mais de 90 por cento de processos tratados em tempo útil. Recomenda-se que os mesmos níveis de execução sejam atingidos para os impostos sobre o rendimento, que actualmente se situam em pouco mais de 50 por cento.

No processo de registo de novos contribuintes foram atingidos níveis satisfatórios de execução (96 por cento). Entretanto, é necessário que se adoptem mecanismos que permitam distinguir contribuintes efectivamente pagantes dos demais.

Não foi concluído o processo de enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias desta instituição. Recomenda-se que este processo seja acelerado de forma que, no mais curto espaço de tempo, haja um quadro de pessoal definido e distribuído por forma a responder aos desafios da instituição.

Os sistemas actualmente em uso, NUIT, SICR e TIMS continuam aquém das expectativas da instituição no processamento dos respectivos dados, notando-se que a manutenção evolutiva que vem sendo realizada não tem sido suficiente para garantir o bom funcionamento dos sistemas. Assim, julga-se que a entrada em funcionamento do e-tributação e da JUE venham a melhorar o processamento dos dados, recomendando-se a concentração de energias e sinergias para que estes projectos comecem a ganhar corpo no ano de 2009.

O orçamento da despesa não foi integralmente executado, tendo se situado em 96,9%.

Foram introduzidos novos instrumentos de planificação e gestão, nomeadamente plano estratégico para os anos 2009-2010 e plano tático para 2009 e o SIG, importantes no processo de implementação da reforma tributária e institucional. Recomenda-se a sua disseminação e promoção do seu uso por todos os funcionários.

No âmbito da integração regional, sobretudo na implementação da Zona do Comércio Livre da SADC, constata-se que os importadores continuam a não fazer o uso pleno das tarifas do comércio preferencial, relativamente às importações provenientes da região, devido a não apresentação do certificado de origem. Assim, recomenda-se que se adoptem medidas com vista a incrementar o número de importadores que usam as tarifas do comércio preferencial, como por exemplo, maior divulgação dos procedimentos necessários para obtenção do certificado de origem, em coordenação com o Ministério da Indústria e Comércio e com as autoridades alfandegárias e de comércio dos países da região, por forma a adoptar-se uma estratégia comum da disseminação pelos agentes económicos, dos benefícios que a ZCL pode trazer, sobretudo na redução dos custos das transacções e melhoria de vida das populações consumidoras.

Foram construídas de raiz e reabilitadas diversas infra-estruturas, principalmente nas zonas mais recônditas, para melhoria das condições de trabalho e acomodação dos funcionários e do atendimento aos utentes. Recomenda-se a continuidade do programa, privilegiando as zonas o contribuinte percorre centenas de quilómetros para cumprir com as obrigações fiscais, garantindo-se dessa forma maior aproximação entre a administração tributária e o contribuinte.

Foi elaborado, aprovado e disseminado o código de conduta, que tem o intuito de promover a ética profissional na instituição. Recomenda-se que cada funcionário faça do código de conduta um instrumento de observância sistemática e sempre presente no seu dia a dia laboral para o fortalecimento do cometimento na adopção e aplicação das melhores práticas profissionais.

## 15. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2009

Com vista a prosseguir os seus objectivos, a Autoridade Tributária perspectiva, para o ano de 2009, a realização, dentre outras, das seguintes acções:

### 15.1. No âmbito da Gestão da Cobrança da Receita

- i. Garantir a cobrança da receita programada para o período: 46.216,34 milhões de meticais, cabendo a área operativa dos Impostos internos 29.916,18 milhões de meticais (64%) e os remanescentes 16.300,16 milhões de meticais a área operativa das Alfândegas (36%).
- ii. Proceder ao acompanhamento, de modo sistemático e rigoroso dos Grandes Contribuintes<sup>7</sup>, de forma a garantir o cumprimento voluntário das respectivas obrigações fiscais;
- iii. Intensificar o controlo das mercadorias em circulação;
- iv. Incrementar acções de fiscalização visando a redução da fuga ao fisco;
- v. Prosseguir com as acções tendentes a redução dos tempos de desembarço aduaneiro de mercadorias;
- vi. Massificar do controlo fiscal através do cruzamento da informação designadamente:
  - a. Controlo das retenções na fonte de rendimentos declarados e de benefícios fiscais através das correspondentes obrigações de terceiros; e
  - b. Detecção de faltosos na apresentação de declarações tributárias e emissão das liquidações officiosas;
- vii. Proceder ao saneamento do cadastro para que este possa constituir um elemento nuclear para o conhecimento do universo dos contribuintes evitando ineficiências decorrentes da respectiva desactualização;
- viii. Realizar auditorias tributárias conjuntas com a IGF visando o controlo do cumprimento das obrigações fiscais:
  - a. Dos fornecedores de bens e serviços ao Estado; e
  - b. Dos projectos que funcionam junto das instituições do Estado;
- ix. Cruzar informação com os Ministérios da Justiça, das Pescas, dos Recursos Minerais, do Turismo, Notários e Seguradoras, com o objectivo de melhor conhecimento da situação real do contribuinte de modo a potenciar a cobrança do impostos;
- x. Aprovar critérios de selecção dos Grandes Contribuintes e definição de procedimentos para a sua mobilidade;
- xi. Reduzir os actuais níveis de *stock* de reembolsos do IVA em 60% até 31 de Dezembro de 2009;

---

<sup>7</sup> Incluindo Mega Projectos e Instituições Financeiras

- xii. Articular com a DTIC para a conclusão de aplicativos informáticos para a
  - a. Gestão Diária da Receita.
  - b. Gestão dos Reembolsos; e
  - c. Controlo da Despesa Fiscal;
- xiii. Estender a criação de Balcões de Atendimento aos Contribuintes para as capitais provinciais;
- xiv. Elaborar o segundo manual de perguntas mais frequentes em sede do IRPS, IRPC, IVA e outros impostos; e
- xv. Desenvolver acções com vista a implementação das NIRFS para as grandes empresas em 2010.

### **15.2. No âmbito do Alargamento da Base Tributária**

- i. Colaborar com o Ministério da Educação e Cultura na introdução da cadeira de “Noções de empreendedorismo”, no ensino secundário.
- ii. Produzir mais manuais de Educação Fiscal para abranger também o ensino primário;
- iii. Preparar e conduzir uma campanha estratégica de educação fiscal no âmbito da divulgação do ISPC e da popularização do imposto;
- iv. Criar as condições necessárias e suficientes para a presença da AT nos BAU's e operacionalização dos Serviços de Assistência ao Contribuinte em todas as capitais provinciais (instalação dos equipamentos e alocação de recursos humanos);
- v. Reforçar a consciencialização dos utentes, principalmente dos operadores não formais do comércio (vulgo mukheristas), sobre as suas obrigações e facilidades aduaneiras no âmbito da Integração Regional (Zona de Comércio Livre);

### **15.3. Na área de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos**

- i. Definir e desenvolver a estratégia a seguir no processo de formação dos Recursos Humanos;
- ii. Concluir o processo de enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias;
- iii. Harmonizar os salários e remunerações das duas carreiras da AT;
- iv. Implementar a política de rotação do pessoal;
- v. Redimensionar a força de trabalho nos diferentes órgãos da AT;
- vi. Desenhar o quadro de pessoal e a carreira definitiva; e
- vii. Concluir o projecto de envio electrónico do recibo de salário.

### **15.4. Na área de Gestão e Desenvolvimento das Tecnologias de Informação**

- i. Modernizar a infra-estrutura física e de comunicações;
- ii. Realizar treinamento e capacitação técnica em TI virada à gestão informática da Administração Tributária;

- iii. Ampliar a abrangência geográfica e a capacidade da RENA, com a expansão do sistema de comunicação de dados e acesso à Internet para dentro e fora da Autoridade Tributária;
- iv. Expandir o sistema de comunicações de voz via rádio;
- v. Criar mecanismo para vídeo-conferência na AT;
- vi. Assegurar a manutenção regular das plataformas actuais;
- vii. Ajustar os sistemas correntes em conformidade com as alterações de legislação; e
- viii. Dar início a implementação efectiva dos projectos de e-tributação, a partir da operacionalização do piloto do projecto da JUE.
- ix. Operacionalizar o Sistema PHC para gestão de concursos e contratos;
- x. Operacionalizar o do pacote informático para gestão documental, recentemente instalado na área de secretariado; e
- xi. Operacionalizar o sistema informático de gestão de processos.

#### **15.5. Na área de Gestão do Orçamento da Despesa**

- i. Dar continuidade ao desenvolvimento de acções de modo a garantir que toda a despesa seja realizada com observância das normas estabelecidas no Regulamento de Empreitadas de Obras Públicas, aquisição de bens e prestação de serviços, isso mediante a formação do pessoal e divulgação sistemática dos procedimentos para o efeito;
- ii. Descentralizar a execução orçamental por via do e-sistafe a nível dos centros de custos provinciais para que a realização das despesas esteja mais próxima dos centros de custos.

#### **15.6. Na área de Planeamento e Estudos**

- i. Garantir o pleno conhecimento e uso dos instrumentos de gestão, já aprovados - Planos estratégico e tático - por todos os funcionários;
- ii. Garantir a implementação do Sistema de Informação para Gestão;
- iii. Garantir a elaboração dos Planos Operacionais das diversas unidades orgânicas;
- iv. Concluir estudo do IRN e do Imposto do Selo, com vista a definir a sua pertinência no actual contexto económico;
- v. Realizar estudo comparativo dos sistemas tributários da região, com vista a adaptar para o sistema moçambicano, as melhores práticas legislativas regionais e internacionais;
- vi. Continuar com a simplificação dos modelos declarativos e de pagamento de impostos;
- vii. Desenhar e implementar as estratégias de lançamento do Imposto Sobre os Pequenos Contribuintes (ISPC) e da popularização do imposto; e
- viii. Participar no processo de preparação do Cenário Fiscal de Médio Prazo para os anos 2010 a 2012.

### **15.7. Na área da Reforma da Legislação Fiscal e Aduaneira**

- i. Preparar e submeter à aprovação as propostas de Lei que aprovam o Código do Processo Tributário e o Código do Processo Penal Tributário;
- ii. Preparar e submeter à aprovação a proposta de Lei que altera o Código do IRPC, para a implementação das NIRF's;
- iii. Preparar e submeter à aprovação pelos órgãos competentes os Regulamentos do Código de Benefícios Fiscais, do ISPC e do ICE;
- iv. Preparar a proposta de revisão do Decreto número 30/2002, de 2 de Dezembro, que aprova as Regras Gerais do Desembaraço Aduaneiro, no âmbito do regulamento da Lei que aprova a Pauta Aduaneira e respectivas Instruções Preliminares;
- v. Preparar a proposta de Decreto que introduz alterações ao Estatuto Orgânico da AT;
- vi. Preparar a proposta de Decreto que introduz alterações ao PGC no âmbito da implementação das NIRF's;
- vii. Preparar proposta de Decreto que introduz alterações ao Regulamento da Lei do IRPC, no âmbito da implementação das NIRF's;

### **15.8. No âmbito da Integração Regional e Cooperação Multilateral e Bilateral**

- i. Continuar a mobilizar os parceiros de cooperação internacional o apoio financeiro e técnico à reforma tributária e à consolidação do funcionamento da AT;
- ii. Participar activamente nas negociações dos EPA's com protagonismo necessário para que as questões de capacitação institucional nos países africanos e de desenvolvimento industrial sejam acomodadas nas disposições do acordo definitivo com a União Europeia.
- iii. Continuar a trabalhar para o reforço da estratégia de cooperação internacional e de integração regional, de forma a garantir a expansão dos acordos e tratados de âmbito bilateral para melhoria da aplicação das leis relativas a matérias aduaneiras e de tributação internacional, aplicação de normas e procedimentos à luz da implementação da Zona de Comércio Livre da SADC, bem como dos Acordos de Parceria Económica com a União Europeia.
- iv. Consolidar o alinhamento da legislação e procedimentos aduaneiros e tributários com os padrões regionais e internacionais, participando activamente e com o protagonismo necessário fazendo valer as posições estratégicas do país e da instituição em eventos com organismos de cooperação regional e internacional, privilegiando a região SADC em virtude da preparação do projecto de estabelecimento da União Aduaneira em 2010.
- v. Continuar com o processo de facilitação do comércio, através da promoção da aplicação de leis e mecanismos acordados com os nossos parceiros de cooperação ao nível bilateral e no âmbito da implementação dos Memorandos de Intenção sobre o estabelecimento de Postos de Fronteira de Paragem Única, assinados com a África do Sul, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e o Zimbabwe.

- vi. Dar continuidade à divulgação das Regras de Origem para que maior parte dos agentes económicos elegíveis se beneficie das tarifas preferenciais no âmbito do Protocolo Comercial da SADC;

### **15.9. No âmbito da Gestão e Desenvolvimento de Infra-Estruturas e Logística**

- i. Concluir todos os concursos e contratos que por motivos de vária ordem transitaram para 2009;
- ii. Trabalhar no sentido de se conseguir maior número de vistos nos processos enviados ou a enviar ao Tribunal Administrativo através do incremento de um mecanismo que imponha maior e melhor dinamismo e interacção entre a AT e o Tribunal Administrativo, em matéria de gestão de contratos;
- iii. Com base nas necessidades da instituição, proceder-se ao lançamento de concursos de bens e serviços identificados;
- iv. Executar os projectos de investimento 2009, conforme o plano operacional e orçamento aprovado.

### **15.10. Na área de Inspeções e Auditorias Internas**

- i. Intensificar as visitas de inspecção e auditoria às unidades orgânicas da AT;
- ii. Continuar a implementação dos novos procedimentos de transferência de receitas das estâncias aduaneiras;
- iii. Monitorar as recomendações dos seminários nacionais e de outros eventos, incluindo as resultantes de visitas de inspeções e auditorias;
- iv. Continuar o apoio às áreas fiscais e estâncias aduaneiras com vista ao incremento dos níveis de arrecadação da receita;
- v. Apurar o ponto de situação da despesa fiscal dos projectos de investimentos;
- vi. Apurar o ponto de situação dos impostos resultantes das correcções dos rendimentos colectáveis efectuados quer pela DGI como pelas UGCs e DAFs;

### **15.11. No âmbito da Promoção da Integridade e Combate a Corrupção**

- i. Prosseguir com a divulgação, distribuição e implementação do Código de Conduta;
- ii. Prosseguir com a divulgação e implementação do despacho sobre a desconcentração da instrução de PDs, através de várias acções, com destaque para workshops sobre responsabilidade disciplinar e cursos de instrutores de PDs e Processos de Inquérito;
- iii. Diagnosticar os níveis de corrupção na AT com vista à elaboração e implementação duma estratégia de promoção da integridade e combate à corrupção e outras irregularidades;
- iv. Prosseguir e reforçar a cooperação intra e interinstitucional no domínio da promoção da integridade e combate à corrupção;
- v. Implementar e monitorar o uso dos perfis de gestão em todas as unidades orgânicas da AT;

Maputo, Março de 2009

## ANEXO 1 – Mapa da Receita Total Arrecadada

(unidade: 10<sup>6</sup> MT)

<i>Descrição</i>	Realização 2007	Programa 2008	Realização 2008	Real2008- Prog2008	Grau de Realização	Real2008- Real2007	Cresc. Nominal	Programa 2008 em % PIB	Realização 2008 em % PIB
<b>Receita Total</b>	<b>34,473.63</b>	<b>38,815.96</b>	<b>39,109.32</b>	<b>293.37</b>	<b>100.8%</b>	<b>4,635.69</b>	<b>13.4%</b>	<b>16.2%</b>	<b>16.4%</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>32,623.56</b>	<b>37,116.64</b>	<b>37,381.05</b>	<b>264.42</b>	<b>100.7%</b>	<b>4,757.49</b>	<b>14.6%</b>	<b>15.5%</b>	<b>15.6%</b>
<b>Receita Fiscal</b>	<b>27,965.09</b>	<b>30,800.55</b>	<b>32,315.24</b>	<b>1,514.69</b>	<b>104.9%</b>	<b>4,350.16</b>	<b>15.6%</b>	<b>12.9%</b>	<b>13.5%</b>
Impostos sobre o Rendimento	9,271.54	10,003.80	11,722.82	1,719.03	117.2%	2,451.29	26.4%	4.2%	4.9%
Imposto s/ Rendimento Pessoas Colectivas	4,042.20	4,297.19	5,426.08	1,128.88	126.3%	1,383.88	34.2%	1.8%	2.3%
Imposto s/ Rendimento Pessoas Singulares	4,859.06	5,312.38	5,957.13	644.74	112.1%	1,098.06	22.6%	2.2%	2.5%
Imposto Especial sobre o Jogo	47.56	69.29	44.03	-25.26	63.5%	-3.53	-7.4%	0.0%	0.0%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	322.72	324.93	295.59	-29.34	91.0%	-27.12	-8.4%	0.1%	0.1%
Impostos sobre Bens e Serviços	17,224.81	18,860.50	19,132.12	271.62	101.4%	1,907.32	11.1%	7.9%	8.0%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	11,314.02	13,168.06	12,920.88	-247.18	98.1%	1,606.86	14.2%	5.5%	5.4%
IVA nas Operações Internas	4,615.88	5,465.99	5,662.80	196.81	103.6%	1,046.92	22.7%	2.3%	2.4%
IVA na Importação	6,698.14	7,702.07	7,258.08	-443.99	94.2%	559.93	8.4%	3.2%	3.0%
Imp. s/ Cons. Especificos-Produção Nacional	1,341.37	1,628.90	1,633.13	4.23	100.3%	291.76	21.8%	0.7%	0.7%
Cerveja	1,073.68	1,272.82	1,213.98	-58.84	95.4%	140.31	13.1%	0.5%	0.5%
Tabaco	248.57	301.13	277.96	-23.17	92.3%	29.39	11.8%	0.1%	0.1%
Outras Bebidas Alcoólicas	19.12	54.95	141.19	86.24	257.0%	122.06	638.3%	0.0%	0.1%
Imp. s/ Cons. Especificos - Produtos Importados	734.76	939.97	987.12	47.16	105.0%	252.36	34.3%	0.4%	0.4%
Impostos sobre o Comércio Externo	3,834.65	3,123.58	3,590.99	467.42	115.0%	-243.66	-6.4%	1.3%	1.5%
Direitos Aduaneiros	3,803.82	3,106.55	3,561.90	455.35	114.7%	-241.92	-6.4%	1.3%	1.5%
Sobretaxa	30.83	17.02	29.09	12.07	170.9%	-1.74	-5.7%	0.0%	0.0%
Outros Impostos	1,468.74	1,936.25	1,460.30	-475.96	75.4%	-8.45	-0.6%	0.8%	0.6%
Imposto do Selo	321.96	426.15	321.91	-104.24	75.5%	-0.05	0.0%	0.2%	0.1%
Imposto sobre Veículos	42.19	12.15	46.85	34.69	385.5%	4.66	11.0%	0.0%	0.0%
Licenças de Pesca	56.96	119.16	31.05	-88.11	26.1%	-25.90	-45.5%	0.0%	0.0%
Taxa sobre os Combustíveis	713.28	888.23	718.73	-169.49	80.9%	5.45	0.8%	0.4%	0.3%
Royalties e Imposto de Superfície	62.89	126.80	56.33	-70.47	44.4%	-6.56	-10.4%	0.1%	0.0%
Outros	271.47	363.76	285.42	-78.34	78.5%	13.96	5.1%	0.2%	0.1%
<b>Receita Não Fiscal</b>	<b>2,457.31</b>	<b>2,717.56</b>	<b>2,400.37</b>	<b>-317.19</b>	<b>88.3%</b>	<b>-56.94</b>	<b>-2.3%</b>	<b>1.1%</b>	<b>1.0%</b>
Taxas Diversas de Serviços	422.50	340.37	242.52	-97.84	71.3%	-179.98	-42.6%	0.1%	0.1%
Outras Receitas Não Fiscais	924.19	1,113.26	928.76	-184.50	83.4%	4.57	0.5%	0.5%	0.4%
Receitas Próprias	1,110.61	1,263.94	1,229.09	-34.85	97.2%	118.47	10.7%	0.5%	0.5%
<b>Receita Consignada</b>	<b>2,201.16</b>	<b>3,598.52</b>	<b>2,665.44</b>	<b>-933.09</b>	<b>74.1%</b>	<b>464.27</b>	<b>21.1%</b>	<b>1.5%</b>	<b>1.1%</b>
Taxa sobre os Combustíveis (consignada)	1,544.79	2,117.43	1,789.88	-327.55	84.5%	245.09	15.9%	0.9%	0.7%
Taxa de Serviços Alfandegários	8.51	8.32	7.18	-1.14	86.3%	-1.33	-15.7%	0.0%	0.0%
Taxa de Sobrevalorização da Castanha de Caju	40.15	140.49	86.66	-53.83	61.7%	46.51	115.8%	0.1%	0.0%
Outras Receitas Consignadas	607.71	1,332.29	781.72	-550.57	58.7%	174.01	28.6%	0.6%	0.3%
<b>Receita de Capital</b>	<b>1,850.07</b>	<b>1,699.32</b>	<b>1,728.27</b>	<b>28.95</b>	<b>101.7%</b>	<b>-121.80</b>	<b>-6.6%</b>	<b>0.7%</b>	<b>0.7%</b>
Rendimentos do Património do Estado	40.02	110.39	69.56	-40.83	63.0%	29.54	73.8%	0.0%	0.0%
Receitas de Dividendos	606.35	657.90	376.62	-281.28	57.2%	-229.73	-37.9%	0.3%	0.2%
Outras Receitas de Capital	1,203.70	931.03	1,282.09	351.06	137.7%	78.39	6.5%	0.4%	0.5%

PIB a preços correntes

238.995.00

## ANEXO 1.1. – Mapa da Receita da Área dos Impostos Internos

(unidade: 10<sup>6</sup> MT)

<i>Descrição</i>	Realização 2007	Programa 2008	Realização 2008	Real2008- Prog2008	Grau de Realização	Real2008- Real2007	Cresc. Nominal	Programa 2008 em % PIB	Realização 2008 em % PIB
<b>Receita Total</b>	<b>21,787.09</b>	<b>25,272.64</b>	<b>25,503.29</b>	<b>230.65</b>	<b>100.9%</b>	<b>3,716.21</b>	<b>17.1%</b>	<b>10.6%</b>	<b>10.7%</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>19,937.01</b>	<b>23,573.32</b>	<b>23,775.02</b>	<b>201.70</b>	<b>100.9%</b>	<b>3,838.01</b>	<b>19.3%</b>	<b>9.9%</b>	<b>9.9%</b>
<b>Receita Fiscal</b>	<b>15,346.91</b>	<b>17,406.04</b>	<b>18,840.55</b>	<b>1,434.50</b>	<b>108.2%</b>	<b>3,493.63</b>	<b>22.8%</b>	<b>7.3%</b>	<b>7.9%</b>
Impostos sobre o Rendimento	9,271.54	10,003.80	11,722.82	1,719.03	117.2%	2,451.29	26.4%	4.2%	4.9%
Imposto s/ Rendimento Pessoas Colectivas	4,042.20	4,297.19	5,426.08	1,128.88	126.3%	1,383.88	34.2%	1.8%	2.3%
Imposto s/ Rendimento Pessoas Singulares	4,859.06	5,312.38	5,957.13	644.74	112.1%	1,098.06	22.6%	2.2%	2.5%
Imposto Especial sobre o Jogo	47.56	69.29	44.03	-25.26	63.5%	-3.53	-7.4%	0.0%	0.0%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	322.72	324.93	295.59	-29.34	91.0%	-27.12	-8.4%	0.1%	0.1%
Impostos sobre Bens e Serviços	4,615.88	5,465.99	5,662.80	196.81	103.6%	1,046.92	22.7%	2.3%	2.4%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	4,615.88	5,465.99	5,662.80	196.81	103.6%	1,046.92	22.7%	2.3%	2.4%
IVA nas Operações Internas	4,615.88	5,465.99	5,662.80	196.81	103.6%	1,046.92	22.7%	2.3%	2.4%
Outros Impostos	1,459.50	1,936.25	1,454.92	-481.33	75.1%	-4.58	-0.3%	0.8%	0.6%
Imposto do Selo	320.37	426.15	321.50	-104.65	75.4%	1.13	0.4%	0.2%	0.1%
Imposto sobre Veículos	42.19	12.15	46.85	34.69	385.5%	4.66	11.0%	0.0%	0.0%
Licenças de Pesca	56.96	119.16	31.05	-88.11	26.1%	-25.90	-45.5%	0.0%	0.0%
Taxa sobre os Combustíveis	713.28	888.23	718.73	-169.49	80.9%	5.45	0.8%	0.4%	0.3%
Royalties e Imposto de Superfície	62.89	126.80	56.33	-70.47	44.4%	-6.56	-10.4%	0.1%	0.0%
Outros	263.81	363.76	280.46	-83.30	77.1%	16.65	6.3%	0.2%	0.1%
<b>Receita Não Fiscal</b>	<b>2,437.60</b>	<b>2,717.56</b>	<b>2,362.88</b>	<b>-354.68</b>	<b>86.9%</b>	<b>-74.72</b>	<b>-3.1%</b>	<b>1.1%</b>	<b>1.0%</b>
Taxas Diversas de Serviços	402.79	340.37	205.03	-135.34	60.2%	-197.77	-49.1%	0.1%	0.1%
Outras Receitas Não Fiscais	924.19	1,113.26	928.76	-184.50	83.4%	4.57	0.5%	0.5%	0.4%
Receitas Próprias	1,110.61	1,263.94	1,229.09	-34.85	97.2%	118.47	10.7%	0.5%	0.5%
<b>Receita Consignada</b>	<b>2,152.50</b>	<b>3,449.72</b>	<b>2,571.60</b>	<b>-878.12</b>	<b>74.5%</b>	<b>419.10</b>	<b>19.5%</b>	<b>1.4%</b>	<b>1.1%</b>
Taxa sobre os Combustíveis (consignada)	1,544.79	2,117.43	1,789.88	-327.55	84.5%	245.09	15.9%	0.9%	0.7%
Outras Receitas Consignadas	607.71	1,332.29	781.72	-550.57	58.7%	174.01	28.6%	0.6%	0.3%
<b>Receita de Capital</b>	<b>1,850.07</b>	<b>1,699.32</b>	<b>1,728.27</b>	<b>28.95</b>	<b>101.7%</b>	<b>-121.80</b>	<b>-6.6%</b>	<b>0.7%</b>	<b>0.7%</b>
Rendimentos do Património do Estado	40.02	110.39	69.56	-40.83	63.0%	29.54	73.8%	0.0%	0.0%
Receitas de Dividendos	606.35	657.90	376.62	-281.28	57.2%	-229.73	-37.9%	0.3%	0.2%
Outras Receitas de Capital	1,203.70	931.03	1,282.09	351.06	137.7%	78.39	6.5%	0.4%	0.5%

## ANEXO 1.2. – Mapa da Receita da Área das Alfândegas

(unidade: 10<sup>6</sup> MT)

<i>Descrição</i>	Realização 2007	Programa 2008	Realização 2008	Real2008- Prog2008	Grau de Realização	Real2008- Real2007	Cresc. Nominal	Programa 2008 em % PIB	Realização 2008 em % PIB
<b>Receita Corrente</b>	<b>12,686.55</b>	<b>13,543.31</b>	<b>13,606.03</b>	<b>62.71</b>	<b>100.5%</b>	<b>919.48</b>	<b>7.2%</b>	<b>5.7%</b>	<b>5.7%</b>
<b>Receita Fiscal</b>	<b>12,618.17</b>	<b>13,394.51</b>	<b>13,474.70</b>	<b>80.19</b>	<b>100.6%</b>	<b>856.53</b>	<b>6.8%</b>	<b>5.6%</b>	<b>5.6%</b>
Impostos sobre Bens e Serviços	12,608.93	13,394.51	13,469.32	74.81	100.6%	860.39	6.8%	5.6%	5.6%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	6,698.14	7,702.07	7,258.08	-443.99	94.2%	559.93	8.4%	3.2%	3.0%
IVA na Importação	6,698.14	7,702.07	7,258.08	-443.99	94.2%	559.93	8.4%	3.2%	3.0%
Imp. s/ Cons. Específicos-Produção Nacional	1,341.37	1,628.90	1,633.13	4.23	100.3%	291.76	21.8%	0.7%	0.7%
Cerveja	1,073.68	1,272.82	1,213.98	-58.84	95.4%	140.31	13.1%	0.5%	0.5%
Tabaco	248.57	301.13	277.96	-23.17	92.3%	29.39	11.8%	0.1%	0.1%
Outras Bebidas Alcoólicas	19.12	54.95	141.19	86.24	257.0%	122.06	638.3%	0.0%	0.1%
Imp. s/ Cons. Específicos - Produtos Importados	734.76	939.97	987.12	47.16	105.0%	252.36	34.3%	0.4%	0.4%
Impostos sobre o Comércio Externo	3,834.65	3,123.58	3,590.99	467.42	115.0%	-243.66	-6.4%	1.3%	1.5%
Direitos Aduaneiros	3,803.82	3,106.55	3,561.90	455.35	114.7%	-241.92	-6.4%	1.3%	1.5%
Sobretaxa	30.83	17.02	29.09	12.07	170.9%	-1.74	-5.7%	0.0%	0.0%
Outros Impostos	9.25	0.00	5.38	5.38		-3.87	-41.8%	0.0%	0.0%
Imposto do Selo	1.59		0.41	0.41		-1.18	-74.0%	0.0%	0.0%
Outros	7.65		4.96	4.96		-2.69	-35.2%	0.0%	0.0%
<b>Receita Não Fiscal</b>	<b>19.71</b>	<b>0.00</b>	<b>37.49</b>	<b>37.49</b>		<b>17.79</b>	<b>90.2%</b>	<b>0.0%</b>	<b>0.0%</b>
Taxas Diversas de Serviços	19.71		37.49	37.49		17.79	90.2%	0.0%	0.0%
<b>Receita Consignada</b>	<b>48.66</b>	<b>148.81</b>	<b>93.84</b>	<b>-54.97</b>	<b>63.1%</b>	<b>45.17</b>	<b>92.8%</b>	<b>0.1%</b>	<b>0.0%</b>
Taxa de Serviços Alfandegários	8.51	8.32	7.18	-1.14	86.3%	-1.33	-15.7%	0.0%	0.0%
Taxa de Sobrevalorização da Castanha de Caju	40.15	140.49	86.66	-53.83	61.7%	46.51	115.8%	0.1%	0.0%

## ANEXO 2. – Mapa RH – Resumo de funcionários por Carreira

Ord.	Carreiras	Genero		Total
		Masculino	Feminino	
1	Aduaneira	1543	214	1757
2	Tributária	758	566	1324
3	Regime Geral	10	0	10
	Total	2301	780	3091

## ANEXO 2.1. – Mapa RH – Resumo de funcionários – Distribuição territorial por Habilitações

DESCRIÇÃO ORGANICA	Total Geral	MISTRADO		LICENCIADO		BACHAREL		MED. PROF.		MED. GERAL		BAS. GERAL		BAS. PROF.		INF. BAS.	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Serviços Centrais	791	12	2	129	61	45	23	116	38	174	65	25	62	10	3	25	3
Direcção Regional Norte	530	1	0	13	2	6	12	73	82	167	70	45	5	4	1	45	5
Direcção Regional Centro	560	1	1	20	9	29	7	91	30	208	49	92	17	20	3	4	18
Direcção Regional Sul	1210	4	0	54	25	44	16	150	56	360	104	111	63	19	8	118	38
TOTAL	3091	18	3	216	97	124	58	430	206	909	288	273	147	51	15	192	64
		21		313		182		636		1197		420		66		256	
PERCENTAGEM		0,58%	0,10%	6,99%	3,14%	4,01%	1,88%	13,91%	6,66%	29,41%	9,32%	8,83%	4,76%	1,65%	0,49%	6,21%	2,07%
RESUMO PERCENTUAL		0,68%		10,13%		5,89%		20,58%		38,73%		13,59%		2,14%		8,28%	

## ANEXO 2.2. – Mapa RH – Resumo de funcionários – Distribuição por cursos frequentados

Cursos - Área Técnica Aduaneira		Local de Realização	Número de Formados
1	Regras de Origem	Norte, Centro e Sul	246
2	Contencioso Aduaneiro	Norte, Centro e Sul	75
3	TIM's	Norte e Centro	30
4	Reciclagem Para Militar	Sul, Centro	245
5	Tecnico Basico Aduaneiro	Norte, Centro e Sul	85
6	Contencioso Aduaneiro	Norte, Centro e Sul	130
SUB - TOTAL			811
Cursos - Área Tributária		Local de Realização	Número de Formados
1	Lei Geral Tributaria /RGIT	Norte, Centro e Sul	100
2	IRPS/ IRPC	Norte, Centro e Sul	163
3	Benefícios Fiscais	Sul	50
4	Classificador de receita	Norte, Centro e Sul	23
5	Preenchimento do M10	Sul	15
SUB - TOTAL			351
Cursos - Área de Gestão e Administração		Local de Realização	Número de Formados
1	Formação de Formadores	Sul	64
2	Gestão de Documentos	Sul	10
3	Procurement	Sul	91
4	Curso de liderança	Sul	6
5	Relações Publicas	Norte, Centro e Sul	92
6	SICR/NUIT – para Directores	Norte, Centro e Sul	10
SUB - TOTAL			273
Cursos - Área de TICs		Local de Realização	Número de Formados
1	SPSS	Sul	10
2	Dream W: W. Development		2
SUB - TOTAL			12
Cursos - Outras formações		Local de Realização	Número de Formados
1	Curso de Língua Inglesa	Sul	47
2	Regras de Origem(agentes económicos)	Sul	50
3	Curso de Administração Aduaneira	Alemanha	3
4	Formacao de Formadores	Cabo Verde	3
SUB - TOTAL			103
<b>Total de cursos</b>		<b>23</b>	<b>Total de formandos</b>
			<b>1550</b>

## ANEXO 2.3. – Mapa RH – Resumo de funcionários autorizados a continuar os estudos

Curso	N.º de funcionários
Formação Superior	
Administração Pública	8
Análise de Programas	1
Contabilidade e Auditoria	21
Contabilidade Financeira	3
Contabilidade	9
Direito	19
Economia	11
Engenharia Informática	1
Geografia	1
Gestão	18
Gestão de Recursos Humanos	4
História Política	4
Planificação e Gestão Escolar	2
Inglês	1
Psicologia	3
Relações Públicas	1
Formação Média	
12ª Classe	1
10º Classe	1
Total	109

## ANEXO 3. – Mapa de Execução do Orçamento da Despesa

Unidades: 10<sup>3</sup> Mt

Class. econ.	Descrição	Dotação Orçamental	Dotação Disponível	Reforço Orçamental	Valor ret. pela DNO	Dotação Final	Saldo a 01 de Dez.	Desp. Dezembro	Desp. Jan a Dez.	Saldo Final- Mês	Desp. em %
<b>1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>1.344.700,23</b>	<b>1.151.491,75</b>	<b>0,00</b>	<b>-171.794,48</b>	<b>979.697,27</b>	<b>316.806,90</b>	<b>87.985,51</b>	<b>940.702,07</b>	<b>38.995,20</b>	<b>96,02%</b>
<b>111</b>	<b>Salários e remunerações</b>	<b>1.302.437,78</b>	<b>1.110.913,85</b>	<b>0,00</b>	<b>-169.200,75</b>	<b>941.713,10</b>	<b>311.821,70</b>	<b>86.138,24</b>	<b>906.307,90</b>	<b>35.405,20</b>	<b>96,24%</b>
111001	Salários e remunerações (101)	1.257.409,23	1.065.885,30	0,00	-169.200,75	896.684,55	272.595,35	86.103,24	896.684,55	<b>0,00</b>	100,00%
111001	Salários e remunerações (111)	45.028,55	45.028,55	0,00	0,00	45.028,55	39.226,35	35,00	9.623,35	35.405,20	21,37%
<b>112</b>	<b>Outras desp. com o pessoal</b>	<b>42.262,45</b>	<b>40.577,90</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.593,73</b>	<b>37.984,17</b>	<b>4.985,20</b>	<b>1.847,27</b>	<b>34.394,18</b>	<b>3.589,99</b>	<b>90,55%</b>
112000	Outras desp. com o pessoal (101)	36.262,45	34.577,90	0,00	-2.593,73	31.984,17	4.985,20	1.847,27	31.984,17	0,00	100,00%
112000	Outras desp. com o pessoal (111)	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	2.410,01	3.589,99	40,17%
<b>120000</b>	<b>Bens e Serviços</b>	<b>383.102,64</b>	<b>345.992,23</b>	<b>50.593,05</b>	<b>0,00</b>	<b>396.585,28</b>	<b>42.179,05</b>	<b>41.856,04</b>	<b>393.903,64</b>	<b>2.681,64</b>	<b>99,32%</b>
120000	Bens e Serviços- (101)	371.104,07	333.993,66	50.279,85	0,00	384.273,51	40.383,52	40.383,51	381.591,87	2.681,64	99,30%
12000	Bens e Serviços - (103)	11.998,57	11.998,57	313,20	0,00	12.311,77	1.795,53	1.472,53	12.311,77	0,00	100,00%
<b>14</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>1.521,00</b>	<b>1.368,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.368,90</b>	<b>1.187,40</b>	<b>831,09</b>	<b>1.020,09</b>	<b>348,81</b>	<b>74,52%</b>
140000	Transferências correntes (101)	1.521,00	1.368,90	0,00	0,00	1.368,90	1.187,40	831,09	1.020,09	348,81	74,52%
<b>16</b>	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>45.955,34</b>	<b>45.955,34</b>	<b>33.728,06</b>	<b>-389,75</b>	<b>79.293,65</b>	<b>6.258,64</b>	<b>5.269,38</b>	<b>79.293,14</b>	<b>0,51</b>	<b>100,00%</b>
	Outras despesas correntes (101)	31.360,01	31.360,01	0,00	-389,75	30.970,26	1.024,06	34,80	30.969,75	0,51	100,00%
16000	Outras despesas correntes (111)	14.595,33	14.595,33	33.728,06	0,00	48.323,39	5.234,58	5.234,58	48.323,39	0,00	100,00%
<b>21</b>	<b>Desp. Investimento</b>	<b>165.055,73</b>	<b>150.375,05</b>	<b>7.645,69</b>	<b>-7.000,00</b>	<b>151.020,74</b>	<b>23.733,83</b>	<b>12.819,32</b>	<b>143.841,81</b>	<b>7.178,93</b>	<b>95,25%</b>
211002	Construções (101)	73.055,73	67.375,05	0,00	0,00	67.375,05	4.155,59	6.299,81	65.134,92	2.240,13	96,68%
211002	Construções (111)	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	6.974,98	0,00	10.144,96	3.855,04	72,46%
211002	Construções (103)	11.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	100,00%
212000	Capacitação Institucional (101)	67.000,00	67.000,00	7.645,69	-7.000,00	67.645,69	12.603,26	4.519,51	66.561,93	1.083,76	98,40%
212001	Meios de Transporte (101)	37.000,00	37.000,00	0,00	-2.000,00	35.000,00	5.429,50	3.429,51	35.000,00	0,00	100,00%
212099	Outra Maquin. e Equip. (101)	30.000,00	30.000,00	0,00	-5.000,00	25.000,00	7.173,76	1.090,00	23.916,24	1.083,76	95,66%
212099	Outra Maquin. e Equip. (111)	0,00	0,00	7.645,69	0,00	7.645,69	0,00	0,00	7.645,69	0,00	100,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>1.940.334,94</b>	<b>1.695.183,27</b>	<b>91.966,80</b>	<b>-179.184,23</b>	<b>1.607.965,84</b>	<b>390.165,82</b>	<b>148.761,34</b>	<b>1.558.760,75</b>	<b>49.205,09</b>	<b>96,94%</b>

## ANEXO 4. – Mapa da Legislação Fiscal e Aduaneira aprovada e/ou preparada em 2008

Ord.	Legislação Fiscal e Aduaneira aprovada e/ou preparada em 2008
1	Lei n.º 5/2009, de 12 de Janeiro, que cria o Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes (ISPC)
2	Lei n.º 4/2009, de 12 de Janeiro, que altera o Código dos Benefícios Fiscais (CBF)
3	Lei que aprova a Pauta Aduaneira e respectivas Instruções Preliminares
4	Lei que altera o Código do Imposto sobre o Consumo Específico (ICE)
5	Revisão da Lei n.º 1/2006, de 22 de Março, que cria a Autoridade Tributária de Moçambique
6	Decreto n.º 4/2008, de 9 de Abril, que regulamenta a Lei do Imposto sobre Produção do Petróleo
7	Decreto n.º 5/2008, de 9 de Abril, que regulamenta a Lei do Imposto Específico da actividade mineira
8	Decreto n.º 7/2008, de 16 de Abril, que regulamenta o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
9	Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril, que regulamenta o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
10	Decreto n.º 9/2008, de 16 de Abril, que regulamenta o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
11	Diploma Ministerial n.º 24/2008, de 2 de Abril, que aprova Regulamento Aduaneiro Especial de Lojas Francas
12	Diploma Ministerial n.º 109/2008, de 27 de Novembro, que procede à revisão da tabela de retenções na fonte do IRPS
13	Diploma Ministerial n.º 25/2008, de 2 de Abril, que regulamenta o uso do Selo de controlo para as bebidas alcoólicas e tabaco manipulado
14	Diploma Ministerial n.º 26/2008, de 2 de Abril, que regulamenta o Regime Aduaneiro Especial de Cabotagem
15	Despacho Ministerial de actualização da Taxa sobre os Combustíveis para 2008
16	Elaboração do documento de esclarecimentos aos Bancos Comerciais sobre a tributação dos títulos de dívida pública face a entrada em vigor dos novos Códigos do IVA, IRPS e IRPC
17	Revisão do Diploma Ministerial n.º 62/98, de 20 de Maio, que estabelece os mecanismos que garantem a estabilidade das ligações entre os mineiros moçambicanos na RSA e sua famílias nos seus locais de origem
18	Participação no grupo de trabalho do Governo com vista à elaboração de um Diploma legal que regula a facturação por mecanismos de saída por computador
19	Proposta de lei que fixa a taxa de sobrevalorização na Exportação de Madeira
20	Decreto n.º 30/2002, de 2 de Dezembro, que estabelece as regras gerais de desembaraço aduaneiros de mercadorias, na sequência da aprovação da nova Pauta Aduaneira e das respectivas instruções preliminares. A revisão em curso irá acomodar a figura do Operador Económico Autorizado, no processo de Desembaraço Aduaneiro
21	Diploma Ministerial n.º 262/2004, 22 de Dezembro, que é o regulamento do desembaraço aduaneiro de mercadorias

## ANEXO 5. – Mapa das obras Realizadas

1	Maputo	Edifício Sede da DGA	Reabilitação e remodelação parcial do edifício. Construção de gabinetes e de kitchenet por andares, reabilitação de sanitários danificados e inoperacionais, substituição de caixilharias metálicas corroídas pela salinidade e carpintarias danificadas. Instalação eléctrica de raiz, Cablagem e montagem de ar condicionados.
2	Maputo	Edifício Sede da DGA	Reabilitação do edifício. Execução de instalação eléctrica de raiz.
3	Maputo	Prédio 33 Andares	Reabilitação das instalações da DGI 2º Andar Consistiu na construção de gabinete em painéis de gesso, pintura do corredor, salas construídas e da sala de reuniões, instalação eléctrica
4	Maputo	Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência	Trabalhos de construção civil (pavimentação e drenagem) Consistiram na pavimentação, drenagem, muro de contenção de terras, abertura de via de acesso de viaturas pela Av. Da OUA, construção de guaritas
5	Maputo	Juízo das Execuções Fiscais	Reabilitação das instalações Consistiram na pavimentação, revisão geral da rede de esgoto, canalização de água, nova instalação eléctrica, eliminação de infiltrações, montagem de cablagem e pintura
6	Maputo	Fronteira de Namaacha	Execução de uma Vedação em Rede Metálica
7	Maputo	Fronteira de Namaacha	Reabilitação da moradia do Chefe, Lavandaria, Asseguramento e Arrumos em Namaacha. Revisão do sistema de abastecimento de água e esgotos, montagem de louça sanitária, montagem de azulejos e tijoleira, revisão da instalação eléctrica
8	Maputo	Fronteira de Namaacha	Reabilitação de três moradias T2, Abrigo do Gerador, Casa das Máquinas e Sistema de Abastecimento de Água em Namaacha.
9	Maputo	Vila de Namaacha	Reabilitação de uma moradia T2, dependência T2 e anexos Consistiram na reabilitação da instalação eléctrica, revisão do sistema de abastecimento de água e de esgotos, pintura do edifício, substituição da louça sanitária, montagem de azulejos e tijoleira, afagamento e envernizamento de parquet, substituição da cobertura.
10	Maputo	Ponta D'Ouro	Reabilitação do edifício da DAF Consistiu na substituição da estrutura e da cobertura, montagem de louça sanitária, montagem de azulejos e tijoleira, revisão geral do sistema de abastecimento de água e de esgotos, montagem de aparelhos de ar condicionado, revisão geral do sistema eléctrico
11	Maputo	Ponta D'Ouro	Abertura de um furo de água
12	Maputo	DAF -Manhiça	Reabilitação do edifício da DAF Consistiu na substituição da estrutura e da cobertura, montagem de louça sanitária, montagem de azulejos e tijoleira, revisão geral do sistema de abastecimento de água e de esgotos, montagem de aparelhos de ar condicionado, montagem de cablagem
13	Maputo	DAF -Manhiça	Reabilitação de residências para os funcionários da DAF
14	Gaza	Xai-Xai	Reabilitação da moradia do Director da DAF Consistiram na substituição da cobertura, pintura do edifício, revisão do sistema de abastecimento de água e de esgotos, revisão da instalação eléctrica, pintura do edifício, montagem de louça sanitária e azulejos
15	Manica	Posto Fiscal de Inchope - Manica	Construção de residência T3 e escritório
16	Manica	Posto de controle de Macossa	Construção de moradia T3 e escritório
17	Tete	DAF de Tete	Reabilitação do edifício da DAF
18	Tete	Tiro Tete	Construção do edifício do Terminal Internacional Rodoviária de Tete
19	Tete	Posto Fronteiriço de Cassacatiza - Tete	Construção de uma moradia T3 (Área 140 m²)
20	Tete	Posto Fronteiriço de Mucumbura	Construção de uma moradia T3 (Área 140 m²)
21	Zambézia	Milange - Zambézia	Construção do Edifício do Posto Fronteiriço de Milange (Mambuncha) Moradia T2 e um escritório, armazém para mercadorias
22	Zambézia	Milange - Zambézia	Construção do Posto Fronteiriço de Milange (Solidja) Moradia T2 e um escritório, armazém para mercadorias
23	Zambézia	Megaza - Zambézia	Construção de edifício Misto no Posto Fiscal de Megaza Moradia T2 e um escritório, armazém para mercadorias
24	Zambézia	Chire - Zambézia	Construção de edifício Misto no Posto Fiscal de Chire
25	Zambézia	Nicoadala - Zambézia	Construção de edifício Misto no Posto Fiscal de Nicoadala Moradia T2 e um escritório, armazém para mercadorias
26	Zambézia	Gurué - Zambézia	Reabilitação da DAF e da residência do Director da DAF de Gurue
27	Zambézia	Pebane - Zambézia	Reabilitação de uma moradia T3 para os funcionários em Pebane
28	Zambézia	Milange - Zambézia	Empreitada de reabilitação do edifício da Delegação Aduaneira, construção de um armazém e de muro de vedação
29	Zambézia	Milange - Zambézia	Reabilitação da moradia dos funcionários afectos à fronteira
30	Zambézia	DAF - Quelimane - Zambézia	Reabilitação das instalações
31	Zambézia	DAF - Mocuba	Reabilitação das instalações
32	Nampula	Complexo Residencial de Nacala	Construção de complexos residenciais Fase II e III: -Construção de bloco residencial B-T3, A-T3, A-T2, lavandaria, recepção e sala de reuniões, 5 blocos geminados T2, 5 blocos geminados T3, Reabilitação da Rua 52)
33	Cabo Delgado	Posto Fiscal de Ibo - Cabo Delgado	Construção de instalações nos anexos do edifício onde funcionam os escritórios das Alfândegas e residência
34	Cabo Delgado	Posto Fiscal de Palma - Cabo Delgado	Construção de um edifício misto escritório/residência com 180m² de área
35	Cabo Delgado	Posto Fiscal de Quionga - Cabo Delgado	Construção de um edifício misto escritório/residência com 180m² de área
36	Cabo Delgado	Posto Fiscal de Nangade - Cabo Delgado	Reabilitação do edifício de escritórios e construção de uma moradia T3 com 140m² de área
37	Cabo Delgado	Posto Fiscal de Namatil - Cabo Delgado	Reabilitação de uma moradia pré-cária e construção de moradia T3 com 140m²
38	Cabo Delgado	Posto Fiscal de Namoto - Cabo Delgado	Construção do Posto Fronteiriço de Namoto
39	Niassa	Posto Fiscal de Mandimba	Conclusão das obras
40	Niassa	Posto Fiscal de Nova Madeira	Reabilitação do edifício de escritórios e construção de uma moradia T3 com 140m² de área